

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ELSE FREIRE DE CASTRO AMORIM

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS DE
MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL: SILENCIAMENTOS E
(IN) VISIBILIDADES INTERSECCIONADAS

Maceió/AL

2023

ELSE FREIRE DE CASTRO AMORIM

**PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS DE
MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL: SILENCIAMENTOS E
(IN) VISIBILIDADES INTERSECCIONADAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Anabelle Santos Lages

Maceió/AL

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/ 661

A524p Amorim, Else Freire de Castro.

Perspectivas históricas e contemporâneas de mulheres lésbicas no Brasil :
silenciamentos e (in)visibilidades interseccionadas / Else Freire de Castro Amorim.
– 2022.

117 f. : il.

Orientadora: Anabelle Santos Lages.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto
de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 105-115.

Anexos: f. 116-117.

1. Genealogia. 2. Lesbianidade. 3. Gênero. 4. Sexualidade. 5. Interseccionalidade.
I. Título.

CDU: 316: 929.5- 055.3 (81)

ELSE FREIRE DE CASTRO AMORIM

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS DE
MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL: SILENCIAMENTOS E
(IN)VISIBILIDADES INTERSECCIONADAS

APROVADO EM: 19/05/2023

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

ANABELLE SANTOS LAGES

Data: 19/07/2023 11:38:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Anabelle Santos Lages

PPGS/ICS/UFAL



Documento assinado digitalmente

ARIM SOARES DO BEM

Data: 20/07/2023 12:30:06-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Arim Soares do Bem

PPGS/ICS/UFAL



Documento assinado digitalmente

NADIA ELISA MEINERZ

Data: 19/07/2023 12:59:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Nádia Elisa Meinerz

PPGAS/UFAL

Dedico esse trabalho a todas as mulheres lésbicas que gritaram a sua existência, as que conheci ao longo dessa pesquisa, vítimas de diversas formas de violência, ainda que não as apresente aqui, que me ajudaram a pensar no tema aqui trabalhado, suas histórias de vida me inspiraram e acenderam em mim o desejo de continuar lutando por direitos humanos e pelo fim dessas múltiplas violências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, e sempre, à minha mãe, por todo apoio e inspiração de vida, bem como à minha família composta por mulheres: minhas irmãs, sobrinhas e em especial minha filha Anita, que me acompanhou durante esse processo de formação, que me estimulou nas minhas escolhas pessoais. Ao meu companheiro, Antônio Alfredo que esteve sempre ao meu lado.

Agradeço aos que em contato com essa pesquisa, acreditaram em sua possibilidade. Considero que em minha trajetória fui beneficiada pelo encontro com pessoas que me transformaram positivamente para quem não tenho como agradecer, pois me ensinaram a sentir confiança em mim mesma, levantar a cabeça e me colocar diante dos desafios.

Agradeço à minha orientadora, que aceitou dialogar no campo da sexualidade e me permitiu crescer como pesquisadora.

Às contribuições da banca examinadora que me ampliaram a visão e me ajudaram a aprofundar nos debates da temática.

Agradeço aos professores do PPGS – UFAL pelas discussões, trocas e dicas durante as aulas que ajudaram a criar estratégias para a conclusão desse trabalho, em especial ao Prof. Dr. Emerson Nascimento.

À servidora da coordenação do programa, Edna Gomes pela disponibilidade, companheirismo e cuidado sempre dispensado a mim durante toda minha trajetória.

Aos amigos: Hugo Leonardo, Nathalia Amorim, Roberto Moura, para os quais não tenho como agradecer, mas com os quais troquei dúvidas, incerteza e me encorajaram, acreditaram em mim e me ensinaram que era possível.

*“Liberdade, essa palavra
Que o sonho humano alimenta
Que não há ninguém que explique
E ninguém que não entenda”*

Cecília Meireles, Romanceiro da Inconfidência

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar a origem e trajetória do movimento lésbico, indo para além dele, quando este ainda nem existia, a partir da busca pelo conhecimento da história de mulheres lésbicas. Com o fito de expor que, apesar das violências perpetradas, das tentativas de invisibilização e imposição de padrões heteronormativos, suas existências “gritaram” em distintos momentos, desenhando suas próprias histórias e a história de tantas outras mulheres. Nesse sentido, buscará empreender esforços quanto a centralizar olhares sob essas mulheres e suas histórias. Como metodologia nos inspiramos na genealogia de Foucault, fugindo da ideia finalista, olhando de modo a perceber detalhes e diversidades, além da análise documental e bibliográfica em obras e órgãos oficiais. Dito isso, a pesquisa seguirá tomando a temática de gênero e sexualidade, situada em determinado momento cultural, a partir da correlação entre sistemas de poder e formação intelectual, que ao tentarem silenciar mulheres lésbicas, tentaram apagá-las da história local, nacional e mundial, afetando a produção das subjetividades e, conseqüentemente, a sexualidade, alimentando e criando ainda mais discriminação e violência.

Palavras-chave: Genealogia; Lesbianidade; Gênero; Sexualidade; Interseccionalidade.

ABSTRACT

The present research seeks to analyze the origin and trajectory of the lesbian movement, going beyond it, when it did not yet exist, from the search for knowledge of the history of lesbian women. With the aim of exposing that, despite the violence perpetrated, the attempts to invisibilize and impose heteronormative standards, their existences "screamed" at different moments, drawing their own stories and the history of so many other women. In this sense, it will seek to make efforts to focus on these women and their stories. As a methodology we will use Foucauldian studies, escaping from the finalist idea, looking in order to perceive details and diversities, in addition to documentary and bibliographic analysis in works and official bodies. That said, the research will continue taking the theme of gender and sexuality, situated in a certain cultural moment, from the correlation between systems of power and intellectual formation, which, when trying to silence lesbian women, tried to erase them from local, national history. and worldwide, affecting the production of subjectivities and, consequently, sexuality, food and creating even more discrimination and violence.

Keywords: Genealogy; Lesbianism; Gender; Sexuality; Intersectionality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Jornal “Lampião da Esquina” edição extra 01, Rio de Janeiro.....	40
Figura 2	Polícia já tem plano conjunto contra Travestis.....	41
Figura 3	Operação Sapatão, matéria com denúncias de Violação de Direitos e Violência Policial.....	42
Figura 4	Capa da edição do ChanacomChana, que noticiou o episódio de preconceito de lesbofobia no Ferro’s Bar.....	43
Figura 5	Capa da versão de aniversário 4 anos do GALF.....	44
Figura 6	O Racha no SOMOS\SP.....	46
Figura 7	Escolhe seu Grupo.....	46
Figura 8	Capa do Processo de Filipa de Souza.....	53
Figura 9	Sentença de Filipa de Souza.....	55
Figura 10	Custas processuais a serem pagas por Filipa de Souza.....	56
Figura 11	Parecer censor vetava o romance Copacabana Posto 6 – A Madrasta.....	66

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABLGBT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ALB	Arquivo Lésbico Brasileiro
ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFL	Coletivo de Feministas Lésbicas
COLERJ	Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro
DEIC	Divisão Especial de Investigação e Capturas
EGHO	Encontro de grupos homossexuais organizados
GALF	Grupo Ação Lésbica Feminista
GCB	Grupo Gay da Bahia
IBCcrim	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILIS	Sistema de Informação Lésbica Internacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
LGBTQ I+	Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti, Transgênero, Queer, Intersexo e o símbolo “+” representa outras sexualidades ou identidades de gênero que não estão incluídas nas restantes letras).
MLF	Movimento de Libertação das Mulheres
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB\AL	Ordem dos Advogados do Brasil\Alagoas
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PL	Projeto de Lei
PPGS	Programa de Pós-graduação em Sociologia
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PPS	Partido Popular Socialista
SBPC	Sociedade Brasileira Progresso da Ciência
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas
SURSAN	Superintendência para Urbanismo e Saneamento da Guanabara
STF	Superior Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 COORDENADAS GERAIS METODOLÓGICAS.....	15
1.1 O Encontro com o Objeto de Pesquisa: Quem fala? De onde fala?	15
1.2 Problema de Pesquisa: Ideia Original, Nuances e Razões de Modificação.....	18
1.3 Questões Operacionais: Reformulação do Objeto e o Diálogo com os Dilemas Sociológicos.....	23
1.4 Estrutura dos Capítulos.....	26
2 APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS NO BRASIL.....	29
2.1 As Vertentes da Lesbianidade.....	29
2.2 Breve Genealogia do Movimento Lésbico no Brasil.....	39
3. MULHERES INSURGENTES – AS HISTÓRIAS DE VIDA DE ALGUMAS LÉSBICAS NO BRASIL.....	53
3.1 Afetos Proibidos: Filipa de Souza Condenada pela Inquisição por Amar Outras Mulheres.....	53
3.2 Lota de Macedo e Elisabeth Bishop: Um Amor entre Versos e Tragédias (1910 – 1967).	60
3.3 Cassandra ou Odette? Perseguição da Literatura Lésbica.....	67
3.4 Luana Barbosa: Resistência contra a Violência Policial.....	72
3.5 O Grito que Ecoou no País: Marielle Franco Presente!	75
4 ARMADILHAS DO PATRIARCADO E POSSÍVEIS RESISTÊNCIAS LÉSBICAS.....	85
4.1 Armadilhas do Patriarcado.....	85
4.1.1 Embates sobre a Criminalização da Homofobia.....	85
4.2 Possíveis Resistências.....	91
4.2.1 Reflexões Feministas Lésbicas e o Contramovimento.....	91
4.2.2 Mulheres Negras Feministas Lésbicas: Saberes, Militância e Visibilidade.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	105
ANEXOS.....	116

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca trazer à tona a narrativa da história de vida e o protagonismo de mulheres lésbicas não silenciosas, porém silenciadas na história. Esta dissertação baseia-se numa genealogia sobre a trajetória de mulheres lésbicas e analisa suas vivências¹, que ao longo da história demonstraram, em alguma medida, resistências aos “discursos hegemônicos”, aos “mecanismos de dominação” e aos “dispositivos de poder” (Foucault, 1980), os quais, de alguma forma, buscaram subalternizar seus saberes e experiências.

Com o objetivo de analisar suas vivências, como formas variadas de ser, sentir, atuar, expressar a (homo) sexualidade e demonstrar que, apesar das violências sofridas, das tentativas de invisibilização e imposição de padrões heteronormativos, suas existências “gritaram” em diferentes momentos históricos.

Trata-se de um rol exemplificativo, pois muitas outras mulheres poderiam ser trazidas ao estudo. O desenho, a partir da abordagem genealógica, foi inspirado na ideia de selecionar histórias de vidas que impactaram decisivamente a representatividade da existência lésbica.

O recorte temporal é generalista, engloba o habitual e diversas áreas do saber: científico, artístico, cultural, política e literária, dentre outras. Dessa maneira, busca-se empreender um deslocamento na percepção para dar centralidade às mulheres em análise, com pontos de vista descentrados. Embora a análise seja realizada a partir de uma perspectiva fora do eixo convencional, ela não será desprovida de corpo ou localização.

A metodologia para análise genealógica é alicerçada ainda nos estudos foucaultianos e, portanto, foge da ideia finalista. A abordagem começa de forma explícita, com as coordenadas metodológicas utilizadas, problematização e identificação do local de fala, que fundamentou a pesquisa e a pesquisadora, bem como o percurso, ajustes, mudanças de direção e as dificuldades encontradas na abordagem da temática.

O segundo capítulo se dedica a problematizar a lesbianidade, situando o leitor a respeito dos termos e conceitos, que serão abordados ao longo da dissertação. Em seguida, uma breve genealogia do movimento lésbico no Brasil é apresentada.

¹O vocábulo vivências é entendido aqui como formas variadas de ser, sentir, atuar, expressar as (homo) sexualidades no decorrer da vida (Toledo, 2008, p. 11).

Dando prosseguimento, já no terceiro capítulo, algumas mulheres interlocutoras lésbicas que se valeram de táticas de resistências e sobrevivências, afirmando-se como agentes transformadoras de suas próprias histórias são trazidas para o estudo. Por conseguinte, a análise é pausada sobre momentos que narram uma “questão disposta no presente” (Foucault, 1988a, p. 262) e sobre o ponto de articulação do corpo com a história e, se interessando pelo corpo, privilegia estudos sobre as “condições de vida dos oprimidos, ao esmiuçar as questões de gênero e captar nuances de comportamentos *das silenciadas*² da história” (Dias, 1988).

Nesse contexto, mulheres lésbicas invisibilizadas serão tomadas a partir de um trabalho minucioso, que marca as singularidades dos acontecimentos “espreitando-os onde menos se espera e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (Foucault, 1979, p. 15). Como Foucault declarou em *Two Lectures*, “a união do conhecimento erudito e memórias locais nos permitem estabelecer um conhecimento histórico das lutas e fazer uso desse conhecimento taticamente hoje” (Foucault, 1980) utilizou-se dessa “tática” e com base nas histórias de vida das mulheres apresentadas ao longo dessa pesquisa, pretende-se “colocar em jogo”, o visível, o enunciado, ou seja, a sexualidade dita “fora do padrão” e os “conhecimentos subjugados”. (Foucault, 1980, p. 85).

Dito isso, a pesquisa seguirá tomando a temática de gênero e sexualidade, situada em determinado momento histórico e cultural, a partir da correlação com os “sistemas de poder que regulam sua prática”, com a “formação dos saberes” e com a produção das subjetividades, adotando “as formas pelas quais os indivíduos, experiências diferem em cada pessoa e reflete no modo de se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (Foucault, 1984, p. 10).

Nessa vertente, Lemos e Cardoso Júnior (2009) esclarecem que “o genealogista deve descrever práticas datadas historicamente”, no entanto, sempre levar em consideração que “os acontecimentos são raros e não há uma constante que os relacione”, porquanto “não há uma unidade em função de supostas semelhanças entre categorias agrupadas”. Por outro lado, a história é “composta de séries diversas que se misturam e se embaralham, formando novas relações” (Veyne, 1998, p. 268). Bem como o historicizar, é “perceber o emaranhado de relações” (Veyne, 1998), o caminho desta pesquisa também se construiu por meio de uma teia

² A flexão de gênero também é proposital e uma forma de resistência, apesar de DIAS trazer no gênero masculino, objetivou-se pelo feminino.

de acontecimentos que se atravessaram e nos trouxeram até aqui, como demonstrando a partir do próximo capítulo.

As armadilhas do patriarcado abrem o quarto capítulo, que elenca os embates sobre a criminalização da homotransfobia no cenário jurídico e político brasileiro, ressaltando os tensionamentos quanto a uma pauta específica lesbofóbica. Logo após, o contramovimento, tendência político-ideológica que ganha força nos últimos tempos será abordado. E conclui-se com as reflexões feministas e os saberes de lésbicas negras, trazidas como possibilidade de resistências ao patriarcado. Pretendeu-se, por meio de uma imersão no campo do feminismo negro lésbico, uma abordagem interseccional.

Essa pesquisa é uma singela forma de resistência, em memória de inúmeras histórias das centenas de milhares de mulheres que foram compelidas a manterem em segredo seus afetos. Faço ressurgir estas histórias que vêm sendo mantidas encobertas. Essa dissertação é um trabalho em processo. Não porque esteja incompleto, mas porque a história das lésbicas no Brasil ainda está sendo construída e catalogada lentamente com pouco investimento, pois existem mais silêncios que evidências e informações.

1 COORDENADAS GERAIS METODOLÓGICAS

1.1 O Encontro com o Objeto de Pesquisa: Quem fala? De Onde fala?

A presente pesquisa busca trazer à tona a narrativa da história de vida e o protagonismo de mulheres lésbicas não silenciosas, porém silenciadas na história; restava então problematizar como esse tema atravessou minha trajetória e minhas experiências. A ideia surgiu da vontade de renunciar a certas formas de silenciamentos pouco percebidas no meio social que acessava e, sobretudo, no universo em que estava envolvida profissionalmente - órgãos da segurança pública de Alagoas.

Ao iniciar as “investigações empíricas”, a aventura do encontro com uma variedade de novas personagens começou a ser tangenciada com uma questão que permaneceu ao longo das aulas, seminários, diálogos, debates e orientação junto aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), que ocorreram durante a pesquisa. Assim, como tratou Oliveira (2000), investi parte de minhas energias no dilema que tinha me aparecido com frequência – o dilema envolvendo o meu posicionamento (ou não) diante do objeto de pesquisa. Instigada a refletir sob o ponto de vista de uma mulher integrante das forças policiais, tentei perceber como problematizar o “olhar, ouvir e escrever”, questionando até que ponto “esses atos cognitivos” foram “disciplinados” nas minhas atividades e me preocupava até que ponto estaria “domesticado” (Oliveira, 2000, p. 18).

Para mim, produzir a dissertação não era apenas cumprir as exigências do mundo acadêmico, baseada nas teorias, técnicas e métodos, por mais que as cobranças fossem feitas e que houvesse prazos e respostas a dar, o que compunha esse momento da trajetória na academia era também o encontro com histórias de vidas de pessoas. Desde que decidi trabalhar com mulheres lésbicas que já haviam morrido, uma multiplicidade de sensações e experiências me movimentaram. Olhá-las algumas vezes com a dúvida da escolha ou com a angústia de não dar conta do desafio que me coloquei.

Recebi alguns alertas sobre a dureza da tarefa: a dificuldade em encontrar documentação e a rejeição do tema, mas fui compelida pela incitação de cumprir a missão proposta por mim: escrever uma dissertação que abordaria violências contra mulheres que amaram outras mulheres e como lidaram, viveram e morreram em uma sociedade que até hoje tolhe essas vozes, embora saiba que elas existem e o quanto representam.

Para chegar nesse momento, no entanto, e justamente para mostrar quão importante foi essa experiência, cabe recuar rapidamente para uma breve retomada de meu percurso até aqui. Parto de 1994, quando trabalhava no jornal Gazeta de Alagoas e me encantei pelo universo da notícia. Fui contratada para ser atendente do departamento comercial, setor de classificados e após alguns anos, passei a desempenhar funções com orçamentos gráficos em outra empresa do Grupo Arnon de Mello – a extinta Gráfica Gazeta de Alagoas, que era responsável pela impressão do jornal local. Em meio às pautas, fatos e notícias, no ano 2000 iniciei os estudos no curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, na Universidade Federal de Alagoas. O que para mim parecia um caminho jornalístico bem delineado, foi modificado com aprovação em concurso público, que me levou à carreira na Polícia Civil alagoana, em junho de 2002.

Em 18 anos de atividade policial enfrentei inúmeros desafios e inquietações diárias, diversas vezes me posicionei contra atos de violações de direitos humanos, que afetava principalmente as populações mais vulneráveis. Como uma jovem mulher policial foi preciso um esforço grande para encontrar estratégias e lidar com situações de conflito e tensão, sem deixar de lado sensibilidade e empatia com as vítimas. Nesse ínterim, passei a observar ausências frente à população LGBTQIAP+ (Abreviação de Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e o símbolo “+” representa outras sexualidades ou identidades de gênero que não estão incluídas nas restantes letras) e a falta de um tratamento específico para atender as demandas desse grupo, fosse nos momentos mais corriqueiros como, por exemplo, no registro de um boletim de ocorrência ou nos mais violentos como em casos de repercussão que envolviam crimes de ódio violentos motivados por discriminação e preconceito. O que me afetava e me incomodava era não apenas a ausência estatal, mas a falta de percepção de que era necessário fazer algo diferente.

Em 2022, em meio à pesquisa de campo, fora das atividades policiais e atuando na advocacia criminal, integrei, na condição de vice-presidente, da Comissão especial da Diversidade Sexual e Gênero da OAB/AL (Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Alagoas). Tanto a experiência policial, quanto a advocacia trouxeram novas reflexões. Infelizmente, em vez de sanar dúvidas, cada nova experiência só atiçava minhas preocupações. E, parecia-me que, muito mais do que registrar detalhes particulares das histórias a tarefa urgente eram as inquietações, que em vez de serem solucionadas com a “maturidade” da pesquisadora, tenderam a crescer. Tratei com as práticas cotidianas das pessoas – num espaço e momento de intimidade, extremamente problemático (inicialmente delegacias de polícia e depois comissão especial da diversidade) que escapava dos discursos oficiais e documentos

públicos. A partir desse lugar que ocupei no campo, definido tanto por meu tema como por meu método, segui me inquirindo.

Não pretendo dar conta da vasta discussão que tem envolvido tantos pesquisadores num autoexame de sua prática profissional. Faço minha contribuição esboçando algumas reflexões sobre um elemento pontual dessa problemática – a associação ou pertença – que no meu caso provocou muitas indagações de uma jovem pesquisadora na prática de campo, em vez de estimular numa reflexão sobre maneiras possíveis de proceder. A questão do “sim ou não” posicionar, não era um mero detalhe técnico e me paralisava.

Para superar o dilema, por orientação, recorri aos estudos de Alain Touraine, a leitura do livro “Pensar Outramente”, me ajudou também a refletir o sujeito no domínio da sociologia. Discussão rica e contemporânea centrada na primazia do sujeito e não da sociedade. O sociólogo francês fala do direito de associação e de pertença, mas também do direito de não se associar e de não pertencer. Centrado na crítica à ausência do sujeito em várias abordagens sociológicas e na afirmação do primado do indivíduo em face da sociedade “não é em nome da sociedade que devemos julgar o ator; é em nome do sujeito que devemos julgar a sociedade” (Touraine, 2009, p. 112). Compreendi que não me posicionar era também uma opção. Enquanto pesquisadora me preocupava até que ponto essa atitude poderia afetar a pesquisa.

A ideia de *coming out*³ pode ter soado como avanço dentro do debate sobre homoafetividade, mas pode ser também uma amarra identitária, semelhante a heteronormatividade compulsória. O que define o caráter democrático ou não de uma exigência normativa está ligado ao respeito inviolável às escolhas do sujeito. Para Touraine não há liberdade positiva (o direito de fazer algo) sem a liberdade negativa (o direito de não fazer algo) (Touraine, 2009, p. 130). A exigência de *coming out* dentro dos movimentos homossexuais de qualquer natureza pode ser uma postura autoritária. Em outras palavras: o direito a visibilidade carrega, também, o direito a invisibilidade, contudo esse debate é mais complexo do que parece ser à primeira vista.

Em suas pesquisas, Touraine utiliza a intervenção sociológica como procedimento metodológico. Essa técnica de pesquisa “consiste em substituir o estudo à distância dos atores

³ Revelação pública da própria orientação sexual - é um processo que pode ser muito difícil para alguns, devido à maneira como o homossexual ainda é visto na sociedade latino-americana. Outro termo importante nessa discussão é o *outness* - processo de autoaceitação de uma identidade homossexual para si mesmo, podendo ser ou não revelado para outras pessoas (Martins; Romão; Lindner; Reis, 2010).

e das situações pelo estudo da relação entre o pesquisador e o ator” (Touraine, 2007, p. 97). Seguindo tal procedimento, Touraine propôs que as mulheres mostrassem como elas se representam a si mesmas, a partir de suas próprias experiências de vida. A sociologia do sujeito propicia o exame crítico da situação vivenciada por atores e atrizes sociais. “A intervenção do sociólogo reenvia o grupo a ele mesmo, o ajuda a conquistar a imagem de si”, mediante “o exame crítico” de situações vivenciadas no cotidiano, atores e atrizes conseguem “se avizinhar da consciência de seus próprios engajamentos” (Touraine, 2007, p. 137).

A mim pareceu que essa questão protegia mais a pesquisadora do que as pesquisadas, se um dos enfoques centrais é a visibilidade e a luta de mulheres que almejam efetivamente serem percebidas e pertencidas na sociedade, o dilema parecia indicar justamente uma pessoa que tinha algo a esconder, o que serviria apenas para reforçar os estereótipos que procuramos questionar. Confesso que eu tinha “naturalizado” o anonimato, o acionando automaticamente até o momento de minha qualificação (apesar de ser sempre inquirida sobre meu posicionamento). Que meu anonimato no texto pareceu não fazer sentido visto que trabalhei com documentos históricos, não escondi os nomes dos lugares e pessoas estudadas, pois então, o lugar que me posicionei, até o momento, é esse: mulher cis heterossexual sem atividade homoerótica.

Essa postura faz parte de uma determinada visão de ciências – a que convive com tensões em vez de tentar saná-las, procurando assim manter aberto o debate. “Dilemas” são, por definição, sem solução e a discussão deles, serve, antes de tudo, para ajudar a enfrentá-los honestamente.

1.2 Problema de Pesquisa: Ideia Original, Nuances e Razões de Modificação

Cabe explicitar que o percurso da pesquisa, até o momento da qualificação, necessitou de ajustes consideráveis e o texto apresentado passou por uma mudança de direção importante na abordagem da temática, tendo em vista dificuldades metodológicas encontradas para constituição de um *corpus* de análise. Essa redefinição exigiu uma maturidade em face ao enfrentamento dos desafios da pesquisa.

Assim, o presente trabalho difere da ideia original, pois *a priori* objetivou-se fazer um estudo baseado em dados estatísticos sobre a violência letal cometida contra mulheres lésbicas. A intenção era construir um mapa configuracional de Alagoas, empregando alguns questionamentos como: Em que medida a identidade de gênero e orientação sexual de mulheres

lésbicas as colocariam como vítimas mais favoráveis à violência letal? E em quais situações ocorreriam lesbocídios (homicídio de lésbicas) em Alagoas? Esse propósito surgiu a partir de discussões do Grupo de Estudos Avançados do IBCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), no ano de 2018, quando analisei a violência LGBTfóbica em Alagoas e no Brasil, entre os anos de 2012 e 2017.

À época, a pesquisa empírica foi obtida pelo cruzamento de relatórios estatísticos produzidos em Alagoas, pelo Grupo de Trabalho Segurança Pública LGBT⁴, e, a nível nacional, pelos relatórios anuais do Ministério dos Direitos Humanos e do GGB (Grupo Gay da Bahia). Em Alagoas, o universo de pesquisa contou com 93 registros de mortes, sendo que 46 dos crimes foram esclarecidos pela polícia remetidos ao judiciário. Dentre eles, quatro casos foram investigados, ainda não apresentavam resultados judiciais e um caso foi arquivado (no âmbito do judiciário), restando assim 47 crimes, que não apresentaram resultados de investigação, ou seja, as investigações policiais alcançaram um pouco menos da metade dos crimes ocorridos.

A estatística demonstrava uma média de 18,6 mortes por ano. Vale salientar que, os dados contabilizados não incluíram os dois últimos meses de 2017, o que levava a crer, que a média anual de mortes no período seria ainda maior.

A resolutividade apresentada em cada um de seus relatórios foi a seguinte: Em 2012, dos 21 casos relatados, 13 foram esclarecidos pela polícia, com a conclusão dos inquéritos policiais apontando o acusado e na maioria das vezes com o cumprimento da prisão do réu. Oito crimes não foram concluídos. No ano seguinte, 2013, dos 14 casos registrados oficialmente, tendo como vítimas LGBTQIAP+, sete foram esclarecidos e sete crimes ficaram sem resultado. A partir deste ano, o relatório passou a não especificar detalhes sobre andamento do processo judicial.

⁴ Em Alagoas, o Grupo de Trabalho, que atualmente está desativado, era composto por membros natos e convidados, dentre os natos, estão: Núcleo de ensino integrado da Secretaria de Segurança Pública; Secretaria da Mulher Cidadania e dos Direitos Humanos; Superintendência de Políticas de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos; Núcleo da Diversidade; Polícia Civil; Polícia Militar; Superintendência Geral de Administração Penitenciária e ainda Ministério Público Estadual, Comissão da diversidade sexual da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Alagoas e representantes de cada seguimento da população LGBTQIA+. Anualmente produziam relatórios de crimes envolvendo homossexuais, os quais, à época, foram cedidos via correio eletrônico, pois não estavam disponíveis para consulta em nenhum sítio eletrônico, como também não eram divulgados. Tais documentos eram uma fusão de dados colhidos do cruzamento do relatório oficial desenvolvido pelo Grupo Gay de Alagoas – GGAL, com informações das delegacias alagoanas, de sites jornalísticos locais e do Tribunal de Justiça de Estado.

Em 2014, foram registrados oficialmente 14 crimes, tendo como vítimas LGBTQIAP+. Três deles foram esclarecidos, a menor taxa de resolutividade contabilizada durante a pesquisa. Em 2015, os números chegaram a 13 crimes registrados, sendo dois esclarecidos pela polícia e quatro ainda seguiam em aberto. No ano de 2016 registrou-se 15 mortes, oito foram esclarecidas e por fim em 2017, chegou-se a 16 mortes, contabilizando 10 casos solucionados, entretanto, ainda faltavam dois meses para o final daquele ano, quando a pesquisa precisou ser encerrada.

A partir dessa experiência, planejou-se então coletar dados na Polícia Civil, Segurança Pública e Poder Judiciário para alicerçar essa dissertação, mas a proposta foi redirecionada após debates, orientação, seminários junto aos professores do programa, uma vez que, após algumas incursões em campo, mesmo utilizando a lei de acesso à informação⁵, apenas dados genéricos e quantitativos foram disponibilizados, através dos quais não se poderia individualizar as vítimas, pormenorizá-las, nem obter informações sobre a motivação das mortes⁶.

Ficou demonstrada a dificuldade que concernia ao fato de que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Polícia Civil de Alagoas, órgãos oficiais subordinados ao poder executivo local, não apresentarem dados transparentes e acessíveis. Outra dificuldade que obstaculizou foi o fato de que nos procedimentos padrão, tais como boletins de ocorrência e relatórios de local de crime, apesar de possuir campo específico para tal preenchimento, as informações, ainda hoje, não são preenchidas e, por conseguinte, não há menção referente à identidade de gênero, orientação sexual ou motivação homofóbica presumida.

Cabe a ressalva importante de que existe grande dificuldade em obter dados públicos e sistemáticos, tanto no âmbito nacional, quanto entre os estados da federação sobre a violência LGBTfóbica. As tentativas de levantar dados estatísticos de violências contra a população LGBTQIAP+ não é inédita no meio acadêmico e diversas pesquisas podem ser facilmente encontradas nos repositórios de universidades e em revistas científicas, por exemplo.

Entretanto, os desafios narrados pelos pesquisadores sobre acesso às bases de dados e catalogações são recorrentes (Nunes, 2018; Peres; Soares; Dias, 2018). Quando se trata de

⁵ A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. Em Alagoas, a lei nº 8.087/2019 regulamentou os procedimentos a serem observados na aplicação da Lei Federal.

⁶ Conf. Anexo A e B, Resposta à solicitação sobre acesso a dados estatísticos emitido pela Polícia Civil de Alagoas e relatório por meio do núcleo de estatística e análise criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas, em 22 nov. 2021.

coleta e exposição dessas mortes, o GGB configura com protagonismo, “desde o início da década de 1980 recolhe informações sobre homofobia no Brasil” (Masiero, 2014, p. 50). No que se refere a publicização dessas mortes, os entraves são ainda maiores, porquanto há uma resistência, algumas vezes clara, seja pela falta de reconhecimento de que tal morte configure relação com casos discriminatórios ou crimes de ódio, como pela averiguação ineficiente que descarta linha de investigação com viés de homofobia e, outras vezes, de forma velada, o que gera subnotificação e cifras ocultas⁷. De acordo com Nunes, a intenção do GGB é fazer da publicização dessas mortes uma estratégia política. “Se tais crimes não eram expostos, contabilizados pelo Estado, então o Estado agia como que invisibilizando esses corpos e as mortes eram tidas como desimportantes” (Nunes, 2018, p. 87).

Nesse sentido, ao analisar o recorte empírico dado a esta dissertação, a produção de dados e catalogação de estudos específicos são ainda mais raros. O dossiê sobre o lesbocídio no Brasil 2014-2017⁸, produzido pelo núcleo de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é uma das raras pesquisas de mapeamento de assassinatos e suicídios de lésbicas no país com o recorte metodológico específico e interseccional. Para seu desenvolvimento, o trabalho contou com uma rede de coleta de informações e monitoramento permanente. Ao longo do dossiê a ausência de informação é questionada, levantadas as hipóteses de negligência e invisibilidade dessas mortes por parte do Estado.

Percebemos que a ausência de informações é demonstrativa de lesbofobia, de racismo, de machismo, de classismo e de tantos outros preconceitos agregados que constroem o perfil e o sentido do descaso com estas pessoas no Brasil e no mundo. Se a notícia não existe e se os dados não existem, não há provas, não há fundamentações e muito menos credibilidade com relação aos relatos (Peres, 2018, p. 106).

⁷ O termo “cifra oculta do crime” é creditado a Biderman e Reiss (1967). Segundo Penteadó Filho (2020), o sociólogo Adolphe Quetelet (1796-1874) chegou ao termo cifra oculta da criminalidade, ao relacionar a ideia de criminalidade real, aparente e legal. O sociólogo americano Edwin Sutherland (1883-1950), esclareceu que a teoria se baseava na ideia de que os percentuais de crimes divulgados pelo Estado eram superficiais e falsos, não podendo ser tomados como verdades absolutas. De acordo com a criminóloga venezuelana Aniyar de Castro (1937-2015), para se chegar ao conceito de cifras ocultas necessário estabelecer as diferenças entre criminalidade legal, aparente e real. Atualmente, as cifras ocultas da criminalidade têm forte impacto em diversos delitos. Muitos desses deram origem a diferentes outras cifras que são consideradas “subespécies” das cifras ocultas. O termo **cifras rosa** é relacionado com os crimes de caráter homofóbico que não chegam ao conhecimento dos órgãos.

⁸ Conf. PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **LESBOCÍDIO**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/dossie-sobre-lesbocidio-no-brasil-2014-2017-peres-milena-cristina-carneiro-et-al/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

O dossiê publicado em 2018, após inúmeros ataques conservadores que buscaram deslegitimar a pesquisa, atualmente é questionado em processo judicial, o que leva a reflexões sobre as tentativas de invisibilização das questões lesbofóbicas. No mesmo ano, o relatório do GGB apresentava altos índices de violência⁹. Por outro lado, o Atlas da violência¹⁰ começou a apresentar a temática LGBTQIAP+ apenas em 2019, em uma seção centrada nos registros de violências cometidas por terceiros.

Na edição de 2021 houve, mais uma vez, o alerta realizado nas duas edições anteriores a respeito da urgência da “produção, sistematização e publicização desses dados e indicadores”, para construção de políticas públicas. O Atlas aponta para a tendência de aprofundamento das vulnerabilidades à violência a que estão submetidos “especialmente o subgrupo mais vulnerável, constituído de pessoas jovens e negras LGBTQIAP+” (Cerqueira, 2021). Ademais, critica o recenseamento de 2021, o qual não contou com perguntas relativas à identidade de gênero e orientação sexual (França, 2021; Figueiredo; Araújo, 2021a). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável, entre outros levantamentos sociodemográfico do país, pelo Censo, ainda não incorporou tais marcadores, com exceção do sexo-gênero e somente após ação judicial provocada pelo Ministério Público Federal é que resolveu divulgar os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde¹¹(PNS), realizada em 2019.

Os dados foram divulgados¹² em maio de 2022, na pesquisa optou-se pela captação da orientação sexual sob a ótica da autoidentificação. De acordo com o próprio relatório, “o fato de uma pessoa se autoidentificar como heterossexual não impede que ela tenha atração por relação sexual com alguém do mesmo sexo” (IBGE, 2022, p.06). Para a captação dessas formas de avaliar a orientação sexual, seria necessário a investigação do comportamento e da atração sexual. “A investigação envolveu seis opções de resposta disponíveis no questionário eram: Heterossexual; Homossexual; Bissexual; Outra orientação sexual; Não sabe; e Recusou-se a

⁹ De acordo com o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais relativo ao ano de 2018, produzido pelo Grupo Gay da Bahia, foram documentados 420 mortes violentas de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais no Brasil, perfazendo um assassinato a cada 20 horas, deixando o Brasil na posição de primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos.

¹⁰ Como realizado nas últimas edições, busca retratar a violência no Brasil principalmente a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde e do Disque Direitos Humanos (Disque 100), Conf. CERQUEIRA, Daniel. *et al.* Atlas da Violência 2021. Brasília: Ipea; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2021>. Acesso em: 10 fev. 2022.

¹¹ Cf. em IBGE divulgará em maio PNS com pergunta sobre orientação sexual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=33302>. Acesso em: 01 abr. 2022

¹² Cf. em Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101934>. Acesso em: 04 abr. 2023.

responder” (IBGE, 2022, p.07). A PNS, apresentou os seguintes dados: havia 159,2 milhões de pessoas de 18 anos ou mais de idade no País, das quais 46,8% eram homens, e 53,2% eram mulheres. 1,94,8% das pessoas se declararam como heterossexuais; 1,2%, como homossexuais; 0,7%, como bissexuais; 3,4% delas não sabiam ou não quiseram responder; e 0,1% declararam outra orientação sexual (categoria que inclui o assexual e pansexual, por exemplo). Do total de 1,1 milhão de pessoas declaradas como bissexuais, a maioria era formada por mulheres (65,6%), enquanto, do total de 1,8 milhão de pessoas declaradas como homossexuais, os homens eram maioria (56,9%). Os resultados obtidos mostraram que os mais jovens apresentaram, ao mesmo tempo, tanto o maior percentual de pessoas que se autoidentificaram como homossexuais ou bissexuais, como também os maiores percentuais de respostas “não sabe” e de “recusa em dar a informação”. O relatório extremamente curto, contendo apenas cinco páginas apresentaram apenas informações estatísticas e não fez análises qualitativas.

Por todo exposto, percebeu-se que a técnica de pesquisa escolhida não haveria de prosperar, pois o trabalho inicial tomava uma perspectiva institucionalizada, calcada em dados oficiais e atravessou múltiplas dificuldades durante a tentativa de levantar informações sobre lesbocídio. Primeiro, a baixa notificação e a ausência de aferição dentro dos órgãos. Essa limitação não impulsionou a mudança de estratégia metodológica de imediato e algumas táticas foram traçadas para alcançar a ausência ou subnotificação de dados, uma delas foi buscar informações junto ao coletivo LGBT e examinar as mortes lésbicas, as denúncias ou tipos de reivindicação a partir do levantamento de informações sobre os corpos mortos.

Contudo, novas dificuldades surgiram, ao longo das incursões em campo, além do momento enfrentado com a crise mundial desencadeada pela pandemia do Covid 19, que obstaculizou o acesso aos coletivos, por vários momentos suspenderam os atendimentos e as entrevistas ficaram prejudicadas, se percebeu ainda preocupação ou predomínio das mortes quando se tratava da homossexualidade masculina, já quando se buscava informações sobre vítimas de lesbocídio, as informações eram escassas e vagas.

1.3 Questões Operacionais: Reformulação do Objeto e o Diálogo com os Dilemas Sociológicos

Em meio aos percalços da pesquisa, para alicerçar essa dissertação, a proposta foi redirecionada, mais uma vez, após debates, orientação, seminários junto aos professores do

programa. E por sugestão, chegou-se à morte de mulheres lésbicas na história, a existência, o protagonismo de mulheres não silenciosas, porém silenciadas, que de alguma forma se fizeram ouvir pelos processos discriminatórios, violentos e letais a que foram submetidas.

O deslocamento da perspectiva inicial apresentou-se um carrossel de mulheres lésbicas, militantes ou não, negras e não negras, pobres periféricas ou não, com vivências, lutas e resistências em diversos campos do saber: Marielle Franco; Luana Barbosa; Lota de Macedo; Elisabeth Bishop; Cassandra Rios; Felipa de Souza.

Tratando-se de personagens com vivências públicas, abordando as biografias, os estudos e produções científicas brasileiras, que tenham sido produzidas sobre elas. Tem-se numa amostragem estratificada, que se caracterizam pela seleção não proporcional da amostra de um subgrupo da população considerada, no caso, as mulheres lésbicas. Dentre os critérios que guiam a escolha: a importância que se reconheceu em algumas histórias de vida valendo-se da repercussão social, ou seja, a representatividade e o acesso à documentação histórica e, outras, por exemplo, no caso de mulheres lésbicas que figuraram durante o período colonial e escravocrata, por serem menos conhecidas do público geral pelo decurso do tempo, pelo escasso acesso à documentação histórica e, por isso, pareceu benéfico situá-las na pesquisa.

Ao buscar a história de mulheres que enfrentaram as tentativas de silenciamento em diferentes momentos históricos, cruzadas pela vivência da lesbianidade objetivando a possibilidade de desenvolver um trabalho que privilegie as que foram marginalizadas pela normatividade cis heteronormativa. Além do mais, considera-se a tarefa de procurar o registro do passado nas entrelinhas e no implícito do que foi silenciado pela escrita hegemônica da história daquelas que viveram à margem do sistema. E nesse ponto, percebe-se que as mulheres lembradas no presente estudo, -compartilham um:

[...] mundo feminista em que as liberdades de ser e viver sejam protegidas, em que não haja opressão ou medo por ser o corpo que se é, ou se imagina ser, em que o patriarcado seja desmantelado em suas estruturas capacitistas, classistas, homofóbicas e racistas (Diniz; Gerbara, 2022, p. 190).

Em vista disso, a pesquisa segue abordando a temática de gênero e sexualidade, situada em determinado momento histórico e cultural, a partir da correlação com os “sistemas de poder que regulam sua prática”, com a “formação dos saberes” e com a produção das subjetividades, adotando “as formas pelas quais experiências diferem em cada pessoa e reflete no modo de se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (Foucault, 1984, p. 10). Muitas histórias de vidas serão narradas sob um determinado fato histórico, apenas um fragmento do que se é conhecido, pois muitas delas se perderam, não se sabe nada mais sobre elas: mulheres de classes sociais

diversas, que se apaixonaram por outras mulheres e construíram vidas em segredo, tecendo amores às escondidas para sobreviverem em uma sociedade preconceituosa, inseridas no patriarcado¹³, sexismo, machismo e racismo. Ademais, se avança em relação ao presente contemplando as movimentações do século XXI.

Relevante esclarecer que não se trata de uma análise sobre performatividade, mas se oferece uma reflexão (às vezes sucinta, às vezes extensa) dos contextos, discursos, momento histórico nos quais as mulheres lésbicas experienciaram suas relações afetivas, os possíveis impactos normativos sobre a vida, a violência e até a morte. Não se faz, também, uma exposição de história lesbofóbica, mas utiliza-se da genealogia como instrumento de trabalho para adentrar o *campus* e por isso, escapa de uma exposição sistemática, cronológica e linear, mas apenas de uma apresentação de conteúdo, multiplicado por referências pós-estruturalistas e feministas (Foucault; Butler; Scott; Anzaldúa; Lugones; Collins). Por essa razão, na medida em que as vivências dessas mulheres se atravessam permite-se, em alguns momentos expor de forma mais ordenada; em outras, não.

Além disso, considerou-se a tarefa de “escovar a história a contrapelo¹⁴”, ou seja, de procurar o registro do passado nas entrelinhas e no implícito do que foi silenciado pela escrita hegemônica da história daquelas que viveram à margem do sistema. Ao buscar a história de mulheres que enfrentaram as tentativas de silenciamento em diferentes momentos históricos, cruzadas pela vivência da lesbianidade objetivamos desenvolver um trabalho que privilegiasse as que foram marginalizadas pela normatividade cis heteronormativa.

Assim, como asseverou Benjamin (1985), “a tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade” (Benjamin, 1985, p. 226). E nesse ponto percebe-se que o “estado de exceção”, ao qual as mulheres, que estão relembradas no presente estudo, estão inseridas é o patriarcado, o sexismo, o machismo e o racismo.

¹³ Sobre o conceito de patriarcado será aqui abordado conforme estudos de Saffioti, explorado de forma mais detalhada a frente, compreendido como uma estrutura de dominação e exploração das relações de gênero, raça/etnia e classe social, ou seja, o patriarcado determinante do modo de ser em uma determinada época e território, produto histórico-social das relações de gênero pautadas em formas diversas de exploração-dominação. Ver: SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular. Fundação Perseu, 2015.

¹⁴ Aqui nos referimos à ideia de "escovar a história a contrapelo". Ver: BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 225

Ao abordar o tema fez-se necessário questioná-lo como fenômeno sociológico, a sexualidade como mutável, plástica e que se transforma ao longo do tempo, de uma sociedade para outra e que é experimentada de diferentes formas ao longo da vida. Para tanto, o investimento na construção de uma teoria social que se contrapõe a qualquer tipo de leitura naturalista da sexualidade. Discutiui-se: de que maneira diferenciada elas se relacionaram entre si e com o meio social à sua volta? Ao longo dos tempos, marcado por discursos normatizadores, coube às mulheres algo além do que a função de mãe e esposa? Amor e amizade foram afetos livremente escolhidos, ou foram determinados e determinantes em suas relações interpessoais?

Além disso, os movimentos sociais e a reivindicação de determinados grupos pelo reconhecimento de direitos e modos de subjetivação repercutem na atual conjuntura, “reforçando a necessidade de um deslocamento da análise sociológica em direção à questão do sujeito. Assim, a reflexão passa dos sistemas para os indivíduos, entendidos como sujeitos”, (Martins, 2011, p.735). Para Foucault, a relevância do amor entre pessoas do mesmo sexo, quase sempre invisíveis, destaca o modo de subjetivação operado como um “processo pelo qual se obtém a constituição de uma subjetividade, que não é senão uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência em si” (Foucault, 2004, p. 706).

Logo, o entrelaçamento de gênero e sexualidade trazem atualizações de análise nas pesquisas sobre a corporalidade lésbica e a construção do movimento social, com a finalidade de “preservar o lugar do sujeito humano dentro da realidade e nas análises sociais” (Touraine, 2007, p. 82), a sociologia propicia a compreensão de fatores como a exploração, a dominação e a libertação, além de questões concernentes às resistências dos indivíduos às relações de poder. A “consciência de si como sujeito é um pressuposto para o reconhecimento dos outros”, enquanto a individuação combina a perspectiva do indivíduo com a visão da sociedade. Por sua vez, a subjetivação constitui a “descoberta do sujeito a partir do indivíduo empírico” (Touraine, 2007, p. 144), relacionando-se com a reflexividade. Assim, toma-se a ideia trabalhada nas pesquisas qualitativas de Touraine sobre as mulheres, que evidenciam como elas “almejam construir-se a si mesmas como mulheres” (Touraine, 2007, p. 86).

1.4 Estrutura dos Capítulos

A dissertação foi dividida em quatro momentos. No primeiro capítulo, intitulado *Coordenadas Metodológicas*, abordou-se como se deu o encontro da pesquisadora com a

temática exibindo o caminho metodológico percorrido pelas estratégias necessárias para que sem abandonar o objeto de pesquisa, fizesse o deslocamento da ideia original e do método a ser aplicado. O encontro com uma variedade de novas personagens gerou questões que foram pensadas ao longo da pesquisa. Quem fala? De onde fala? No mesmo capítulo, o problema de pesquisa foi apresentado, como ainda as questões operacionais que levaram à reformulação do objeto e o diálogo com os dilemas sociológicos.

O capítulo dois se dedica a problematizar a lesbianidade, situando o leitor a respeito dos termos e conceitos, que serão abordados ao longo da dissertação. Em seguida, adentrou na breve genealogia do movimento lésbico no Brasil. Nesse ponto, objetivou-se não apenas uma exposição cronológica do movimento lésbico, mas minimamente demonstrar os entraves enfrentados pelas ativistas lésbicas dentro do movimento LGBT.

Na sequência, já no terceiro capítulo reunimos, por meio das genealogias, as histórias de mulheres lésbicas que se valeram de táticas de resistências e sobrevivências afirmando-se como agentes transformadoras de suas próprias histórias. Retomando a ideia de história a contrapelo, a vida de cinco mulheres, que viveram no Brasil, em momentos históricos diferentes, classes sociais diferentes, que passaram por processos de violência específicos. As análises foram realizadas por meio de pesquisa documental em acervos, pesquisas acadêmicas, documentários jornalísticos, filmes e romances.

O objetivo do capítulo é que as narrativas de vida, além de analisar os discursos e as cristalizações do momento histórico, sirvam de conteúdo para futuras pesquisas. Já nesse momento, algumas mulheres lésbicas são situadas: Felipa de Souza, condenada pela Santa Inquisição por lesbianidade; O casamento lésbico na década de 1930 de Lota de Macedo e Elisabeth Bishop; Cassandra Rios e a perseguição da literatura lésbica durante a ditadura militar; Luana Barbosa, lésbica, negra, periférica, vítima violência policial em 2016 e Marielle Franco, assassinada em 2018, lésbica, negra, socióloga, mulher símbolo de resistência que abre o campo para o debate sobre mulheres na política.

Por fim, no quarto capítulo, serão trazidas as resistências lésbicas na atualidade e as possíveis formas de resistências. A direção aponta para a maneira como os estudos feministas buscam romper com as estruturas fixas, com a noção de tempo linear e evolutivo, fazendo emergir uma variada gama de experiências feministas, que permitiram dar visibilidade às mulheres enquanto sujeitos históricos completos. Elencam-se os embates sobre a criminalização da homotransfobia no cenário jurídico e político brasileiro, ressaltando os tensionamentos quanto a uma pauta específica lesbofóbica.

Conclui-se com as reflexões feministas, o contramovimento e os saberes de lésbicas negras trazidas como possibilidade de resistências ao patriarcado. Pretendeu-se, por meio de uma imersão no campo do feminismo negro lésbico, uma abordagem interseccional ao feminismo que se estendeu além de raça e gênero para a sexualidade; abordar nas discussões que giram em torno da (in) visibilidade da identidade numa perspectiva interseccional, considerando que as opressões operam juntas na encruzilhada das discriminações, opressões e preconceitos, que são sofridas de forma combinada e as afeta simultaneamente, bem como debater as questões da violência por meio dos discursos e práticas cristalizadas.

2 APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS NO BRASIL

2.1 As Vertentes da Lesbianidade

Sim, sou tríbade, sáfica,lésbia, lesbiana, entendida, invertida, transviada, sapatão, sapa, sapata, francha, bolacha, fanchona, paraíba masculina, mulher-macho, gay, sim senhor, machuda, macha, dyke, como dizem as americanas, ou como as mexicanas, tortillera, do tupinambá çacoãimbeira, do latim virago e, brasileiroamente falando, roçadeira, saboeira, moquetona, madrinha, pacona, do aló, do babado ou, se preferirem algo mais erudito, ginófila, andrógina, homófila, fricatrix e homossexual.

por Vange Leonel¹⁵

O discurso misógino, excludente, dominante e disciplinador que representa as mulheres destinadas biologicamente a desempenhar as funções de mãe e esposa, levou a criação de formas pejorativas de nomear, o feminino. Ao longo do tempo, o corpo das lésbicas foi alcunhado como *tríbade, invertida, vampira*, dentre outras formas de identificação. Criadas pelos homens, em diferentes imaginários do corpo das lésbicas, sempre baseado na negação da sensualidade e do prazer.

Como contraponto, percebe-se que as histórias de vida das mulheres trazidas nessa pesquisa criaram linhas de fuga, desterritorializando seu lugar de ação, criando outros espaços para suas experiências amorosas, afetivas e sexuais. A construção dessas narrativas passa pela maneira como as personagens inventaram para si um lugar na sociedade.

Ao descrever a perspectiva epistemológica que possibilita trabalhar a reação entre as mulheres e o sentido das formulações das teorias feministas permite-se pensar a construção dos sujeitos, para além do binário, da heterossexualidade compulsória, percebidas como armadilhas discursivas do patriarcado. Touraine sustenta que, na atualidade, “a categoria que melhor carrega o sujeito é aquela das mulheres, já que, mais do que qualquer outra categoria, elas, por longo tempo, viram rejeitado seu direito à subjetividade” (Touraine, 2007, p. 161). Assim, as mulheres iniciaram o processo de construção de si mesmas como sujeitos em meio a divisão sexuada da sociedade, onde os papéis tradicionais de gênero, a heterossexualidade e as relações assimétricas entre os corpos sexuais emergem como norma, algo quase inquestionável (Swain, 2000, p. 17).

¹⁵ Publicado da Revista da Folha da FSP em 2004, Vange Leonel (1963 – 2014) foi uma cantora-compositora, jornalista, cronista, romancista e dramaturga lésbica. Sua música intitulada “Noite Preta” ficou famosa por ser ter sido abertura de uma novela da Globo chamada Vamp.

Ao adentrar no estudo sobre lesbianidade fez-se uma digressão e entendeu-se, inicialmente, ter claro alguns conceitos recorrentes sobre a temática ao longo das últimas décadas, *a priori*: sexualidade; falocentrismo; patriarcado; viriarcado e ainda a palavra lésbica e termos êmicos similares: *entendida*, *sapa*, *sapata*, *sapatão*, *ladies* (lésbica com estética feminina), *fancha* (lésbica com estética masculina), *caminhoneira*, *mari-macho*, *paraíbas*, *bolacheiras*, *patás*, dentre outras formas de identificação. Entretanto, outros conceitos surgem de forma contundente e, portanto, também serão apresentados nessa seção.

Com o advento do cristianismo, o sexo e o prazer carnal representavam o afastamento do divino, condenou-se a sodomia, “a homossexualidade foi criticada por muitos cristãos por ser considerada uma prática voltada unicamente ao prazer e ligada aos cultos pagãos”. Houve um investimento das instituições religiosas sobre a sexualidade, buscou-se a organização social fundada na constituição familiar, baseada no casal heterossexual, monogâmico e a prática sexual orientada para a procriação. Desse modo, o papel punitivo da igreja quanto à sexualidade feminina levou à execução em fogueiras, como assegura Smalls:

[...] havia a magia diabólica da sexualidade feminina. Em inúmeros países do Norte durante a Renascença, a bruxaria foi associada às ‘mulheres masculinas’. A atenção dedicada à bruxaria foi alimentada pela superstição e intolerância que reinou no fim da Idade Média. Essa crença se espalhou na Europa entre o século XV e o XVII. Bruxaria e homossexualidade estavam ligadas à heresia e foram severamente perseguidas. As mulheres, mais frequentemente as solteiras ou as viúvas impotentes, foram os alvos dessas acusações (Smalls, 2003, p. 102).

No século XII, as epidemias de pestes e mortes nas populações das cidades ocorrem no mesmo período da consolidação da prostituição masculina, levando a igreja a associar a sodomia ao pecado e a ira divina. No século XIV a maior visibilidade da sodomia entre os homens levou o Estado, polícia e igreja a aumentarem a repressão. “Em Florença, em 1432, criou-se a figura do oficial da noite para controlar e perseguir a sodomia, entendida como “homossexualidade masculina”. Na Inglaterra, a Lei do ano de 1534 criminaliza a sodomia. Por outro lado, atos como a lesbianidade, a sodomia feminina foi relegada a segundo plano (Torrão Filho, 2000, p. 96-120).

Segundo Mott (1987), após um século de existência do tribunal da Santa Inquisição, houve uma deliberação para que o Santo Ofício não tomasse conhecimento dos atos sodomíticos entre mulheres, em meio a grandes perseguições de homossexuais masculinos, levados à fogueira. Em Portugal, a homossexualidade feminina “gozou de certa clemência e tolerância frente à homossexualidade masculina, os processos de mulheres-sodomitas existentes na Torre do Tombo são raros, não havendo registro de nenhuma lésbica lusitana que

tenha sido queimada” (Mott, 1987). A partir de 1646, a Inquisição deixa de perseguir o tribadismo. Entretanto, como veremos ao longo dessa pesquisa, algumas mulheres foram condenadas pela igreja, algumas receberam penas mais brandas, outras foram severamente punidas.

No século XVI, o amor entre mulheres teve pouca relevância, pois apenas o sexo masculino, possuidor do falo, daria sentido ao ato sexual, como constata-se adiante por meio da narrativa do processo de Filipa de Souza, na primazia do falo, as mulheres foram postuladas como seres de sexo invertido, nessa concepção, a mulher era uma variação inferior do homem. E ainda, “no século XVIII, os genitais da mulher eram representados nos manuais de anatomia como uma versão não desenvolvida do sexo do homem” (Laqueur, 2001, p. 16).

Algumas historiadoras da homossexualidade apontam o surgimento do termo "tribadismo", no começo do século XVIII, para nomear as relações sexuais entre mulheres (Bonnet, 1995). O termo "*tribade*" era o mais utilizado, porém, muitos termos foram usados para descrever o amor entre mulheres no decorrer da história: *fricatrix* (aquelas que se roçam) como ainda *safistas*, *sáficas*, *lésbias*, *lesbianas*, *sodomitas*-

Já pela metade do século XIX, a medicina, sobretudo a psiquiatria e psicanálise começam a interessar-se pelo que chamam o "terceiro sexo", intervindo fortemente em categorização como "*invertidas (os)*" e sua patologização, buscando sua “Curação”, (Falquet, 2009). A “patologia homossexual” surgiu em 1869, Carl Friedrich Otto Westphal, professor de psiquiatria em Berlim, que realizou o primeiro estudo científico específico sobre a “patologia”, então nomeado “homossexualismo”¹⁶ e cunhou o termo “instinto sexual contrário”, considerando uma anomalia sexual e uma doença congênita de inversão.

“Já em 1882, Chevalier, cientista francês, atribuiu a um ‘hermafroditismo orgânico’ alegando que os invertidos reuniam congenitamente, elementos dos dois sexos” (Caprio, 1960, p. 100). Dessa maneira, as mulheres lésbicas, ou seja, as “*invertidas*” eram tidas como portadoras de uma patologia, começam a não ser mais tão ignoradas. Os médicos passaram a se ocupar das sexualidades femininas e a se dedicar ao “regime do poder-saber-prazer que sustenta o discurso sobre a sexualidade humana formulando interdições ou permissões” (Foucault, 2017, p. 16).

¹⁶ Aqui optamos por escolher tal terminologia para chamar atenção ao leitor sobre o uso do sufixo *ismo* que remete a uma patologia.

De acordo com Foucault, após o aparecimento das tecnologias médicas sobre o sexo, as “populações passaram a ser normalizadas e controladas, segundo os valores burgueses e capitalistas, através do dispositivo da sexualidade”, que alicerçam a lógica binária, dual, sobre o sexo (macho ou fêmea), o gênero (masculino ou feminino) e desejo/práticas sexuais (heterossexual ou homossexual). Esse poder exercido pela produção de métodos e procedimentos de controle sobre os corpos (Foucault, 1979, p. 244-246). Para o pensador francês, foi a partir do século XVIII que passou a propagação de discursos, saberes, prazeres e poderes sobre o sexo.

Nesse sentido, os dispositivos correspondem a “[...] um conjunto heterogêneo que conglomerava: discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Instituiu-se uma “arquitetura de coerção” que visa “disciplinar corpos”. Em suma, o dito e o não dito como elementos do dispositivo. Trata-se, do dispositivo da sexualidade, em ação, uma teia de relações sociais mantida por relação de poder. “Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa” (Foucault, 2017 p. 30). Pode-se dizer então de um “biopoder”, ou seja, de uma organização do poder sobre a vida.

Sendo assim, dois dispositivos de saber e poder a respeito do sexo são relevantes para se pensar as lesbianidades: o processo de histerização do corpo da mulher, pelo qual o corpo feminino foi analisado “como integralmente saturado de sexualidade” (Foucault, 1988, p. 99); e a psiquiatrização do prazer perverso, no qual as chamadas anomalias de base biológica e psíquica podiam afetar um corpo quando “atribuiu-se um papel de patologização e normalização de conduta” (Foucault, 1988, p. 100). Nesse contexto, o ato sexual entre pessoas de mesmo sexo biológico ganha a configuração de uma interioridade do sujeito, conferindo a esse uma identidade: homossexual ou heterossexual.

Nesse mesmo período, tentou-se a “cura” das práticas homoeróticas, a *Lobotomia* criada em 1949 pelo neurocirurgião português António Egas Moniz, foi uma arma bastante usada para "dar um jeito" na homossexualidade, então tida como um "defeito genético". A técnica cirúrgica, que chegou a ganhar o prêmio Nobel de medicina, consistia em cortar um pedaço do cérebro (nervos do córtex pré-frontal) para tornar os pacientes mais dóceis e livres de erotização.

No início do século XIX, práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo ainda eram consideradas, pelos cristãos, ameaça à moral, aos bons costumes e um pecado grave. A relação entre pessoas do mesmo sexo foi deixando de ser considerado crime, “embora os homossexuais

não tenham mais sido mortos nas fogueiras da Inquisição, eles não deixaram de ser reprimidos pelo preconceito e pelas chamadas ‘polícias de costumes’, que procuravam controlar e impedir a desordem, a depravação de jovens por adultos ‘predadores’ (Smalls, 2003, p. 159).

No Brasil, ao menos, desde 1894, o criminalista Viveiros de Castro¹⁷ introduziu o termo lésbica como sinônimo de ‘invertida sexual’, “passando a partir daí a ter tal significado, embora restrito, sobretudo às pessoas mais eruditas” (Mott, 1987, p. 11). Na literatura francesa a palavra lésbica foi registrada pela primeira vez em 1842, enquanto lesbianidade na data de 1870 (Lardinois, 1995, p. 27).

O termo homossexual era desconhecido até fins do século XIX (Schultz, 2006, p. 14; Sauer, 2010, p. 135), há quem aponte como marco temporal o ano de 1869 (Mott, 2006, p. 510) e quem atribua o surgimento do termo ao ano de 1892 (Fisher, 2007, p. 41). No entanto, há uma convergência de que tenha sido cunhado pelo austro-húngaro Károly Mária Kertbeny, designando como "as formas de amor carnal entre pessoas do mesmo sexo". “Nas sociedades ocidentais a palavra heterossexualidade foi criada em 1888” (Giorgis, 2011, p. 64).

Convém esclarecer que a exposição dos termos êmicos nessa dissertação foi pensada como uma estratégia de informação para o leitor e não se trata de uma tentativa de rotulação e/ou reificação. É fundamental fazer uma observação quanto ao processo de rotulação, destinada para a população lésbica, marcada pela discriminação e preconceito, que com certa frequência, é levada a desenvolver vidas duplas, pela opressão e pela angústia de omitir sua sexualidade, para não arcar com possíveis prejuízos nas relações sociais (Welzer-Lang, 2001). Assim, deixa-se de considerar a lésbica como uma pessoa total, reduzindo-a a uma pessoa estigmatizada que se sente insegura em relação à maneira como os “normais” a identificarão e a receberão.

Em seus estudos, Goffman apresentou o termo como derivado da palavra *stygma* (que significava marca sobre a pele), em geral feitas por instrumentos para designar algo de ruim sobre o estatuto moral de pessoas escravizadas, criminalizadas, prostituídas e estrangeiras, para que fossem facilmente reconhecidas pelo corpo social. Segundo o autor, as consequências dos estigmas nas sociedades ocidentais atravessam os tempos, além disso, as marcas impostas pelos “normais” costumam ter algumas variedades de formas de pensar e agir em direção aos

¹⁷ Francisco José Viveiros de Castro, professores de Direito do Rio de Janeiro, em 1894 publica o livro “A Nova Escola Penal”.

estigmatizados. Buscam racionalizar a inferioridade do estigmatizado e produzem teorias que justificam os riscos que eles representam e a necessidade de excluí-los; fortalecendo o estigma pela criação de termos pejorativos que designem estes sujeitos (Goffman, 2004, p. 6-8). Porquanto, as pessoas estigmatizadas assumem o atributo distintivo que a estigmatiza, ou esse atributo já é conhecido, ou está inequívoco ao olhar dos demais, nesse caso será um sujeito “desacreditado” (Goffman, 2004, p. 15).

Ao entrevistar mulheres lésbicas, que viveram no Rio de Janeiro entre os anos de 1950-1960, Nádia Nogueira analisou a sociedade carioca onde era possível identificar “a estigmatização sofrida por mulheres pouco femininas, conhecidas como *mulher-homem*” (Nogueira, 2008, p.60) e as que “vestiam roupas masculinas compunham a imagem da *invertida*”, ou seja, na divisão binária do casal lesbiano, uma masculina e a outra feminina não escapavam de estereótipos (Nogueira, 2008, p.210).

Na perspectiva sobre as marcações simbólicas relativa as identidades, Hall (2007) considerou que todas as identidades funcionam por meio da exclusão, marcada pela diferença construída na ideia do “outro”, afirmou:

Percebe-se que com certa frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence ou não a determinado grupo identitário, nesse caso a identidade é vista como fixa e imutável. Por outro lado, a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativa a outras identidades, são, por conseguinte, usada para marcar simbolicamente as diferenças de determinados grupos definindo quem será incluído e quem será excluído, numa construção da identidade tanto simbólica quanto social (Hall, 2007, p. 14-15).

Além disso, Hall mostrou que os termos que formam esses dualismos recebem pesos desiguais e são imbricados na relação de poder (Hall, 2007, p. 54). Pensou-se então no corpo como um dos locais envolvidos no estabelecimento de fronteiras que definem quem os indivíduos são, servindo de fundamento para a identidade, como por exemplo, identidade sexual (Hall, 2007, p. 15).

Ao refletir sobre a questão do corpo e suas marcas, Guacira Lopes Louro afirmou que, “[...] aqueles e aquelas que transgridam as fronteiras de gênero ou de sexualidade [...] são marcados como sujeitos diferentes e desviantes” (Louro, 2004, p. 87). É esse desvio que os transforma em abjetos – aquilo que deve ser expurgado –, que “escapam do lugar onde deveriam permanecer”, tornando-se “alvo de correção”, “rotulados (e isolados) como ‘minorias’”, “considerados transgressores” e, por isso, “desvalorizados e desacreditados” (Louro, 2004, p. 87). Nesse contexto o regime da heterossexualidade compulsória se torna regra, normalidade, válida para tudo e todos, forjando os papéis sexuais como verdades absolutas, implantado

historicamente como poder social produzindo hierarquia entre os sexos, nas quais os indivíduos foram divididos em categorias identitárias.

A heterossexualidade compulsória, conceito criado por Adrienne Rich (1986), propõe a heterossexualidade como uma instituição que pressiona, força e obriga, de forma violenta ou subliminar, todas as pessoas e especialmente as mulheres, a tornarem-se heterossexuais. Contribui, ainda, com a opressão dos homens sobre as mulheres, por ser um sistema que acomoda e hierarquiza as relações, onde o homem se torna sempre a referência.

Com relação ao conceito de gênero/sexualidades, ao problematizar a temática, Louro (2003, p. 16) define como “todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com processos que diferenciam homens e mulheres, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como dotados de sexo, gênero e sexualidade.” Na perspectiva de Butler os questionamentos sobre as questões de gênero giram em torno da performatividade¹⁸, acerca da construção do processo de humanização/desumanização, no qual parte de uma estruturação sociocultural, transforma o gênero em sujeito com corpo político. De acordo com Butler:

[...] como estratégia de sobrevivência em sistemas compulsórios, o gênero é uma performance com consequências claramente punitivas. Os gêneros distintos são parte do que “humaniza” os indivíduos na cultura contemporaneidade; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero (Butler, 2003, p.184).

Ao realizar a discussão sobre o tema, Butler (2003, p.162) propõe que os corpos se humanizam no momento do nascimento, ao serem identificados como menino ou menina, possibilitando identificar que o gênero é aprendido, além do mais, os que não se encaixarem nessa descrição ficariam fora do humano. Assim, a ideia de que o sexo natural, mulher ou homem, deve ter elementos, estilos corpóreos que designam o significado e configuram socialmente os papéis destinados compulsoriamente ao gênero (Costa, 2012, p. 211).

Nesse contexto, ao tentar responder o que é uma lésbica, percebe-se que “a identidade não pode ser respondida por uma prática sexual” e que a lesbianidade “não pode ser definida como uma categoria”, uma vez que a identidade depende também do “local de fala do sujeito”

¹⁸ O termo criado pela filósofa feminista pós-estruturalista Judith Butler, argumenta que nascer homem ou mulher não determina o comportamento, que é aprendido para se encaixar na sociedade. Butler afirma que o gênero seria uma "performance", algo fluido, modificável e múltiplo, o que permitiria às mulheres “jogar” sobre um registro identitário variado e modificável (Butler, 1990).

e este em constante processo de construção, onde a sexualidade é apenas uma das múltiplas variáveis que o constitui (Nogueira, 2008, p. 25). Nessa direção, retoma-se então, o desenvolvimento da ideia de reificação, “a negação do reconhecimento em decorrência da existência de preconceitos, estigmas e estereótipos” (Honneth, 2008a, p.75) e a tendência de qualificar as pessoas como objetos, tornando-as como coisas, ligada a recusa de reconhecer o outro como pessoa humana.

Ademais, pode-se problematizar as múltiplas denominações depreciativas que lésbicas receberam ao longo do tempo, todas operaram para produzir desumanização e para reafirmar a superioridade de quem as estigmatizaram. Abordando nesse ponto alguns momentos da lesbianidade, os muitos estigmas e estereótipos presentes atualmente sobre essas mulheres que se naturalizaram como reflexo do período histórico.

Sob a perspectiva do “local de fala do sujeito”, a lesbianidade está ligada ao contexto social em que é vivido. É imprescindível entender que, para além das práticas sexuais entre mulheres, é necessário atribuir ao termo um conteúdo político e assim, “desestabilizar o sistema dominante baseado na divisão da humanidade em dois sexos, fundamentos de dois gêneros” (Falquet, 2009, p. 123). Na mesma lógica, a antropóloga francesa Nicole Claude Mathieu analisou a diversidade das formas de articulação entre sexo, gênero e sexualidade e concluiu que cada sociedade constrói, interpreta as práticas sexuais e amorosas entre mulheres de forma diferente, e sua “visibilidade e legitimidade variam significativamente segundo a concepção que cada sociedade tem do que é ser mulher ou homem” (Mathieu¹⁹, 1991, p.131-154).

Nesse ponto, em seu estudo historiográfico, Swain (2004) versou sobre o apagamento da lesbianidade na história e sua ligação com culturas cristãs e patriarcais, demonstrando evidências e símbolos de práticas lésbicas nas sociedades ocidentais. (Swain, 2004, p. 11). No discurso religioso, o homoerotismo feminino é visto como pecado, que inviabiliza a lógica natural da procriação e da família; no discurso médico-científico é diagnosticado como doença, passível de cura e tratamento; no jurídico, criminalizado, pois leva a condutas perigosas, onde, são capazes de matar e morrer por amor. “Dessa forma, as lésbicas tornam-se personagens construídas, sob os ‘mecanismos de poder’” criado pela classificação das condutas sexuais.

¹⁹ A pesquisadora Nicole-Claude Mathieu faleceu em 9 de março de 2014, foi importante militante e teórica do movimento feminista francês. influenciou significativamente o debate feminista a partir dos anos 1970, É autora de publicações importantes (1991) sobre a construção das categorias "sexo" e "gênero" no âmbito das ciências sociais.

Os estudos Foucaultianos analisaram criticamente o uso interessado da sexualidade enquanto “comportamento corporal”, o qual depende do “controle disciplinar”, individualizante, em forma de “vigilância permanente” – controle disciplinar da sexualidade. A sexualidade e os efeitos procriadores, processos biológicos amplos para além do corpo na “encruzilhada corpo e população” – controle disciplinar e regulamentação; a “valorização médica da sexualidade” punição do corpo indisciplinado, desvio sexual que atrai doenças – sexualidade devassa, perversa levando “doenças hereditárias”. Na medida em que a sexualidade é “articulada entre os controles disciplinador e regulamentador é posta no núcleo da degenerescência” (Foucault, 2005, p. 300-301).

No século XX o relacionamento amoroso homossexual entre duas mulheres, foi classificado pela ciência, com base na teoria da degenerescência como comportamento de pessoas doentes, perigosas, perversas, nocivas ao convívio social. A teoria da degenerescência, elaborada na França, em meados do século XIX, em especial por Benedict-Augustin Morel expõe uma teoria da hereditariedade dos transtornos mentais que teria grande influência no pensamento psiquiátrico, até o início do século XX. Essa teoria era fundada na ideia da possibilidade de transmissão hereditária da tara e foi base do saber médico sobre a loucura e a normalidade, adotada pela medicina legal e influenciou as doutrinas e práticas eugênicas.

Atualmente a lesbianidade é compreendida como o envolvimento afetivo e/ou sexual entre duas mulheres, ou seja, a homossexualidade feminina. O termo lésbica é usado como uma identidade política, para visibilizar forma de existência. Ultimamente, a palavra lésbica passou na linguagem comum a designar às mulheres homossexuais, inicialmente seu uso foi especialmente reivindicado pelo movimento lésbico feminista para sublinhar o sentido coletivo e político das práticas. Neste contexto, a palavra lésbica se refere a uma lesbianidade política.

Globalmente, no sentido político, a lesbianidade pode ser considerado uma crítica em atos e um questionamento do sistema heterossexual obrigatório de organização social. Sabe-se, contudo, que as práticas lésbicas são “tanto condenadas como negadas nas culturas patriarcais” (Falquet, 2009, p. 122-123). Porquanto, tratar de questões que envolvem a lesbianidade vai além de apenas descrever práticas ou elaborar definições.

Entende-se que o “dispositivo responsável por estabelecer fronteiras sexuais entre homossexuais e heterossexuais - a heteronormatividade - reforça diferenças de gênero entre homens e mulheres, desqualifica toda conduta não heterossexual” (Pretes, 2014, p. 26). Ademais, “toda forma reivindicada de sexualidade que se distingue da heterossexualidade é

desvalorizada e considerada como diferente da *doxa* de sexo que se impõe como modelo único” (Welzer-Lang, 2001).

Embora a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, e tenha sido, sob diversas formas, aceita ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessas sociedades, somente a partir do século XIX e nas sociedades industrializadas ocidentais, é que se desenvolveu uma categoria homossexual distinta e uma identidade a ela associada. (Weeks, 2000, p. 65).

Muitos estudos têm demonstrado, em diversos aspectos, que, na grande maioria das civilizações, há a prevalência da dominação dos homens sobre as mulheres e da masculinidade sobre a feminilidade, configurando, assim, o machismo enquanto determinante das desigualdades nas relações entre os sexos e os gêneros, caracterizando o sexismo pela supremacia e autoridade de um sexo sobre o outro, justificada, na maioria dos casos, pelo essencialismo biológico, pautado no binarismo, na dicotomia homem/mulher, masculino/feminino.

Ao analisar a lesbianidade no Brasil, o antropólogo Luiz Mott debate a resistência à palavra lésbica que é considerada pejorativa e discriminatória relacionada à construção de uma imagem negativa dessas mulheres:

Que é uma lésbica? A lésbica é a mulher que se identifica como mulher, que se erige como sujeito e objeto de sua própria sexualidade, que se reivindica mulher em função de si mesma, que subverte todos os esquemas e papéis que deram lugar a normas sexuais estabelecidas. Em definitivo, a lésbica é a mulher que de qualquer forma e sob qualquer circunstância se rebela contra as limitações e opressões impostas pelo papel considerado o mais inferior da sociedade: o papel feminino (Mott, 1987. p. 36).

Compreende-se que a mulher lésbica assumiu protagonismo contra as limitações e opressões e sobre os diversos termos apresentados ao longo dos tempos na tentativa de dar nome ou (in) visibilidade a homossexualidade feminina. Ademais, embora muitas vezes usem de forma relativamente indistinta os termos “lésbica”, “homossexual feminina” ou “mulher gay”, emergiu um debate político em torno do tema, derivado da reflexão feminista.

Nessa perspectiva, Judith Butler defende a visibilidade da lesbianidade enquanto decisão política, assim assevera que “se a lesbianidade não está proibida explicitamente é em parte porque nem se quer pode entrar no campo do pensável, do imaginável” (Butler, 2001, p. 96), portanto existe a necessidade política de tornar visível a lesbianidade.

Afinal, a opressão patriarcal colocou as mulheres em uma posição social estruturalmente muito diferente da dos homens. Para viver o corpo, exercer a sexualidade, as mulheres ainda

hoje se encontram em condições bastante desvantajosas. Como apresentado até aqui, diferentes momentos históricos foram entrelaçados de diversas formas entre mulheres, da prática sexual; do sentimento romântico; do crime/pecado (mulheres sodomitas); da doença (mulheres invertidas ou *homossexualismo* feminino), de uma identidade e um modo de viver (lésbica, lesbianidade e/ou homossexualidade de mulheres). Em meio a esta complexidade de arranjos culturais em torno ao sexo, ao gênero e à sexualidade, cabe aqui resgatar brevemente o panorama sobre o movimento lésbico, a ruptura com o movimento homossexual e feminino.

2.2 Breve Genealogia do Movimento Lésbico no Brasil

*Eu, por exemplo, não entro nesta de ser mulher
De um homem. Quero ser louca, e não mulher
Você quer ser a louca de um homem, não é?
Não, eu quero ser a louca de uma louca
(Lampião da Esquina – Edição Extra – RJ. 1980)*

Para compor a presente subseção, além das pesquisas selecionadas foi realizada uma leitura e análise do boletim Chanacomchana (1982 – 1987), publicação independente realizada por ativistas lésbicas do grupo GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista). O boletim era usado pelas militantes para se aproximar das lésbicas. O conteúdo do Chanacomchana era variado, continha referências de livros acadêmicos, entrevistas, poesias, humor, até informes sobre casos de violência, lesbofobia e o panorama lésbico em diversos países. Foi estudado ainda o jornal “Lampião da Esquina”, outra importante fonte de pesquisa, e jornais impressos da época.

A lesbianidade, como movimento social, aparece no final dos anos 60 no mundo ocidental e em diversas metrópoles do Sul, numa atmosfera bastante “revolucionária”. Desenvolve-se vinculado à “segunda onda” do feminismo e ao movimento homossexual construído a partir das “rebeliões” de Stonewall²⁰, em 1969. Entretanto, as lésbicas não

²⁰ As rebeliões ocorreram em resposta à repressão sofrida por décadas desencadeando um movimento que teve início no dia 28 de junho de 1969, no Bar Stonewall Inn, em Nova York, como resultado à provocação da polícia em bares homossexuais. Isso ocorreu como forma de enfrentamento a atitude repressiva da polícia que fazia “batidas” policiais com o intuito de extorquir os frequentadores do bar, que na sua maioria eram homossexuais. Realizavam-se revistas não-autorizadas, efetuavam-se prisões sem critérios ou acusações. Consequentemente a este abuso de poder, 400 pessoas que frequentavam este bar resolveram enfrentar a polícia com pedras e socos; fazendo com que esta notícia se espalhasse rapidamente pelos Estados Unidos. Devido à grande cobertura da imprensa sobre este evento que durou cinco dias, o número de pessoas que lutavam contra abusos como este aumentou. A consequência dessa rebelião foi que muitos gays, lésbicas e travestis resolveram se unir a fim de lutar contra a discriminação sexual e pelos direitos civis e sociais iguais. A partir de então, foi organizado no ano seguinte a primeira passeata gay tendo cinco mil participantes e o dia '28 de junho' passou a ser considerado o 'Dia Mundial do Orgulho LGBTT (Conde, 2004).

demoraram a criticar a misoginia, o funcionamento patriarcal e os objetivos falocêntricos do movimento homossexual, dominado pelos homens (Falquet, 2009, p. 123).

Apesar de muitas lésbicas contribuírem muito ativamente à construção do movimento feminista, se sentiam totalmente à parte, seja como pessoas ou como grupos lésbicos. Dessa maneira, vão dando conta com o tempo, que algumas feministas as percebem como um questionamento ameaçador a sua posição heterossexual ou a sua lesbianidade. Algumas lésbicas começam então a buscar uma via própria, gerando espaços autônomos de fazer político lésbico. Como mulheres homossexuais, muitas não se sentiam plenamente identificadas com o movimento feminista.

Além disso, de acordo com Swain (2004, p. 32), o movimento feminista tinha a preocupação de encontrar uma maneira de se relacionar com as lésbicas sem “se contaminar”, sem partilhar o estigma das radicais sexistas, machonas, feiosas, mal-amadas, anormais e tantas outras imagens forjadas. A defesa da heterossexualidade teve o seu lugar assegurado num acordo tácito entre as feministas que acreditam que a lésbica desnaturalizava o gênero, pois este traria a heteronormatividade intrínseca.

Este tema foi trazido também por Chamberland (2002), ao afirmar que o problema não foi o acesso das lésbicas ao movimento feminista, mas a visibilidade dada à sua participação, tanto no interior dos movimentos quanto em suas intervenções públicas. O reconhecimento da contribuição dessas mulheres, a discussão de suas especificidades, a cobrança de seus direitos e o interesse na sua história estão entre as razões que levam as lésbicas a questionar o feminismo. As demandas específicas das lésbicas foram ocultadas e evitadas. De acordo com a autora, essas mulheres eram aceitas no movimento, desde que se mostrassem discretas.

As lutas pela ampliação do reconhecimento de outras identidades e orientações sexuais, por meio das ações dos novos movimentos sociais nos EUA, Europa e Argentina, no final dos anos 1960, já reivindicavam tratamento social distinto frente à homossexualidade. Vale ressaltar, no entanto, que as mudanças profundas ocorridas dentro e fora do Brasil, ainda nos anos 1950 e 1960 obstaculizavam a criação de novas atitudes diante da homossexualidade, que levassem a uma maior aceitação das diferenças no campo da sexualidade. A exemplo da eliminação de direitos democráticos e de liberdades públicas desencadeada pelo golpe de 1964,

com a instauração de um regime autoritário e repressor, que adiou as possibilidades da constituição de um movimento dessa natureza no país (Green; Quinalha, 2014. p. 23).

Segundo Regina Fachinni, na década de 1960, existiam grupos de homossexuais, porém eles eram classificados pelos ativistas como homossexuais não politizados, por visarem apenas a sociabilidade dentro da comunidade homossexual. "A fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade, o "Somos", de São Paulo, só ocorreu em 1978" (Fachinni, 2006, p. 86). O nome "Somos" foi adotado, pois anunciava, acima de tudo, "o desejo de se assumir a homossexualidade" (Macrae, 2018, p. 177).

O período da ditadura militar brasileira (1964-1985) desencadeou severos efeitos no cotidiano de pessoas com condutas homossexuais, revogou os direitos civis, restringiu liberdades públicas. Os parâmetros de moralidade constituíram alicerce do discurso acionado pelo regime militar para reprimir a livre expressão da sexualidade de pessoas homossexuais, que representava, para as ideologias que sustentavam a ditadura, uma ameaça à família brasileira. (Oliveira; Santana, 2016, p. 301-302). O decreto do AI-5, em dezembro de 1968, findou com as articulações políticas que contestavam o uso da censura e da violência direta do Estado, como também tolheu qualquer possibilidade institucionalizada de uma organização LGBT.

Em 1977, as mobilizações estudantis se espalham pelo país, as quais criam um imaginário contestador do regime autoritário. Além dessas mobilizações, o Brasil testemunha, em 1978, as greves realizadas nas zonas industriais da Grande São Paulo. Neste período, também ocorre uma abertura para a produção cultural, a exemplo da criação do jornal *Lampião da Esquina*, considerado uma referência fundamental para o movimento homossexual brasileiro.

Tratava-se ainda de um período marcado pelas mudanças sociais e culturais que caracterizavam a "revolução sexual", a qual proporcionou a ampliação de espaços para a sociabilização homossexual. Mudanças sociais e culturais, estas que eram entendidas, como uma ameaça à tradicional família brasileira, sendo fortemente reprimidas pela mobilização das forças policiais.

Em dezembro de 1979, a edição do *Lampião da Esquina*²¹ foi publicada, fazendo menção às primeiras ações do grupo *Somos* noticiando, num pequeno, muito discreto aviso intitulado “sexo e poder” sobre a existência de dois debates: um sobre a relação entre “sexo e poder” e outro sobre “sexualidade e repressão”, conforme recorte abaixo:

Figura 1 - Jornal “Lampião da Esquina” edição extra 01, Rio de Janeiro



Fonte: O Jornal (1979)

No mesmo ano, ocorreu uma divisão dentro do movimento e aparece as primeiras articulações lésbicas que constituíram um grupo muito pequeno, mas que conseguiu novas adesões após o debate em um seminário na Universidade de São Paulo, organizado pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais (Green; Quinalha, 2014).

A ditadura reforçou o poder da polícia, a censura sobre diversas esferas da vida e as arbitrariedades da repressão estatal, instituindo uma notória permissividade para a prática de graves violações dos direitos humanos de pessoas LGBT. A ideologia defendida pelos militares constantemente associava, de maneira íntima, a homossexualidade com a subversão e com as ameaças da sociedade brasileira, tendo isso se materializado em políticas de perseguição

²¹ Cf. edição extra 01, **Jornal “Lampião da Esquina”**. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 06 jan 2023

dirigidas contra os segmentos e o movimento LGBTQIAP+. O processo de acompanhamento das agressões homofóbicas só aconteceu a partir dos anos 1980, quando coletivos como o Grupo Gay da Bahia (GGB) começaram a coletar e divulgar, sistematicamente, dados sobre as mortes violentas de gays, lésbicas e travestis (Mott, 2006, p. 512).

Em 1º de abril de 1980, O Estado de S. Paulo publicou matéria intitulada “Polícia já tem plano conjunto contra travestis” no qual registra a proposta das polícias civil e militar de “tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem da DEIC (Divisão Especial de Investigação e Capturas) para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir uma parte da cidade para fixá-los, são alguns pontos do plano elaborado para combater de imediato as travestis, em São Paulo” (Polícia já [...], O Estado de São Paulo, 1980).

Figura 2- Polícia já tem Plano conjunto contra Travestis



Fonte: Jornal O Estado de São Paulo (1980)

As lésbicas também foram alvos das ações repressivas do Estado e de estabelecimentos comerciais, mas há ainda menos registros dessas histórias particulares. O jornal *Lampião da Esquina*²² chegou a publicar informações sobre as operações do delegado Richetti nos bares Ferro's, Bixiguiinha e Cachação. A chamada “Operação Sapatão”, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos. Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento: “você é sapatão”. As lésbicas presas denunciaram ao jornal que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas, conforme contata-se a seguir:

Figura 3- Operação Sapatão, matéria com denúncias de Violação de Direitos e Violência Policial

OPERAÇÃO - SAPATÃO

— Pega aquela ali!

A estudante de 22 anos estava num ponto de ônibus da rua Martinho Prado, em São Paulo, na noite de 15 de novembro. Nem assim escapou da Operação-Sapatão do delegado Richetti.

— Parece que a gente tem uma estrela na testa — diz ela, um mês depois.

A rua Martinho Prado faz parte do *queto* das lésbicas, palavra que elas usam para designar os bares que frequentam. Nessa rua está o Ferro's, o mais tradicional ponto de encontro desde a década de 60. Local de frequentadoras famosas, como as moças da seleção brasileira de basquete de vinte anos atrás. Quase todas da cidade de Piracicaba. Quando vinham à capital, iam pro Ferro's direto.

Mais recentemente, coisa de cinco anos pra cá, perto desse bar nasceram vários outros: Cachação, Canapé, Último Tango. Em 15 de novembro, todos esses lugares foram invadidos pela polícia. Quem fosse (ou tivesse cara de) lésbica, ia pro camburão. Não importava que tivesse documentos, carteira profissional assinada...

Fora desses lugares — em casa, no trabalho, na escola — o que existe é discriminação:

— Até na Universidade de São Paulo — continua a estudante — onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal.

No emprego, pra se manter, a lésbica tem que trabalhar mais do que as outras, pois além de tudo ela não vai dar pro patrão.

Agressões verbais na rua ela ouve demais. Acha que o homem vê na lésbica uma rival:

— O homem pensa assim: essa aí não dá pra mim e ainda pode roubar minha mulher.

Pra lutar contra essas violências dirigidas às lésbicas e aos homossexuais, já existem oito grupos organizados em São Paulo. Dois mistos, quatro de homossexuais e



O novo bar, só pra mulheres

numa certa altura começou a se falar em dinheiro. Ela escutou alguém na cela (uma assistente social encanada) dizer: eu pago 2 mil. Af ela notou que ia ter que desembolsar alguma coisa pra sair livre e ficou apavorada:

— Eu só tinha 100 cruzeiros no bolso.

Ela não sabe direito quem recebia esse dinheiro das presas. (“Talvez um funcionário subalterno”). Sabe, sim, que quem dava mais saía mais cedo. E ela, uma

Fonte: Jornal “Lampião da Esquina” (1981).

Merece ainda destaque um episódio peculiar envolvendo o Ferro's Bar, na rua Martinho Prado, que ficou conhecido como o “pequeno Stonewall brasileiro”, em referência à histórica rebelião de homossexuais ocorrida nos EUA, em 1969. Esse bar sempre foi muito

²² Cf. Jornal considerado uma referência fundamental para o movimento homossexual brasileiro. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

frequentado pelo público lésbico à noite, sendo que ali também os grupos de militância atuavam: discutindo, divulgando e vendendo os boletins ChanacomChana.

Figura 4- Capa da edição do Chanacomchana, que noticiou o episódio de preconceito de lesbofobia no Ferro's Bar



Fonte: Capa do boletim chanacomchana (1983)

Na noite do sábado, 23 de julho de 1983, ao perceberem que algumas ativistas comercializavam o ChanacomChana dentro do Ferro's, o proprietário, e alguns seguranças quiseram expulsá-las à força, proibindo a entrada e venda dos boletins. Nos dois meses que se seguiram, resistiram às ameaças de retirá-las dali. Assim, decidiram pela retomada do Ferro's Bar e marcaram essa ação política para o dia 19 de agosto do mesmo ano. Para tanto, articularam-se com a imprensa, ativistas gays e lésbicas, feministas, ativistas dos direitos humanos sob organização da militante lésbica Rosely Roth²³. Desde então, agosto foi instituído como o mês da visibilidade lésbica.

Outro fato histórico, um dos casos mais graves e dramáticos de perseguição durante o período da ditadura que merece registro, foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios²⁴, uma

²³ Rosely Roth, apesar de não ser trazida nesta pesquisa, foi uma das militantes que fundou o boletim Chanacomchana, se assumiu lésbica no programa televisivo da Hebe Camargo e denunciou o episódio lesbofóbico do Ferro's bar.

²⁴ Cassandra Rios será uma das mulheres lésbicas apresentadas nesta dissertação, no capítulo sobre as mulheres insurgentes lésbicas no Brasil.

escritora cuja ficção sobre a lesbianidade não agradou. Ela teve 36 de suas obras censuradas e dezesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro Eudemônia.

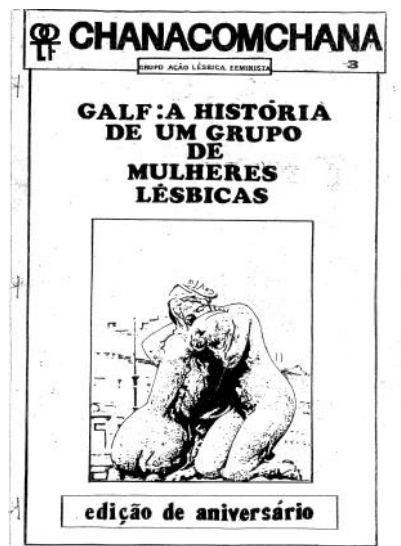
Segundo Góis (2003, p. 11), nessa conjuntura, aparentemente com grande dificuldade, se originou o movimento de lésbicas no Brasil (Pinafi, 2008) que, ainda pouco estruturado comparativamente aos outros movimentos, começou a chamar a atenção de estudiosos. Em específico, foi a partir de 1980 que “emergiram os primeiros estudos sobre aspectos do desenvolvimento da homossexualidade tendo por referência a mulher como sujeito psicologicamente saudável” (Barbosa; Facchini, 2005, p. 18).

Na edição de número três, intitulado “Galf: A história de um grupo de mulheres lésbicas”, publicado em comemoração aos quatro anos do movimento lésbico no Brasil é traçado uma pequena genealogia do movimento que serve de base histórica.

Já nos chamamos “facção lésbica feminista”, quando ainda estávamos no Somos (Grupo de Afirmação Homossexual), em 1979; quando tornaram-se autônomas, mudaram de nome para “grupo Lésbico-Feminista”, quando nos tornamos autônomas, em maio de 1980, depois “Grupo de Atuação Lésbico-Feminista” e, agora “Grupo Ação Lésbica Feminista” (Boletim Chanacomchana, 1983, p. 1).

O movimento lésbico sentia, dentro do “Grupo Somos”, uma opressão, as lésbicas fundaram o subgrupo Lésbico Feminista em junho de 1979 e em maio de 1980 fundaram o GALF – Grupo Ação Lésbica Feminista.

Figura 5- Capa da versão de aniversário 4 anos do GALF



Fonte: Capa do boletim Chanacomchana (1983)

No Brasil, a partir de um contexto político e de segurança pública nacional dos anos 1980, as mulheres que se identificavam como lésbicas se inseriram no movimento feminista,

na luta pela igualdade entre homens e mulheres e no movimento de homossexuais (que despertou em 1978), e principalmente a partir de 1990, em luta contra a discriminação – acentuada a partir da emergência de epidemia da AIDS. Entretanto, a entrada das lésbicas nesse contexto político ainda apresentava o obstáculo da misoginia e do heterossexismo a ultrapassar:

[..] “facção lésbica” feminina dentro do grupo Somos, separação dos gays foi vista, segundo elas, como separatista, radical, divisionista. Sentiam diferença de serem “mulheres lésbicas e homens bichas” numa sociedade falocêntrica. Opressão enquanto mulheres as levaram ao feminismo (onde encontrariam outra “batalha campal” e as situações de negação enquanto sujeitos sociais as afastaram das bichas (Boletim Chanacomchana, 1983, p. 4).

Assim, não eram reconhecidas e eram invisibilizadas tanto nos movimentos LGBT (lutam contra o sexismo) quanto no movimento feminista (lutam contra o heterossexismo). O Boletim narra ainda os tensionamentos que o grupo enfrentava “Entramos no II Congresso de Mulheres Paulistas 1979 entre arrepios, chilikues e perplexidades das feministas heterossexuais, colocando então a questões da sexualidade no debate”. De acordo com o boletim, o I EGHO (Encontro de grupos homossexuais organizados), em abril 1980 estimulou a criação de novos grupos de mulheres. Enquanto isso, o grupo Somos passava por divisões e divergências políticas “dessa divisão entre as *bichas*, surgiu o Grupo Outras Coisas de Ação Homossexualista, que com grupos de São Paulo criou o Movimento Homossexual Autônomo” (Boletim Chanacomchana, 1980, p. 04-05).

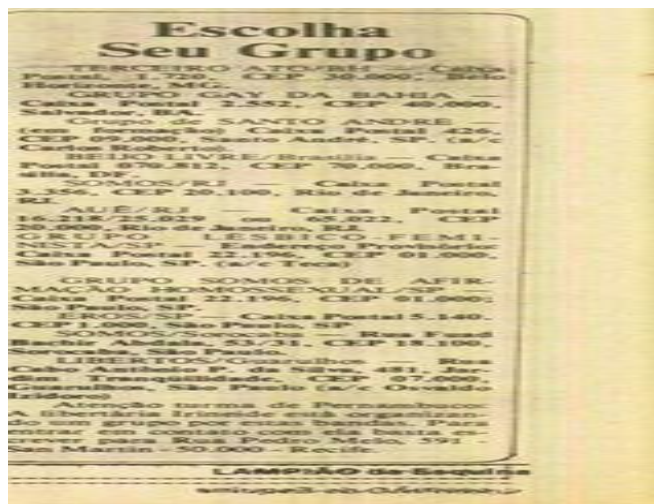
Nesse mesmo ano, em 17 de maio, é criado o Grupo Lésbico-Feminista. O Encontro de Valinhos (junho de 1980), em São Paulo serviu para vários grupos feministas levarem debate sobre sexualidade e identidade, “desse encontro surgiu mais concretamente a bandeira da luta contra a violência contra mulheres”. O MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), acusou as militantes lésbicas de “imitar os homens, não assumir condição enquanto mulher, comprometer a representatividade do movimento porque eram Sapatões”. Além disso, o grupo mais conceituado e tradicional feminista ameaçava sair do congresso, pois consideravam haver um excesso de lésbicas no III Congresso da Mulher Paulista (Boletim Chanacomchana, 1980, p. 04). No mesmo ano, o *Lampião da Esquina*, noticia racha no grupo SOMOS/SP e divulga uma lista com outros grupos que surgiram, o anúncio tem a chamada: “Escolha seu grupo”, o que leva a crer que o movimento cria braços conforme as características de cada uma.

Figura 6- O Racha no SOMOS/SP



Fonte: Lampião da Esquina (1980)

Figura 7- Escolhe seu Grupo



Fonte: Lampião da Esquina (1980)

Em 1981, por desmobilização de movimentos feministas e de Lésbicas, por divergências políticas- partidárias não houve congressos. Entretanto na SBPC (Sociedade Brasileira Progresso da Ciência), em julho 1981, uma das participantes debateu homossexualidade e o Grupo Gay da Bahia lançou o abaixo-assinado contra o parágrafo 302

no Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) que rotulava como desvio e transtorno sexual.

Final de abril 1982, os participantes dos debates sobre violência contra a mulher, realizado no auditório do sindicato dos jornalistas, comparecem de máscaras como protesto ao movimento feminista, para que lésbicas não precisassem estar disfarçadas dentro do movimento, distribuíram panfletos contra o conservadorismo dentro movimento feminista, que tinham proibido aos grupos do movimento qualquer pronunciamento público contra a opressão de lésbicas ou qualquer manifestação de solidariedade por acharem que “a defesa da lesbianidade comprometeria a imagem do grupo e que esta não cabia na estratégia ou no horizonte político do movimento”. No I Festival de Mulheres nas Artes, a candidata deputada estadual Ruth Escobar, na tentativa de discutir com o grupo francês, MLF (Movimento de Libertação das Mulheres) a dupla discriminação das mulheres lésbicas e negras (com representante movimento negro) é interrompida por militantes feministas (Chanacomchana, 1983, p. 06-07).

O Histórico de violências também faz parte da genealogia do movimento lésbico e na edição de aniversário do boletim, aparece um informe sobre uma reunião com o secretário de segurança pública da época, Manoel Pedro Pimentel, que afirmava empreender uma tentativa de “reeducar os policiais para uma ação não violenta”, que não pretendia interferir em reuniões pacíficas de “bichas e lésbicas”, mas que “deveriam ser discretas e que os casos de travestis que expusessem partes íntimas nas ruas poderiam ser presas em razão da lei de atentado ao pudor”, o texto é encerrado com uma pergunta provocativa: “Bichas e lésbicas institucionalizadas pelo sistema?” (Chanacomchana, 1983, p. 13).

Segundo Facchini (2005), no final dos anos 1980, a quantidade de grupos presentes no movimento de lésbicas e gays reduziram em razão da epidemia da AIDS, os grupos foram desmobilizados, bem como as propostas de libertação sexual e de corpos. Ao invés disso, muitas lideranças acabaram voltando sua luta para a prevenção da AIDS, bem como para o cuidado daquelas pessoas já infectadas. Na década de 1990, os grupos de lésbicas passam a interagir com os grupos LGBT's de forma mais integrada, como por exemplo, na organização das paradas que passam a acontecer em São Paulo e posteriormente em várias outras cidades brasileiras (Martinho, 2009).

No período de 1976 a 1982, as práticas repressivas não cessaram contra os homossexuais. Mesmo assim, houve intensas reações e articulações contrárias a repressão policial nesse momento, as quais culminaram na organização de novos movimentos sociais,

como o movimento feminista e negro, que inspiraram o embrionário movimento homossexual. Estes movimentos sociais, também, foram fundamentais para o processo de redemocratização do país.

Em 12 de abril de 1990, ocorreu a fundação da Rede de Informação “Um Outro Olhar”²⁵, em São Paulo. A Rede de Informação “Um Outro Olhar” se registrou como uma ONG (Organização não governamental), diferentemente do GALF, que era um grupo informal (Facchini, 2005, 140). A Rede foi a responsável pela publicação do boletim “Um Outro Olhar”, de junho de 1990 a 1994. O boletim se denominava instrumento utilizado não só para veicular informações, mas também para divulgação sobre a organização lésbica em todo mundo, bem como sobre a luta de homossexuais e mulheres.

O Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL) de São Paulo, surge em março de 1990 e tem atuação até a atualidade; adota o formato institucional de ONG no ano de 1995. Segundo Facchini (2005), em documento de apresentação a um dos encontros nacionais, o CFL se apresentou como grupo que se integra tanto com o movimento feminista quanto com o movimento de gays e lésbicas, o objetivo fundamental do grupo era a “luta contra a opressão da mulher”, sem o que “não se torna possível construir a cidadania das mulheres brasileiras e das lésbicas em particular” (Facchini, 2005, p. 141). O coletivo teve como uma das fundadoras Marisa Fernandes, que foi uma das integrantes do Somos/SP e do GALF.

No mesmo ano, o Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro/RJ (COLERJ) foi criado pela iniciativa de mulheres de militância diferenciada, com preocupações comuns sendo elas lésbicas negras que buscavam a construção de um grupo específico, que pudesse ser referencial de suas discussões de forma autônoma. Surgiu pela necessidade de dar visibilidade, em especial, às lésbicas negras. O COLERJ foi responsável pela discussão sobre racismo com o tema “Lesbianidade e Negritude”, na 17ª conferência da ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex), com grande impacto no encontro e foi eleito neste mesmo encontro como Secretaria de Mulheres da ILGA, conjuntamente com a Rede de Informação “Um Outro Olhar”.

As disputas internas por poder, espaço e visibilidade foi também o que impulsionou algumas lésbicas brasileiras a se desvincularem dos movimentos maiores LGBT’s, em

²⁵ Rede de Informação “Um Outro Olhar”. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

determinados momentos. E, como a história demonstra, a disputa acompanhou as lésbicas nos conflitos internos dentro dos grupos e na articulação com o movimento de lésbicas em âmbito regional e nacional.

De 1996 ao ano de 2001, ocorre o Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), pois a permanência de lésbicas que continuava invisível nos grupos mistos e nos encontros nacionais foi, aos poucos, apontando para a necessidade de realizar uma reunião de lésbicas em âmbito nacional. Surgiu da necessidade de se ter um espaço, no Brasil, onde a questão específica das lésbicas pudesse ser discutida de uma forma mais ampla e democrática, já que nos encontros mistos esse espaço era pequeno e limitado (Mesquita, 2008, p.15).

O primeiro SENALE, em 1996, foi o evento de âmbito nacional, organizado e integrado somente por lésbicas. Foi a primeira vez que lésbicas foram as protagonistas de sua própria causa, a nível nacional, e se reuniram para discutir o machismo, dentro e fora do movimento LGBT, a igualdade de direitos, organização política, o combate ao sexismo, a lesbofobia, racismo, ao heterossexismo, saúde e todas as violências. O I SENALE também trouxe a atenção aos meios de comunicação, que divulgaram o evento para o Estado e a sociedade (Mesquita, 2008, p.15).

Durante o I SENALE foi instituído o dia 29 de agosto como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Desde então, a cada ano, nesta data simbólica, lésbicas vão às ruas com as suas bandeiras para exigir respeito à sua cidadania, políticas públicas específicas e absoluto respeito à sua forma de amar (Mesquita, 2008). Neste ínterim, o movimento de lésbicas, assim como o movimento feminista, se organiza com o intuito maior de obter espaço na sociedade civil, na vida política e direitos garantidos.

Em suma, sobre a trajetória do movimento de lésbicas no Brasil observou-se que na primeira década do movimento havia dentro do SOMOS, na Facção Lésbico Feminista e, posteriormente, no GALF, grande preocupação no combate ao autoritarismo, em especial pela lembrança da ditadura militar recente, bem como a preocupação de não hierarquização de poder entre as pessoas do grupo, libertação dos corpos e mentes, naturalização das expressões da sexualidade. Ressaltam-se os impasses ocorridos na convivência conjunta dos gays e das lésbicas e os embates do Grupo Lésbico-Feminista com as feministas, nas décadas de 1970 e 1980. O inegável impacto da epidemia de HIV/AIDS sobre os grupos em geral, com algumas mudanças no enfoque libertário para uma ação e luta mais pragmáticas, na garantia de direitos e tratamento das pessoas soropositivas, por exemplo (Trevisan, 2002).

Na década de 1990, os grupos de lésbicas, assim como os grupos LGBT's e muitos outros, passam por processos de institucionalização, com o surgimento das ONG's na legislação brasileira. Assim, com atuação bem diversa dos grupos informais de antes, passam a priorizar trabalhos em parceria com o Estado, ou com empresas (Coutinho, 2005).

Contrariamente ao caráter libertário dos grupos pós-ditadura, os novos grupos, agora ONG's, passaram a ter tendências que se marcam em uma defesa da orientação sexual, da tolerância e dos direitos civis, lutas que reforçam as liberdades individuais. Verificou-se que os grupos de lésbicas também vivenciaram tal processo, sendo que ao longo do tempo passaram a ter um acesso a programas governamentais na área de saúde para a execução de projetos com lésbicas e demais atuações em relação à própria educação voltada para os direitos humanos.

No final da primeira metade dos anos 1980, ocorreu uma grande redução na quantidade de grupos existentes no movimento de lésbicas e gays. A epidemia da AIDS, chamada àquela época de peste gay, teve um poder de desmobilizar os grupos, bem como de suas propostas de libertação sexual e de corpos. No período, muitas lideranças acabaram voltando sua luta para a prevenção da AIDS, bem como para o cuidado daquelas pessoas já infectadas (Facchini, 2005). A definição do homoerotismo feminino em termos patológicos trouxe consigo a uma estigmatização da figura da lésbica, percebida como sinônimo de imoralidade. A prática militante como a prática discursiva implantada, parece ter induzido algumas mulheres lésbicas a interditarem seu próprio corpo.

Em seguida, trabalha-se a narrativa de histórias de mulheres que viveram a lesbianidade e ousaram amar outras mulheres, que ao invés de refutar a homossexualidade decidiram criar possibilidades e, apesar das violências perpetradas, das tentativas de invisibilização e imposição de padrões heteronormativos, suas existências “gritaram” em distintos momentos históricos, desenhando suas próprias histórias e a história de tantas outras mulheres.

3 MULHERES INSURGENTES – AS HISTÓRIAS DE VIDA DE ALGUMAS LÉSBICAS NO BRASIL

Como escrever a história daquilo que não deveria ter sido possível?

Judith Butler (2002, p. 165)

Nesse capítulo tomaremos com protagonismo a história de vida de mulheres lésbicas que viveram no Brasil e que, em alguma medida, provocaram abalos nas estruturas sociais de suas épocas. Serão apresentadas e situadas no momento histórico com suas narrativas, resistências, silenciamentos do ponto de vista da lesbianidade.

Mulheres que transgrediram os códigos normativos dominantes na sociedade, códigos que foram informados, findados e legitimados, ora no discurso religioso, ora no científico-médico e jurídico ao longo da história e na Modernidade. Apresentando assim suas “práticas de subjetivação”, que são as maneiras pelas quais os indivíduos participam de sua construção, através da criação de novas relações cotidianas (Foucault, 1994, p. 15) e que em certa medida renunciaram algumas formas de silenciamento históricas, no caso desse estudo, o homoerotismo feminino.

3.1 Afetos Proibidos: Filipa²⁶ de Souza Condenada pela Inquisição por Amar Outras Mulheres (1556 – 1600)

*Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal*

*A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina*

*Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só*

(“Triste, louca ou má”. Banda Francisco, El Hombre)

²⁶Cabe explicar o uso de Filipa, pois em muitos documentos inquisitoriais, seu nome é grafado “Phelipa” ou “Felipa”, porém como Filipa lia, escrevia e assinava seu próprio nome “Filipa”, adotou-se, nesse trabalho tal grafia.

Estamos no século XVI, período colonial no Brasil, onde a igreja e o Estado se fundem para controlar súditos e fiel. Filipa de Souza foi condenada pela Santa Inquisição no Brasil colonial do século XVI em razão de suas relações homoafetivas, sendo uma das primeiras mulheres a serem julgadas e severamente punida pelo crime de sodomia, durante a primeira visitação do Santo Ofício, em 1591, dirigida pelo inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, na região que competia à Bahia, Itamaracá, Paraíba e Pernambuco.

De acordo com a pesquisa histórica de Luiz Mott, na atuação inquisitorial, durante a primeira visitação no sul da Bahia, “quatro mulheres são apontadas por lesbianidade”, residentes da capitania de Ilhéus e tiveram seus nomes registrados nos temidos livros de *Confissões e Denúncias do Santo Ofício* (Mott, 2010, p. 174). Apesar de o ato ser passível de condenação à fogueira, “não foram encontrados, nos registros do Tombo, referências de lésbicas queimadas na Península Ibérica” (Mott, 2010, p. 182).

Importa esclarecer que, o crime atribuído era o de sodomia, tido como desvio de sexualidade, “o mais torpe, sujo e desonesto pecado”. A “prova” da conduta era realizada por meio de confissões e denúncias, assim os inquisidores legitimavam às prisões: “O crime de sodomia por ser oculto, se prova suficientemente por conjecturas e presunções” (Mott, 2010, p. 123).

Mott esclarece ainda que o Santo Ofício somente castigava a “sodomia perfeita”, isto é, penetração e ejaculação dentro do ânus. Já a cópula femoral e a masturbação, eram consideradas como práticas que os inquisidores rotulavam genericamente de “molície” (Mott, 2010, p. 123).

As informações sobre a vida de Filipa são escassas e, basicamente, os estudos realizados por historiadores que as extraíram do seu processo inquisitorial. Assim, nascida em 1556, em Tavira, no Algarve, em Portugal, veio para o Brasil com idade incerta, após enviuvar, casou-se novamente com o pedreiro Francisco Pires, morava da Bahia, exercia a profissão de costureira, sabia ler e escrever, fato extraordinário para a época, e costumava enviar recados e cartas amorosas às mulheres com quem se relacionava (Fontoura, 2020, p. 93-94).

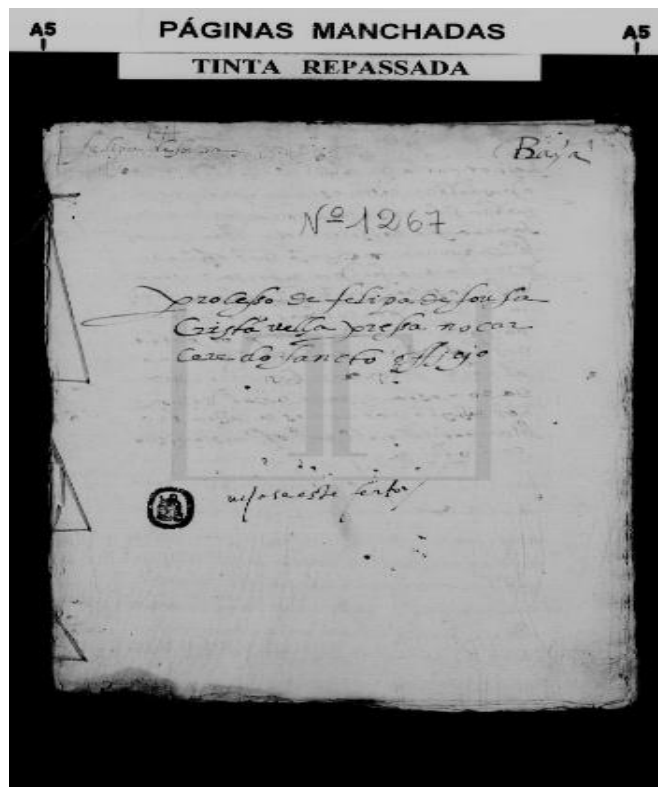
As cartas representam uma fonte de pesquisa peculiar por envolverem questões do carácter público e do privado e, ao mesmo tempo, trata-se de um acervo documental que se constitui como “objeto-lembrança” para os indivíduos. A escritura de cartas é assim uma prática discursiva específica. “As correspondências privadas de Filipa vistas como afirmação de sua

intimidade e individualidade não foram analisadas durante o seu processo e segundo suas deladoras foram destruídas” (Fontoura, 2020, p. 101)

O arquivo do processo de Filipa de Souza se tornou público, apenas em 2013, quando foi disponibilizado *on line* pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo²⁷, localizado em Lisboa - Portugal, o arquivo contém um documento com 24 folhas, manuscritas frente e verso, em cuja capa se lê "Nº 1267: Processo de Felipa de Sousa cristã velha²⁸ presa no cárcere do *Sancto Officio*". Hoje reconhecida como uma das primeiras vítimas de lesbofobia no Brasil, “se tornou exemplo das perseguições históricas aos homossexuais e virou referência para a luta e visibilidade lésbica” (Fontoura, 2020, p. 106).

Abaixo a capa do processo de Filipa de Souza, disponibilizada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Figura 8- Capa do Processo de Filipa de Souza



Fonte: Arquivo Digital (1591)

²⁷ Autos acerca do Processo de Filipa de Souza, nº 1267. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=230115>. Acesso em: 19 mar. 2023.

²⁸ O termo cristã velha ou cristã nova refere-se ao tempo de conversão ao cristianismo. Os recém-convertidos eram vistos com maior desconfiança por parte dos inquisidores.

Filipa tinha 35 anos quando foi denunciada, presa e condenada em razão de seus casos homoafetivos. O conteúdo do processo, que culminou em severas penas, resumidamente é composto por: Capa, onde Filipa é identificada como ré; Ordem de prisão, onde o inquisidor, Heitor Furtado, ordena o recolhimento ao cárcere do Santo Ofício; Depoimento das testemunhas: confissões de Paula de Sequeira e Maria Lourenço, que mantiveram relações homoafetivas com Filipa e a denunciaram; Interrogatório de Filipa, que ocorreu após de 10 dias de sua prisão: onde afirma já ter se confessado anteriormente sobre seus casos e esclarece que estes envolviam sentimentos e que não eram apenas atos carnaís; Sentença: com detalhamento das punições religiosas e as punições civis e por fim, as custas processuais que à época era pagas pelos condenados.

Perante a Inquisição, a melhor estratégia era confessar tudo e o mais rápido possível: Paula de Sequeira (em 20 de agosto de 1591) e Maria Lourenço (em 28 de agosto 1591) se apresentam, confessam e ambas denunciam Filipa de Souza (Fontoura, 2020, p. 151) como responsável pelos casos homoafetivos. Filipa não teria ido se confessar, fato que a colocava com alguém que não se arrependera de seus “erros” (Fontoura, 2020, p. 180). Através da análise dos autos do processo, é possível observar que a Inquisição usou diversos métodos para obter informações sobre a vida privada de Filipa de Souza e de outras pessoas envolvidas no caso, como interrogatórios e delações, “se sabe que nesta cidade houve muita murmuração de muita conversação e amizade que a dita Filipa de Souza tinha com mulheres” (Fontoura, 2020, p. 338).

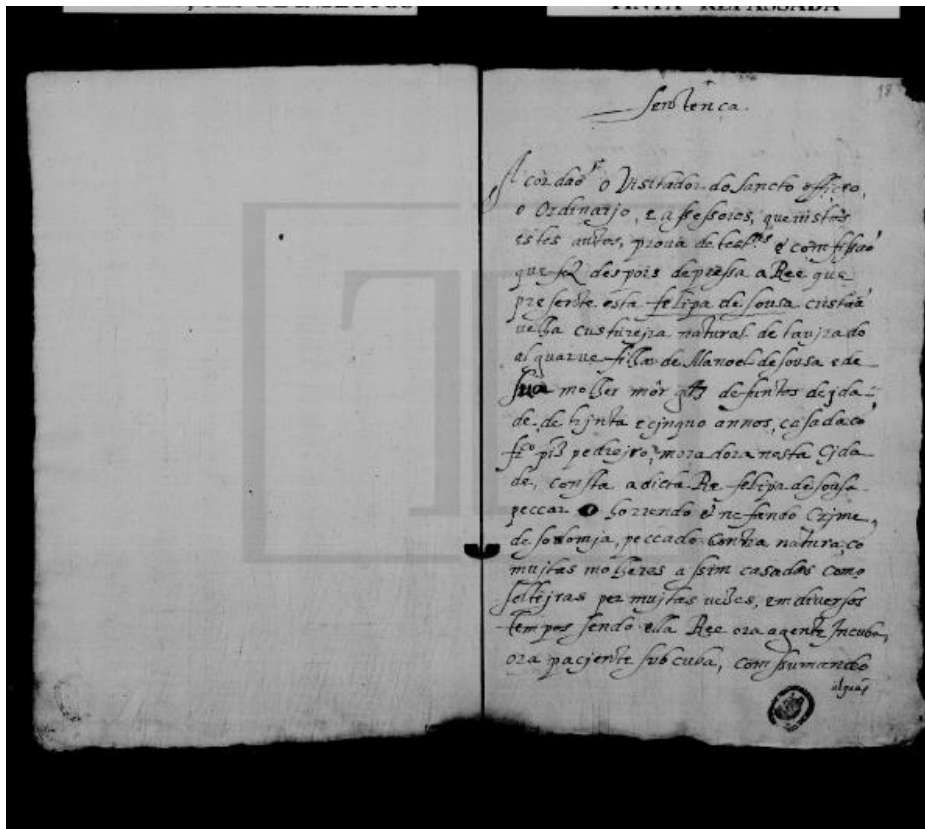
Durante o processo, tanto suas deladoras, quanto Filipa afirmaram não utilizar qualquer instrumento e *cumprir* o ato sexual somente em alguns encontros, isto é, chegar ao orgasmo. “Com os seus vasos dianteiros ajuntados, ambas deleitando até que Filipa de Sousa que de cima estava *cumpriu*; e assim fizeram uma com outra como se fora um homem com mulher. Porém não houve nenhum instrumento exterior penetrante” (Fontoura, 2020, p. 417). Como a sodomia entre mulheres, era uma prática homoerótica que excluía a cópula anal pela ausência do falo e somente era considerada “sodomia perfeita” com o uso de instrumentos e orgasmo, essa informação relevante deveria impactar o processo de condenação de Filipa, visto que “confessar a utilização de instrumento seria ampliar o crime e não se utilizar, uma atenuante” (Fontoura, 2020, p. 296). Contudo ao que se percebe da sua sentença, tais informações não serviram como causa de diminuição de pena.

Em 18 de dezembro de 1591, Filipa é levada ao cárcere e permanece por dez dias, sendo interrogada, pela primeira vez, em 28 de dezembro do mesmo ano e novamente

interrogada em 02 de janeiro de 1592. Dois dias depois, a sentença é proferida e segue para publicação, ato público realizado durante a missa do dia 26 de janeiro de 1592, recebeu ainda penitências espirituais: jejuará quinze sextas-feiras à pão e água e mais nove sábados (Fontoura, 2020, p. 616).

Abaixo a sentença do processo de Filipa de Souza, disponibilizada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Figura 9- Sentença de Filipa de Souza



Fonte: Arquivo Digital (1591)

Filipa de Souza foi condenada pela Inquisição, passou 41 dias presa, tendo como pena o açoite público, condenada ao degredo, foi obrigada a ouvir sua sentença na igreja da Sé, em pé, com uma vela acesa na mão e trajando uma veste de linho cru áspero usado para identificar os heréticos. Sua pena incluía ainda as custas processuais, e segundo Fontoura, por erro contábil, Filipa foi obrigada a pagar 992 contos de réis, valor superior ao que era devido. (Fontoura, 2020, p. 706). Após ter sido exposta publicamente, foi açoitada e no dia seguinte, ainda bastante machucada, expulsa para sempre de Salvador. Não se sabe sobre o paradeiro de Filipa após seu degredo.

comportamento das mulheres que mantinham relações homoafetivas. Nesse contexto, Gimeno Reinoso (2005, p. 90) alude que “não há nada mais perturbador para os homens de todas as épocas do que imaginar que as mulheres não necessitam deles sexualmente, que o falo, sobre cujo poder se erigiu o patriarcado, na realidade não é nada”. Como demonstrado, também para a igreja, a concepção machista atribui importância central ao pênis como algo indispensável, pois é o que legitima o ato sexual porque a penetração é o que define o sexo.

Entretanto, é importante destacar que as relações homoafetivas não eram completamente desconhecidas na sociedade colonial brasileira. Os registros de práticas homoafetivas no Brasil colonial do século XVI são escassos e fragmentados, e muitas vezes estão envoltos em silêncio ou em linguagem codificada em fontes históricas. É importante ressaltar que esses registros não permitem uma visão completa das práticas homoafetivas na sociedade colonial. Além disso, é preciso ter cuidado ao interpretar esses registros, uma vez que muitas vezes as práticas homoafetivas eram negadas, reprimidas ou disfarçadas em linguagem codificada.

Uma das fontes que aponta para a existência de relações homoafetivas em ambientes femininos de convivência é a documentação produzida pela própria Inquisição, que muitas vezes perseguia e julgava mulheres acusadas de praticarem a sodomia. Essa documentação, a exemplo da que se trouxe nesta pesquisa, inclui testemunhos de pessoas que acusavam outras de manterem relações amorosas com pessoas do mesmo sexo. “As lutas de mulheres que hoje definimos como lésbicas ganharam especial atenção demonstrando tanto seus amores, como suas estratégias de sobrevivência e perseguições seculares” (Fontoura, 2020, p. 744).

Em seu primeiro depoimento, perante o poder supremo da igreja, Filipa não se intimidou, afirmou a presença de sentimentos amorosos e não apenas afeição carnal em suas relações. “E que todas as comunicações lhe causavam grande amor e se afeiçoava às ditas mulheres” (Fontoura, 2020, p. 41). Com a narrativa de parte da história de Filipa é possível refletir sobre o constante embate entre a homossexualidade e o discurso religioso, que desperta o interesse do discurso fundamentalista religioso sob a perspectiva de promoção do controle sobre a homossexualidade, através de ética e moral cristãs.

A homossexualidade, no contexto da Igreja Católica, permanece na finalidade de não perder o controle sobre a sexualidade dos fiéis. Atualmente, a homossexualidade tem sido objeto de muitas críticas e incompreensões por parte de religiosos e fiéis do cristianismo. O

heterossexismo²⁹ está presente em atitudes que condenam a homossexualidade e exaltam a heterossexualidade, geralmente ligado a altos níveis de religiosidade e ideologias tradicionais acerca da família e do gênero (Jung; Coray, 2005, p. 271).

Quando a doutrina religiosa considera a heterossexualidade como única norma aceitável, atribuída a partir de preceitos biológicos e religiosos, a homossexualidade é estabelecida como anormal, podendo gerar um discurso compreendido como homofobia religiosa, o que é potencialmente gerador de violências (Silva; Barbosa, 2016). Com a finalidade de manter a tradição “foi-se elaborando na Igreja uma doutrina que se tornou clássica”, ela estava presente em “todos os manuais de moral do início do século XX e ainda hoje pode ser aceita como a ‘posição oficial’ da Igreja” (Durand, 1989, p. 232).

De acordo com o ensinamento da Igreja, deixando claro que a atividade homossexual é imoral, ainda se observa as pessoas LGBTQIAP+ vivendo em clima de opressão e condenação, já que é este que produz os mecanismos de normalização e determina as formas de subjetivação, às quais nem todas as pessoas desejam se submeter (Silva, 2013, p. 02).

Na atualidade Filipa de Souza nomeia o principal prêmio internacional de direitos humanos dos homossexuais, concedido pela Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas. Um marco na conquista dos direitos humanos e o mesmo Estado, onde Filipa foi perseguida e penalizada, ostenta, em plena Praça Municipal de Ilhéus, estátua de mármore, em tamanho natural, da “oitava musa” da Antiguidade, a poetisa Safo, considerada a mais famosa lésbica de toda a história (Mott, 2010, p. 190).

Entre parte da história de vida de Filipa de Souza narrada neste estudo e a história a ser narrada a seguir, há um lapso temporal que à primeira vista pode parecer extenso demais. Entretanto, como já esclarecido anteriormente, o tempo histórico não é um fator relevante para as análises a que se propõe o trabalho. Partiremos então para o ano 1940 e seguiremos.

3.2 Lota de Macedo e Elisabeth Bishop: Um amor entre Versos e Tragédias (1910 – 1967)

Oh, tourist,
is this how this country is going to answer you

Oh turista,
É assim que este país vai te responder

²⁹ O heterossexismo é definido como a intolerância das pessoas com relação a gays e lésbicas.

and your immodest demands for a different world,
and a better life, and complete comprehension
of both at last, and immediately,
after eighteen days of suspension?

(Arrival at Santos by Bishop, Elizabeth. 1952)³⁰

e suas demandas imodestas por um mundo diferente e
completa compreensão e uma vida melhor de ambos
finalmente, e imediatamente após dezoito dias de
suspensão?

(Poema “Chegada a Santos”. de Elizabeth Bishop,
1952. **Tradução nossa**),

Maria Carlota Costallat de Macedo Soares ou apenas Lota, como era intimamente conhecida, nasceu em Paris, 1910, foi uma arquiteta-paisagista e urbanista autodidata, que nunca frequentou a universidade, dominava várias línguas. Tornou-se um dos grandes nomes da arquitetura brasileira, fazendo escola no Rio de Janeiro, era herdeira de uma ilustre família carioca, pertencia a uma família de grandes proprietários de terras, filha do político e jornalista carioca José Eduardo de Macedo Soares, fundador do "Diário Carioca" (1928). Seu pai se utilizou do jornal para “lutar pela redemocratização do país durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, entre os anos 1930 e 1934” (Nogueira, 2008, p. 19).

Elizabeth Bishop, um dos maiores nomes da poesia norte-americana do século XX, nasceu em Worcester, Massachusetts, Estados Unidos, em 1911, em uma próspera família da área da construção civil. A morte de seu pai, quando tinha apenas oito meses, provocou em sua mãe um processo depressivo. Não conviveu com a mãe que permaneceu internada em clínicas psiquiátricas até a morte. Aos 39 anos assumiu o cargo de consultora de poesia da Biblioteca de Washington, “o que a levou ao desgaste físico e emocional, que agravou seus problemas de asma e álcool” (Nogueira, 2008, p. 19). Na década de 1940, Lota morou em Nova York e trocou correspondência com o escritor Mário de Andrade sobre uma mostra de artistas brasileiros com o patrocínio do Museu de Arte Moderna de Nova York.

Em 1951, Bishop desembarcou no porto de Santos, no Brasil e foi para o Rio de Janeiro a convite de Lota e Mary Morse, que conhecera em Nova York.

Nos anos 1950, na fazenda Samambaia, em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro (a 75 km da capital carioca), Lota construiu a Casa da Samambaia, refúgio escondido nas montanhas, onde viveu nos anos de 1951 e 1967 entre a serra e o apartamento no bairro do Leme, Rio de Janeiro. A casa foi considerada um marco da arquitetura brasileira. “Em 1954, o

³⁰ Poema “Chegada a Santos”, de Elizabeth Bishop, 1952. Escrito durante sua permanência no Brasil, questiona se é isso que um país tão austral tem a oferecer a alguém que procura um outro mundo e uma vida melhor, Disponível em: Arrival at Santos by Elizabeth Bishop | Poetry Foundation. Acesso em: 23 mar. 2023.

projeto que foi assinado por Sérgio Bernardes - pensado e executado por Lota - ganhou importante prêmio de arquitetura durante a 2ª Bienal de São Paulo (Oliveira, 1995, p. 69), o que consolida sua competência e talento”.

Nos anos 1960, “foi uma das responsáveis pelo projeto e supervisionou as obras do Parque do Aterro do Flamengo” (Nogueira, 2008 p. 18), localizado na cidade do Rio de Janeiro, considerado o maior aterro urbano do mundo. Conta-se que Lota teve a inspiração de aterrar a praia do Flamengo quando estava na sacada, de frente para o mar, do apartamento de Carlos Lacerda, à época Governador da Guanabara:

Lota estava na varanda [...] Lacerda aproximou-se afetuosamente. Repetiu a Lota que ela teria que fazer parte de seu governo. Lota apontou para o entulho exatamente em frente ao apartamento. Era continuação do aterro da Glória – Dê-me este aterro. Vou fazer ali um Central Park”. Lacerda endossou o projeto e as obras começaram (Oliveira, 1995, p. 101).

Lota liderou o chamado "grupo do Aterro", na função de presidente da futura Fundação Parque do Flamengo. Convidou o paisagista Roberto Burle Marx e o arquiteto Afonso Reidy para planejar a urbanização do terreno. Trocava ali a ideia de se construírem pistas de alta velocidade pela criação de espaços abertos e arborizados, destinados a parques, playgrounds e centros de atividades culturais. O governador teve que “forçar a mão para acomodar a situação de Lota, criando para ela uma assessoria”. Ela foi nomeada, “Lota argumentou que Lacerda não poderia nomeá-la, porque não tinha curso superior [...] foi nomeada para assessorar, sem ônus para o Estado” (Oliveira, 1995, p. 101) e comandou o grupo de trabalho, com a obra a ser executada pela SURSAN – Superintendência para Urbanismo e Saneamento da Guanabara.

Contudo, como a maioria das mulheres da sua geração não cursou uma Universidade, embora tivesse “amplos conhecimentos em pintura, arquitetura, artes e design, sentia-se inadequada, fora dos padrões” (Nogueira, 2008, p. 36). Lota sempre teve acesso à uma importante fatia da sociedade brasileira (sobretudo a elite carioca constituída de políticos, intelectuais e artistas), entretanto, mantinha uma relação difícil com seus familiares, especialmente com sua irmã, Marieta, que desaprovava sua orientação sexual.

Marieta gostava de festas, roupas e joias, estava sempre com roupa da moda, maquiada; Lota preferia cabelo curto, fumava, dirigia um carro conversível e namorava mulheres. As concepções femininas de rebeldia e submissão estavam no debate, as figuras das mulheres recatadas, comedidas, mantinham o padrão normativo e a mídia reforçava os parâmetros para condutas. Nesse sentido, Perrot (2007) asseverou que “a mulher tal como deve ser, principalmente a jovem casadoura, deve mostrar comedimento nos gestos, nos olhares, nas

expressões das emoções, as quais não deixará transparecer senão com plena consciência” (Perrot, 2007, p. 15).

De acordo com Nogueira (2008), na década de 1950, a mídia trabalhava imagetivamente a figura feminina no estereótipo da esposa feliz e a “participação feminina no mercado de trabalho era percebida como uma ameaça à ordem social e ao bem-estar da família”. À época as revistas femininas encampavam o discurso de “dever de cuidado dos filhos” e da “atenção ao marido”, reafirmando o privado como espaços destinados às mulheres e aquelas que optavam por uma carreira profissional poderiam ser “apontadas como masculinizadas” (Nogueira, 2008, p.40).

No imaginário da época, a relação amorosa entre duas mulheres era vista como uma aberração, um perigo social, “pessoas capazes de matar e morrer por amor era o discurso dominante dos médicos e juristas” (Nogueira, 2008, p. 41), o que nos leva a crer que o casal homoafetivo Lota e Bishop facilmente poderia ser considerado subversivo aos padrões, todavia a origem elitista a que pertenciam pode ter impedido que sofressem com os estigmas de gênero.

Elas viveram, na casa da Samambaia por 10 anos (1951-1961), a relação amorosa não se enquadrava nos estereótipos tradicionalmente impostos ao gênero feminino e é provável que tenham escolhido o refúgio da serra, onde estariam distantes do olhar discriminador, preconceituoso e misógino daquele período. “Como mulheres da elite, tiveram ao seu alcance condições financeiras para viver a relação amorosa reconhecida por aqueles que com elas conviveram” (Nogueira, 2008, p. 239).

A casa foi o lugar onde criaram “estratégias diferenciadas de subjetivação”, “práticas de subjetivação” - maneiras pelas quais participaram de sua construção através da criação de novas relações cotidianas, ou seja, processo de subjetivação por meio da geografia (Foucault, 1994, p. 15) da sociabilidade de amigos selecionados que compartilhavam seus hábitos e era ponto de encontro de pessoas intelectualizadas.

Relevante então pensar que, “entre o visível e o enunciado, há uma não-relação” e ao mesmo tempo “as visibilidades se apoderam dos enunciados e estes se apoderam das visibilidades” (Deleuze, 2017, p. 34-35) e a formação histórica é um agenciamento do visível e do enunciável, é uma maneira de combinar as visibilidades e os enunciados. E assim a variação do regime dos enunciados e dos campos de visibilidade pode-se dizer que se entrou em outra formação histórica. Assim, “o agenciamento do visível e do enunciável como constitutivos da formação histórica. É isso que Foucault chamará, na sua terminologia própria, um dispositivo”

(Deleuze, 2017, p. 37). A alternativa acionada por Lota e Bishop na qual há uma intensificação de vida privada pode ser vista como proteção e invisibilidade de suas práticas amorosas e sexuais.

Nesse ponto, há uma sutileza ao pensar o contraponto da não existência com o olhar do que existe e é escondido e/ou negado por uma sociedade patriarcal, machista, católica, que busca o apagamento e o esquecimento como formas sutis de renegação. Ao se refletir sobre nomear o que ainda não foi nomeado, interroga-se: O que está escondido deixa de existir? Ou é apenas invisibilizado? Nesse sentido, a heteronormatividade, ou seja, a heterossexualidade vista como normal e normativa diante de outras formas de vivência das sexualidades.

Deste modo, as normas definidoras da sexualidade “normal” requerem o casal formado por um homem e uma mulher, afetivo sexualmente complementares, opostos em seus papéis sociais e sexuais – tidos como natural a cada um dos sexos. Assim, tudo o que diverge dessa norma é então classificado como imoral, desviante, aberração, doença, pecado e/ou é invisibilizado. Acredita-se fundamental a compreensão da performance corporal no sentido de desnaturalizar essa construção pautada na divisão binária dos gêneros.

À época, outras mulheres romperam com os modelos tradicionais, pois havia uma sociabilidade pública no Rio de Janeiro, espaços alternativos, bares e boates, uma “atmosfera transgressora” espalhada na cidade, que praticava uma “sociabilidade alternativa em relação à família, fluída, sem normas rígidas” (Nogueira, 2008, p.50) eram espaços de transgressão, que não temiam a repressão e não representavam o modelo de mulher bem-comportada, contudo, Lota e Bishop não frequentavam esses espaços públicos, criaram uma sociabilidade privada e eletiva, com muita discrição, porquanto não havia liberdade de expressão, sobretudo entre as mulheres.

Nos espaços alternativos se estabeleceu uma subcultura de práticas homoeróticas femininas. Segundo Nogueira, foram poucos, sobretudo na década de 1960, entre eles: o *Alcazar*, o *Alfredão*, *Boate Piper* e *Boate Sótão*, na Galeria Alaska, importantes pontos de encontro de mulheres lésbicas. Nestes locais a polícia agia com alto grau de repressão, perseguia, humilhava, prendia:

A estratégia usada por algumas mulheres foi incorporar roupas masculinas, como terno, gravata. Se descoberta pela polícia, essa *mulher-homem*, como era chamada, poderia ser levada à delegacia gerando um interrogatório persistente, com a chantagem do tipo: O seu patrão sabe dessa pouca vergonha? E a sua família? (Nogueira, 2008, p.58)

As mulheres de nível socioeconômico mais baixo precisavam conquistar os espaços públicos com o próprio corpo. Assim, os signos correspondentes às práticas homoafetivas foram historicamente marcados pela norma heterossexual, relacionando mulheres lésbicas com masculinidade. Algumas se casaram e tiveram filhos, pois havia grande dependência financeira em relação ao homem.

Nesse período, além da perseguição policial, dominavam os discursos dos médicos, higienistas e juristas que classificavam as mulheres homoafetivas como pessoas nocivas ao convívio social, doentes, que necessitam de tratamento. “Muitas foram internadas em clínicas e hospitais, para serem curadas da paixão por outra mulher” (Nogueira, 2008, p. 61). Os discursos normativos imputavam a elas serem percebidas como pessoas com desvio sexual e moral.

Inspirada nas tipologias do médico italiano Cesare Lombroso (1863-1909), construíram imagem da lésbica como criminosa, estigmatizando a conduta das mulheres que agissem fora dos padrões normativos, cisgêneros e heteronormativos. Estudos da Antropologia Criminal e da Medicina Legal emergiram no Brasil norteando a padronização de conduta, como os médicos brasileiros Leonídio Ribeiro e Antonio Carlos Pacheco e Silva.

Nessa vertente, Richardson (1983, p. 161) constata que a imagem lésbica como pseudo-homem deve-se à pressuposição típica de que a escolha do objeto sexual tenha uma relação direta com o gênero. Assim, o estereótipo da lésbica masculina exige que haja uma parceira que adote o papel feminino porque a ideia de duas lésbicas femininas ou masculinas estabelecerem um relacionamento seria uma ameaça extremamente poderosa tanto ao modo como as lésbicas têm sido vistas quanto à própria visão tradicional das relações heterossexuais em que se basearam tais estereótipos.

É fundamental fazer uma observação quanto ao processo de rotulação, destinada para a população lésbica, marcada pela discriminação e preconceito, com certa frequência, levada a desenvolver vidas duplas, uma vez que é oprimida pela angústia de omitir sua sexualidade, para não arcar com possíveis prejuízos nas relações sociais (Welzer-Lang, 2001).

Lota e Bishop mantinham relação amorosa e sexual entre elas no espaço privado, sem precisar se expor ao olhar constrangedor da sociedade. Assim, as mulheres lésbicas das camadas altas da sociedade, “quando se vestiam com roupas masculinas, podiam ser consideradas extravagantes e exóticas” (Nogueira, 2008, p. 83).

Lota se interessa por atividades consideradas próprias do universo masculino, como supervisionar trabalho dos pedreiros, construir estradas e comandar explosões gigantescas “decidiu represar as águas da cachoeira que passava em frente, para que Bishop pudesse nadar. E resolveu construir uma nova estrada de acesso a Samambaia” (Oliveira, 1995, p. 56). Quando assume a supervisão das obras, em 1961, se mudam para o apartamento do Rio, o que modifica drasticamente o cotidiano, a sociabilidade, a discrição e o futuro da relação amorosa.

A Fundação Parque do Flamengo foi extinta pouco depois da posse do governador Negrão de Lima, em 1965. Lota perderia o cargo na administração da obra e entraria na depressão “a perda da direção das obras do Parque, o descontrole da relação amorosa, foram motivos que ensejaram seu desejo pelo próprio fim”, que haveria de levá-la ao suicídio. Sua dedicação ao trabalho e talvez o desejo se ser reconhecida como a profissional talentosa, a pressão por ser amiga íntima do governador, as pressões sutis pelo fato de ser mulher e por manter “publicamente uma relação amorosa com outra mulher”, foi tão grande que “não percebeu que seu organismo dava sinais de fadiga, seu intestino paralisado levou-a ao hospital” (Nogueira, 2008, p. 221-226). Ao mesmo tempo em que Lota ficou doente, Bishop teve problemas alcoólicos, enquanto Lota esteve no hospital, ela se internou em uma clínica de recuperação.

Em 1965, Bishop viaja para um trabalho de seis meses e Lota sofre com a separação. Quando voltou ao Brasil, constatou que a saúde de Lota ia muito mal: “tinha frequentes vertigens, surdez, irritabilidade, agressividade, indisposição física”. Os médicos consideraram “problemas de fundo emocional” e ao ser internada, após colapso nervoso, “Bishop foi proibida de vê-la, pois o médico considerava que se tornara também parte das obsessões e do colapso nervoso de Lota” (Nogueira, 2008, p. 230-231).

Ao sair do hospital, após três meses internada, Lota permanece distante de Bishop, neste momento ocorre de fato a separação e Bishop viaja para Nova York, em julho de 1967. Lota vai ao seu encontro em setembro do mesmo ano e lá toma uma overdose de sedativos, chega a ser socorrida e fica em coma durante uma semana.

Lota cometera suicídio aos 57 anos de idade. Bishop é “rechaçada por todas as pessoas que conviveram com Lota, que a julgam culpada”. Cabe imaginar que talvez, em se tratando de um casal hetero, tal culpabilidade não fosse imputada à companheira e caso não existisse o entendimento médico de que a homossexualidade fosse doença com possibilidade de cura não as tivessem separado.

Todos os fatores e pressões a que estiveram expostas depois que ocuparam os espaços públicos certamente afetaram de maneira direta a relação amorosa. Na composição de uma história das práticas homoafetivas de Lota e Bishop existe a ruptura do sistema binário clássico, o casal lésbico formado por elas é elegante, revolucionário, cercado de arte e intelectualizado, típico das mulheres de classe média e alta que se apresentam com códigos mais fluidos e negociáveis. Diferentemente entre as mulheres de menor poder aquisitivo, onde as incorporações binárias são elementos fundantes da relação nos “moldes clássicos”, a masculina ou sapatão e a feminina ou lady.

Ao lembrar a história de amor de Lota e Bishop buscou-se refletir sobre duas mulheres que construíram suas subjetividades para além dos paradigmas identitários. Embora inseridas num contexto social e num território (Rio de Janeiro) que aparentava favorável às liberdades, elas se mantiveram longe dos olhares conservadores e desenvolveram uma vida privada como proteção.

As representações binárias e o estatuto heterossexual se fazem presentes quando almejam romper com a invisibilidade e ocupar lugares de destaque nos ambientes públicos. Ali percebem que as relações entre gênero são assimétricas e hierárquicas, dominado pelos homens e as mulheres que ocuparam esses espaços precisam respeitar a estrutura social, levam ao esgotamento e não reconhecimento de Lota.

No Brasil, nos anos de 1950, a escritora Cassandra Rios, escreveu os primeiros romances homoeróticos femininos. Ela foi considerada musa heroína de mulheres lésbicas e sua história merecer ser lembrada. Nessa época não usava roupas masculinas em virtude da repressão, mas anos depois concedeu uma entrevista vestida de terno e gravata e disse: “Eu vim assim para mostrar que o hábito não faz o monge” (colocar o título da matéria; Jornal O Lampião, 1978).

3.3 Cassandra ou Odette? Perseguição da Literatura Lésbica

“Quando estou escrevendo não penso que existem amarras, que existem caveiras limitando aquilo que tenho que dizer, eu me liberto completamente” (Jornal O Lampião da Esquina. Entrevista com Cassandra Rios, 1978)

Cassandra³¹ foi o pseudônimo usado por Odette Rios, paulistana, nascida em 1932, descendente de uma família espanhola, burguesa e de tradição cristã. Além de frequentar a Igreja Católica, participou da escola dominical da Igreja Batista e cultos no Colégio Batista Brasileiro. Ao final da vida, se converteu à Igreja Messiânica e chegou a renunciar ao tratamento do câncer por acreditar que se curaria através da aplicação do Johrei³², faleceu em 2002, no dia internacional da mulher (Vieira, 2014, p. 23).

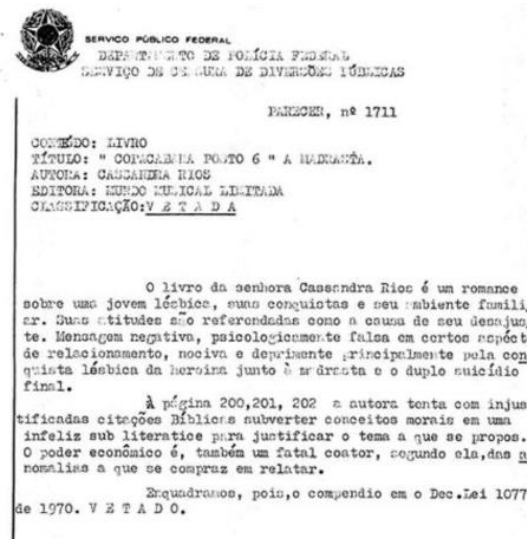
Cabe esclarecer que a exemplo de outras pesquisadoras, nesse trabalho resolveu-se utilizar o pseudônimo Cassandra, visto que foi como escolheu ser nomeada, assim ela assinou suas obras, entrevistas e autobiografias “Eu tenho horror ao meu outro nome” (Rios; Cassandra, *Jornal Lampião da Esquina*, 1978, p. 9).

Em 1948, aos dezesseis anos, publicou seu primeiro livro, intitulado “A Volúpia do Pecado”, sobre a história de amor entre duas jovens internas de um colégio de freiras. Em janeiro de 1962, foi processada pela primeira vez pela publicação de “Eudemônia” e nos anos seguintes, foi ré em mais de 18 processos. A obra de Cassandra Rios foi considerada pornográfica por vários setores da sociedade: pelos censores (período da ditadura militar) e juízes, que proibiram a circulação de seus livros reiteradas vezes, mas também por críticos, colegas escritores, editores e livreiros. Entretanto, “mesmo com as tentativas de silenciamento ou negatização sua obra se consolidou” (Vieira, 201, p. 34), alcançando marcas impressionantes: autora mais lida e, mais proibida do Brasil nos anos 1970, foi a primeira mulher a alcançar a marca de 1 milhão de títulos vendidos e a única no país a viver exclusivamente de direitos autorais. Sua obra foi amplamente percebida como pornográfica e foi fortemente perseguida durante a ditadura militar.

³¹ A escolha do pseudônimo foi inspirada na mitologia grega. Cassandra e o seu irmão gêmeo, Heleno, ainda crianças, foram ao Templo de Apolo brincar. Os gêmeos brincaram até adormecer no interior do templo. Na manhã seguinte, as crianças ainda dormiam e duas serpentes passavam a língua pelas suas orelhas, com isso os ouvidos dos gêmeos tornaram-se tão sensíveis que lhes permitiam escutar as vozes dos deuses. Cassandra tornou-se uma jovem de magnífica beleza, devota servidora de Apolo, que se apaixonou por ela e ensinou-lhe os segredos da profecia. Cassandra tornou-se uma profetisa, mas quando se negou a dormir com Apolo, ele, lançou a maldição de que ninguém jamais acreditasse nas suas profecias ou previsões. Cassandra passa a ser considerada como louca ao tentar comunicar à população troiana as suas inúmeras previsões de catástrofes e desgraças.

³² O Johrei é o elemento principal da Igreja Messiânica, que é a crença na transmissão da Luz Divina através da palma das mãos e que pode ser praticado por todos os messiânicos. Acredita-se que traz purificação espiritual, bem estar, cura de doenças e uma saúde perfeita.

Figura 11- Parecer censor vetava o romance Copacabana Posto 6 – A Madrasta



Fonte: Cassandra Rios, *Identidades Marginais* (2021)

Em 1964, o juiz Cavalcanti Gusmão proíbe e manda apreender as publicações de alguns livros³³ de Cassandra, pois considera contra a moral e que estimula os instintos sexuais, o que “poderia levar a distorções doentias dos leitores”. Mais uma vez é a busca pelo “silenciamento do desejo sexual que está em questão”. As práticas da sexualidade fora da dimensão biologizante e o uso do corpo à dinâmica dos desejos. Pensar que a sexualidade:

[...] é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensidade dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (Foucault, 1999b, p. 100).

O país era governado pelo então Presidente Emílio Médici que instituiu o Decreto-Lei nº 1.077 de 1970 (Brasil, 1970), instalava a censura prévia de livros e periódicos. A partir daí, censores se alojariam nas redações de jornais e revistas. Caberia a eles decidir o que poderia ou não ser publicado. Os textos eram enviados para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília. A censura estava preocupada com romances, contos, escritas literárias, músicas e proibia publicações contrárias à moral e aos costumes, determinava a busca e apreensão dos exemplares, previa pagamento de multas e valores de incineração às custas dos autores (Brasil, Decreto-Lei 1077, 1970). A intensão era controlar e combater os discursos considerados subversivos, pois as autoridades militares se preocupavam com as possíveis

³³ “Copacabana, Posto 6”, “Georgette”, “Eudemônia”, “O Bruxo Espanhol” e “Carne em Delírio”.

resistências que poderiam surgir. O discurso poderia ser usado como “instrumento de saber/poder, produzido pelos sujeitos, sobre si, sobre os outros e sobre as coisas” (Foucault, 1999b, p. 161).

Em 1977, Cassandra Rios também foi censurada por seus colegas escritores, que a viam como uma “escritora menor”, ao ter seu nome retirado do abaixo-assinado contra a censura conhecido como *Manifesto dos Mil*, enviado ao Ministro da Justiça da época Armando Falcão, como analisou Vieira:

O poder do conservadorismo justifica a retirada do nome de uma autora reconhecida por seu vasto público e com tantos livros censurados, [...] o poder, de certa forma, democrático e revolucionário, pode também vir a tornar-se muito conservador de um manifesto contra a censura” (Vieira, 2014, p. 46).

A análise a essa forma de silenciamento que Cassandra sofreu pelos seus pares, talvez porque não se enquadrasse no padrão dos outros escritores e literários, “também porque ela não fazia parte do cânone, escrevia em forma de folhetim, publicava livros que custavam um preço acessível e tratavam de romances lesbianos” (Vieira, 2014, p. 46). Ao escrever livros de fácil leitura, numa “linguagem popular”, a autora conseguia atrair milhares e começava a chamava atenção da imprensa, dos críticos literários, da censura e da justiça (Vieira, 2014, p. 59).

Cassandra foi criticada a partir de padrões estéticos e performativos chegou a ter sua identidade questionada publicamente quando a colunista do jornal *A Noite*, Marfa Barbosa, além de classificar Cassandra como uma autora de “subliteratura”, indagou se realmente se tratava de uma mulher (Vieira, 2014, p. 69) afinal, o sucesso de vendas da escritora fugia da compreensão “deve haver uma explicação lógica para o enorme sucesso comercial de Cassandra Rios (ou seria Cassandro?)” (Jornal a Noite, 1963, p. 6).

A dúvida sobre as questões de gênero e sexualidade de Cassandra clarifica os códigos culturais que impõem às mulheres espaços, papéis e padrões heteronormativos. Assim, também os julgamentos quanto à sua escrita, como “literatura menor”, o “agenciamento coletivo de enunciação”, o que Cassandra provocava seria a “desterritorialização da língua” dos discursos autorizados pela censura e pela “literatura maior” (Deleuze; Guattari, 1977, pp. 41-44) ou seria apenas o fato de ser mulher e escrever sobre sexualidade, desejos?

No auge da repressão (1969-1974) foi preciso criar mecanismos de sobrevivência, projetando-se como uma mulher que, mesmo morando só, sendo independente, circulando pelos espaços sociais e aparecendo na mídia com seus terninhos, defendia o amor, a moral e a família (Vieira, 2014, p. 89). Era preciso lidar com a violência simbólica e física praticada contra quem insistisse em vender, distribuir ou expor ao público “escrito, desenho, pintura,

estampa ou qualquer objeto obsceno”, Código Penal em vigor (Art. 234, Inciso I). Criar táticas para burlar os dispositivos que se articulavam para defesa da ordem social a levaram a assumir diferentes posições identitárias metamorfoseando-se (Deleuze; Guattari, 1977, p. 108). Como estratégia, Cassandra Rios requisitou a proteção do seu nome autoral, direcionando a este toda e qualquer responsabilidade sobre a obra por ele assinada (Vieira, 2014, p. 86).

A partir da década de 1970, o nome de Cassandra Rios começa a aparecer cada vez mais nas capas das revistas, nas primeiras páginas dos jornais, nas reportagens. Não só a própria Cassandra Rios irá fazer usos dessa separação (Cassandra/Odette), mas também seus entrevistadores.

Em 1978, foi capa do *Lampião da esquina*, nessa época já catalogava 36 livros proibidos. A entrevista com a autora ocupou três páginas inteiras do jornal. Um grupo de repórteres e fotógrafo participam da entrevista concedida na residência de Cassandra. Logo de início, o jornalista informa que “queriam revelar Odette”, mas Cassandra não permite que Odette fale e “prefere dar a palavra a seus personagens”. Para ela, era muito importante que Cassandra e Odette fossem percebidas como seres distintos, o que refletia sua obstinação em distanciar sua vida, personalidade e hábitos dos seus personagens. Reservada, “costumava se irritar quando algum jornalista insistia em temas de foro íntimo, por exemplo, a sua lesbianidade”, que embora não fosse exatamente um segredo, jamais foi assumida publicamente (O Jornal, 1978, p. 09).

A reportagem bem-humorada aborda diversos temas dos mais sérios às aventuras extraterrestres que Cassandra afirmava ter vivido. Narra suas ideias empreendedoras sobre a livraria que possuiu por seis anos, “ela foi crescendo e no fim tive que acabar, porque senão ou eu escrevia ou lidava com esse comércio” (O Jornal, 1978, p. 08). E do livro “Eudemônia”, para ela, trata-se da narrativa de uma história de uma mulher homossexual “sendo aquilo que ela quer ser, ela enfrenta seus problemas, mas no final é feliz” (Lampião da Esquina, 1978, p. 09). Segundo Cassandra, nos seus livros o sexo ocorria “em função do amor, para realizá-lo plenamente e sem preconceitos” (O Jornal, 1978, p. 08).

Sobre a sexualidade de seus personagens Cassandra declara que “depende de aceitação, imposição, mas não só da sociedade, como do próprio homossexual [...] cada um apresenta um motivo, depende das influências, do meio, das próprias ideias” (O Jornal, 1978, p. 09). Contudo, a própria Cassandra passaria a vida rejeitando veementemente o rótulo e parecia compreender que esse era um grande empecilho para o seu reconhecimento enquanto escritora. Bem jovem, aos 18 anos de idade, antes de se tornar Cassandra Rios, casou-se com

um de seus amigos, Eugênio, com véu, vestido, convidados e igreja, o que ela chamou mais tarde de “farsa completa, após a cerimônia, fomos para a lua de mel: o Eugênio para o Rio, eu para o Guarujá” (Acervo digital, 1970, p. 118).

O recorte de gênero, portanto, parece fundamental para que se compreenda a obra de Cassandra Rios a partir de uma perspectiva mais ampla, que a considera como parte de uma cultura pornográfica brasileira. Ora, por muitos anos a literatura compreendida como pornográfica foi produzida para homens, portanto, proibida para mulheres leitoras e, sobretudo escritoras. Desta forma, a proibição dos livros se dava, em grande medida, pela interpretação de subversão da ordem e dos bons costumes, numa sociedade marcada pela cultura falocêntrica (Louro, 2003). O tema recorrente de seus livros era a ruptura de paradigma, pois as personagens frequentemente fugiam à norma heterossexual, em especial, mulheres lésbicas. Assim afirmava Cassandra: “Quando estou escrevendo não penso que existem amarras, que existem caveiras limitando aquilo que tenho que dizer, eu me liberto completamente” (O Jornal, 1978, p. 09).

Cassandra foi uma mulher que também “gritou” sua sexualidade, com o potencial transgressor de uma mulher, lésbica, que a despeito dos sucessivos interditos prosseguia escrevendo e publicando narrativas que atentavam contra os valores morais mais amplamente difundidos durante uma ditadura.

3.4 Luana Barbosa: Resistência contra a Violência Policial

Luana Barbosa nasceu em 1981, no interior de São Paulo, lésbica, negra, periférica, vítima violência policial em 2016, conhecida como Luan, sofreu espancamento na esquina de sua casa, no bairro Jardim Paiva, na cidade de Ribeirão Preto/SP, quando, por volta das 19 horas, dirigia uma motocicleta para levar o seu filho, de 14 anos, para escola.

Policiais do 51º Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo abordaram Luana de forma truculenta. Foram avisados, por ela, que seu corpo era feminino e solicitou presença de uma policial para revistá-la, mas a solicitação não foi atendida, ela não permitiu que o procedimento fosse feito por agentes homens e passou então a ser agredida, reagindo ao levar um soco, atitude considerada afrontosa foi suficiente para que se iniciasse uma série de torturas. Pelo menos seis policiais participaram das agressões. Luana morreu cinco dias após ter sido internada na Unidade de Emergência do Hospital das Clínicas (HC-UE). Consta na declaração de óbito que sofreu uma isquemia cerebral aguda causada por traumatismo cranioencefálico.

Após a repercussão do caso, a comissão do negro e assuntos antidiscriminatórios da OAB/SP (Ordem dos Advogados do Brasil – seccional SP) solicitou afastamento dos policiais militares, em 2017, a Justiça Militar de São Paulo arquivou a investigação sob a alegação de que o Ministério Público considerou não haver indícios de crime militar pela “total ausência de materialidade delitiva” (G1, 2017).

A ONU Mulher e o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos pediram “investigação imparcial” (ONU, 2017) sobre a morte de Luana e emitiram nota:

De acordo com o relato da própria vítima, antes do seu trágico falecimento, e de seus familiares, há fortes indícios das práticas de sexismo, racismo e lesbofobia nos acontecimentos que levaram à sua morte, em uma perversa violação de direitos que segue na contramão das garantias individuais e coletivas conquistadas pelas mulheres no Brasil e no mundo (ONU, 2016).

Uma mulher lésbica masculinizada agredir um policial publicamente em um território determinado pela forte construção de assimetrias nas relações e poder, configura-se ato de resistência perigoso e mesmo mortal, como o foi. Durante a violação dos seus direitos, Luana ficou ajoelhada, usando apenas o top, sem blusa e, quando encontrada na delegacia, por familiares, estava desfigurada. A informação de ser egressa do sistema prisional pode ter potencializado as agressões e lançado sobre ela uma culpabilidade inexistente, pois, como afirma Wacquant (2001, p.07), “as sociedades neoliberais modernas remediaram a ausência de um Estado econômico e social com a forte presença de um Estado policial e penitenciário que se ocupa de encarcerar –ou eliminar –os ‘indesejáveis’”.

A violência sofrida por Luana pode ainda ser analisada sob a dimensão da performatividade de gênero a partir das intersecções com outros marcadores sociais da diferença, que “constroem relações de acesso pleno ou subalterno aos privilégios da normatividade”. Destarte, pode-se considerar que Luana está dentro de um espectro de “cisgeneridade subalterna”, em oposição ao ideal de masculinidade hegemônica. Assim, analisou Butler:

Na verdade, a “lésbica transcende a posição binária entre homens e mulheres; a lésbica não é nem mulher nem homem”. E, ademais, a lésbica não tem sexo: ela está além das categorias do sexo. Por meio das recusas dessas categorias, a lésbica [...] denuncia a constituição cultural contingente dessas categorias e a pressuposição tácita mas permanente da matriz heterossexual (Butler, 2003, p. 164).

O corpo de Luana Barbosa era indesejável, demarcada pelo Estado como negra, periférica, performando masculinidade e possuindo antecedentes criminais foi tratado com crueldade, pois ia de encontro à heteronormatividade. A morte cruel de Luana tornou-se

exemplo emblemático de violência policial, pois além de reagir, conseguiu gravar seu depoimento sobre as circunstâncias da agressão que sofreu, ao afirmar-se enquanto mulher e lésbica diante da polícia.

No ano 2017, o documentário “Eu Sou a Próxima”, produzido pelo Coletivo Luana Barbosa, criado após sua morte, discutiu lesbofobia, racismo e misoginia, levantando questões como a negligência do Estado. Butler nos ajuda a pensar “como as diferentes estruturas de opressão maximizam a precariedade de algumas vidas em função da minimização da precariedade de outras” (Butler, 2016, p. 53). A autora analisa “vidas precárias”, em que “alguns corpos estão submetidos a distribuição desigual da precariedade e, por conseguinte, a condição de ser passível de luto ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (Butler, 2016, p. 46).

As autoras do, já citado, Dossiê sobre lesbocídio no Brasil, ao definirem o termo lesbofobia como “o preconceito da sociedade para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos”, caracterizam os efeitos da hierarquia da heteronormatividade e de padrões socialmente construídos que incidem sobre as mulheres de orientação sexual e práticas homoafetivas, e o lesbocídio “como morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica” (Peres; Soares; Dias, 2019, p.19).

Para elas, há necessidade de se pensar sobre lesbocídio como um crime de ódio a cada uma das poucas mortes lésbicas “Sim, porque assim como ser lésbica, morrer lésbica é algo invisibilizado.” (Peres; Soares; Dias, 2019, p.45). Dessa maneira, o ódio às lésbicas existe como parte integrante do patriarcado, uma vez que elas são consideradas mulheres que não se submetem às normas heterossexuais.

Sueli Carneiro (2003), ao tratar da necessidade de inserção do recorte racial na temática de gênero, pontuará que:

Desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil, que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros e, portanto, se aceita complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (Carneiro, 2003, p. 14).

E no que tange a violência sobre as mulheres negras, afirmou que “[...] há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares” (Carneiro, 2013, p. 121).

Diante disso, a grande problemática, reside na constituição desigual da sociedade, culturalmente normativa em suas múltiplas dimensões. A partir de enquadramentos que gerem quais corpos podem e devem ser enlutados, condição que estabelece o status de vida, em seu sentido social. Como dizia Lélia Gonzalez, “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido....ao gosto deles”. Para esse fim, é necessário combater à violência policial que se apoia na ideia de que a proteção deve ser garantida pelo Estado e pela polícia, que institui uma política de vidas descartáveis. Assim, cabe indagar está funcionando? Se sim, para quê? E para quem?

A próxima história de vida a ser discutida aqui, também foi marcada pela violência policial. No cotidiano das periferias brasileiras, a presença ostensiva e violenta da segurança pública é percebida e noticiada com frequência. Assim como Luana Barbosa, que denunciou a violação de direitos, Marielle Franco também o fez, como veremos a seguir.

3.5 O Grito que Ecoou no País: Marielle Franco Presente!

Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte. (Instituto Marielle Franco)³⁴

Marielle Franco nasceu em 1979, na Maré, complexo de favelas, localizada na zona norte do Rio de Janeiro, começou a trabalhar aos 11 anos de idade como vendedora ambulante, aos 18 anos começou a trabalhar com educação infantil em uma creche. Em 2002, ingressou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), graduando-se em Ciências Sociais com uma bolsa de estudos integral obtida pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), concluiu mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (Franco, 2017, p.89).

Marielle Franco vivia com a arquiteta Monica Benício, sua companheira há mais de uma década, foi ativista de direitos humanos, em 2007 assumiu a coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ (Assembleia Legislativa do Rio), onde prestou auxílio jurídico e psicológico a familiares de vítimas de homicídios ou policiais vitimados. Elegeu-se vereadora pelo (Partido Socialismo e Liberdade - Psol), como a quinta

³⁴ Cf. O Instituto que leva seu nome foi criado por sua família, com o intuito de buscar justiça sobre o caso, além de defender a memória da vereadora e articular a formação política para mulheres, população negra e favelada. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

candidata mais votada nas eleições de 2016 no município e a segunda mulher mais votada ao cargo de vereadora em todo o país, com mais de 46 mil votos (Franco, 2017, p.89).

Sua trajetória na câmara de vereadores foi marcada pela pauta progressista, defesa de projetos para compilar dados sobre violência de gênero no Rio de Janeiro, para proteger os direitos reprodutivos das mulheres e abriu o debate sobre cotas de mulheres na política. Ganhou destaque na Câmara Municipal do Rio de Janeiro por seus projetos e discursos em defesa dos direitos das mulheres, das populações em situação de vulnerabilidade, da juventude negra, das pessoas LGBTQIAP+ e das comunidades cariocas.

Foi assassinada em 2018, no Rio de Janeiro, atingida por três tiros na cabeça e um no pescoço. Marielle tornou-se símbolo de resistência e abriu o campo para o debate sobre mulheres na política. Sua morte “simbolizou a morte dos acessos à espaços de poder, como a universidade e a política, em que corpos pretos e favelados estavam começando a acessar”. Após o crime, foi reconhecida por sua trajetória de vida e luta.

Em julho de 2018, a ALERJ aprovou a Lei 8054/2018 que consolidou 14 de março como o "*Dia Marielle Franco – Dia de Luta contra o genocídio da Mulher Negra* (Brasil, 2018)", em novembro do mesmo ano, a Anistia Internacional incluiu o nome de Franco em sua campanha para aqueles que escreveram pelos direitos humanos e perderam suas vidas (BRASIL, 2023).

Em 2019, foi postumamente agraciada com o Diploma Bertha Lutz, concedidos a mulheres que contribuíram na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil. No mesmo mês, o auditório II do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) recebeu o nome de Marielle e ainda foi homenageada pelas escolas de samba Vai-Vai e Estação Primeira de Mangueira durante os desfiles do Carnaval de São Paulo e do carnaval do RJ daquele ano (Instituto Marielle Franco, 2023).

Em 2020, a editora Contracorrente passou a promover, o Prêmio Marielle Franco de Ensaio Feminista, com objetivo de reverenciar a memória e a luta por meio do incentivo ao pensamento feminista. No ano seguinte, foi inaugurada a placa em homenagem à Marielle Franco na Praça Floriano, no Centro da cidade do Rio de Janeiro e em 2022, sua estátua foi inaugurada no Buraco do Lume, praça considerada ponto tradicional de manifestação política dos partidos de esquerda.

O contexto político atravessado no ano da morte de Marielle era caracterizado pelo avanço do conservadorismo alinhado ao fanatismo religioso e muitas nuances de um movimento protofascista. A campanha presidencial com forte discurso sexista e LGBTfóbico, massiva divulgação de *fake news*, a exemplo de “Kit gay (Gazeta do Povo, 2018), que se dizia distribuídos em escolas e muitos casos de violência contra pessoas negras e LGBTs³⁵. A conjuntura brasileira marcava-se favorável aos segmentos mais conservadores (Franco, 2017, p. 89).

Logo após sua morte, as redes sociais e portais de notícias se encheram de desinformação, “O Caso Marielle”, como ficou conhecido na mídia, acionou a discussão sobre direitos humanos com desdobramentos principalmente porque os discursos racistas, misóginos, homofóbicos e intolerantes contra a vereadora foram proferidos por representantes de Estado, líderes do judiciário, políticos e religiosos, a exemplos da declaração preconceituosa da desembargadora do TJRJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) escrita nas redes sociais, que apontou para uma morte encomendada pela facção criminosa conhecida como CV (Comando Vermelho), que, segundo a desembargadora, seriam seus eleitores: “A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’, ela estava engajada com bandidos, foi eleita pelo comando vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores (G1, 2021)”.

A mensagem foi replicada por centenas de outras pessoas e repercutiu de uma forma potente pelo fato de ser uma autoridade, ocupar posição de poder no campo do direito e da justiça brasileira, o que alcançou status de credibilidade e veracidade. Nesse sentido, “um dizer-verdadeiro, que parece verdadeiro, o discurso é lido como verdadeiro, pois um crer-verdadeiro foi instalado entre enunciador e enunciatário” (Greimas; Courtés, 2008, p. 530). Porquanto, numa sociedade hipermediatizada, o discurso da desinformação será facilmente considerado verdadeiro.

O momento histórico era de recrudescimento de posturas conservadoras em manifestações públicas, espaços coletivos, campanhas políticas. De acordo com levantamento realizado pelo Instituto Marielle Franco, “98% das candidatas negras sofreram algum tipo de violência política nas últimas eleições, sendo que oito em cada dez mulheres foram vítimas de violência virtual, alvos de desinformação e discursos de ódio”. Os dados levantados apontaram

³⁵Sobre casos de violência LGBTfóbica no ano 2018, no que se refere às denúncias de homicídio contra a população LGBTI+, houve um forte crescimento nos últimos seis anos apontados, saindo de um total de 5 casos, em 2011, para 193 casos, em 2017. Apenas no último ano houve um crescimento de 127%. **IPEA**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 01 jan. 2023.

para a necessidade de “reforçar de forma expressa a dimensão da categoria “raça” na definição de violência política” (Instituto Marielle Franco, 2021, p 02-03).

Nos últimos anos, as mulheres começavam a ganhar visibilidade no cenário político, com isso, a discriminação e outras expressões da violência de gênero de caráter estrutural as afetaram no exercício de seus direitos políticos-eleitorais (Albaine, 2020, p.11). Assim, como atestou a própria Marielle Franco (2017), um ano antes da sua morte, ao escrever sobre as alterações sociais na esfera do poder do Estado e no imaginário:

[...]. As mulheres periféricas [...] assumiram papel de centralidade de ações criativas e de conquistas de políticas do Estado que atuaram no caminho inverso das desigualdades, ampliando direitos em várias dimensões humanas. Conquistaram, assim, alterações em seus territórios com força para disputar, na cidade, novas localizações no imaginário popular e para as relações humanas (Franco, 2017, p. 91).

A conquista desses ambientes de poder era fundamental para avanços principalmente no momento que vivia. Entretanto, sua presença incomodava. Marielle apresentava-se como uma mulher negra, lésbica, mãe solteira e “cria da Maré”, assim Butler (1999) explica, poderia sua imagem ter sido construída pelos discursos de poder e ser considerada um corpo abjeto, “[...] uma operação diferencial que produz o mais ou menos humano, o inumano e o humanamente impensável” (Butler, 1999, p. 161).

Nesse contexto, esclarece que abjeção é uma espécie de repúdio, nojo, a algo que perturba e ameaça cuja localização se daria em fronteiras, embora circunscreva o seu oposto, ou seja, quem é considerado sujeito (Butler, 1999). Resume a autora: “o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos que não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (Butler, 2002, p. 161-162). Assim, é possível compreender, que a abjeção à Marielle não estava reduzida a sua homossexualidade. Verifica-se que seu corpo reunia outras formas de abjeção. Corroborando que corpo abjeto é ocupado pelos discursos de poder, compreende-se que os discursos tornavam o corpo de Marielle abjeto.

Nessa perspectiva, a “tecnologia de poder” trata da questão sobre “quem faz viver ou deixa morrer”, o que Foucault chamou de “biopoder”. Compreende-se que o “dispositivo é um articulador de poder” composto por múltiplos elementos, que engloba: discursos, instituições, enunciados, leis, moralidades. Os dispositivos oferecem “recursos teóricos capazes de apreender a discriminação racial” engendrada na sociedade brasileira. A partir de Foucault, todo dispositivo cumpre objetivos e funções estratégicas (Foucault, 2005, p. 342-345). Afirma o

autor que “a raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (Foucault, 2005, p.305).

Aplicado ao campo da racialidade permite apreender “as relações raciais como um domínio que produz e articula saberes, poderes e modos de subjetivação, conformando um dispositivo de racialidade” (Carneiro, 2008, p.34). A autora observa que a formação de um dispositivo tem a ver com a colaboração de outros dispositivos de poder. Carneiro cita o biopoder como um daqueles que permitem a formação do dispositivo de racialidade, permite pensar a influência do biopoder. O racismo de Estado, então, passa a ter uma função estratégica, que se funda no controle sobre a vida.

No legislativo também houve atitudes discriminatórias. A foto do ex-deputado Daniel da Silveira, ex-policia militar, preso recentemente por ameaçar as instituições democráticas e o STF (Supremo Tribunal Federal), ao lado da placa de rua em homenagem a Marielle Franco quebrada, repercutiu nas redes sociais e imprensa de todo o país. Já o deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF), dias após o assassinato publicou: “conheçam o novo mito da esquerda Marielle Franco: engravidou aos 16 anos, ex-esposa do traficante Marcinho VP, usuária de maconha, defensora de facção rival, eleita pelo comando vermelho e recentemente exonerou seis funcionários, mas quem matou foi a PM”.

Os discursos de ódio estão cercados de sentidos sobre a representação de uma mulher (misoginia), preta (racismo), lésbica (lesbofobia), favelada (aporofobia³⁶), defensora de direitos humanos, de ter acesso aos espaços de poder. Nesse sentido, os marcadores sociais que atravessaram Marielle devem ser analisados dentro da interseccionalidade, pois foi racializada e estruturada a partir de experiências de dominação/opressão em forma de raça, gênero, classe e sexualidade, assim sofreu a estrutura de dominação.

Nessa vertente, a interseccionalidade considerada como “ferramenta analítica onde as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins, 2020, p. 13), ou seja, as categorias de “relação de poder se sobrepõem e funcionam de maneira unificada” como em uma encruzilhada afetam ao mesmo tempo e em todos os aspectos de convívio social

³⁶ Termo criado pela escritora e filósofa espanhola Adela Cortina, para designar a aversão aos pobres e suas implicações na democracia.

em diferentes formas de discriminação. Dessa maneira, Marielle suportava o peso de várias categorias e foi moldado pelo *status* marcado por elas.

Nesse caso, Vergès chamou de patriarcado neofascista e masculinista, que “ataca mulheres e LGBTQIT+ e visa retroceder direitos [...] as mulheres devem se submeter a ordem heteronormativa”, foi o que a autora alertou sobre a “incitação e ao assassinato de feministas, mulheres eleitas de esquerda” e citou: “o atentado à vereadora Marielle Franco, assassinada em plena rua foi um prenúncio da vitória do pior do Brasil. O poder masculinista, virilista, patriarcal não hesitaria em assassinar em público uma figura da oposição negra e *queer*” (Vergès, 2020, p. 120).

Apesar da tentativa de silenciamento e invisibilização, o rosto de Marielle tomou conta do país e repercutiu internacionalmente, se traduziu em um ato político de resistência. Foram pinturas em camisas, faixas, muros, nas redes sociais. O grito: Marielle presente! Ecoou no país.

Neste capítulo, apresentamos a história de vida de mulheres lésbicas diversas percebeu-se que suas vivências foram atravessadas em relação às tentativas de silenciamentos e invisibilização, muitas foram as formas de violência sofrida por elas, todavia, quiseram diariamente, afirmar sua condição como pessoa e saíram do lugar de subalternidade.

Doravante, temos que nos atentar para o fato de que estas mulheres pertenciam a grupos sociais e raciais distintos, apesar de terem uma relação comum que as aproximam quanto à sexualidade, estas mulheres tinham conhecimentos diversos e viveram em épocas diferentes. Algumas questões pairam à nossa frente: o fato de perceber como essas histórias de vida se aproximam? Em que se diferem? Criamos um cruzamento resumindo as aproximações, os distanciamentos e os pontos de interseccionalidade entre elas.

Filipa de Souza era uma portuguesa, portanto estrangeira, alfabetizada, cristã, trabalhadora, radicada na Bahia, mulher branca, não pertencia à elite do Brasil Colônia, destarte, pode-se dizer que era uma mulher periférica, teve dois casamentos hetero e mantinha relações homoafetivas. Foi condenada à açoites e humilhação pública. Apesar de não carregar em sua pele a marca da discriminação imposta pelo racismo, foi colocada dentro da histórica do Brasil ao receber pena designada às pessoas negras escravizadas.

Ao ser condenada em razão de sua sexualidade, seu corpo foi atingido de forma cruel, açoitada e exposta publicamente. Fato que intersecciona com a tortura sofrida por Luana Barbosa, mulher negra, trabalhadora, periférica, performando masculinidade e possuindo

antecedentes criminais foi igualmente tratada com crueldade, espancada até a morte por policiais militares. O que as diferencia, além do lapso temporal é a cor da pele.

O racismo é raiz estruturante da colonialidade e, assim se manteve presente na consolidação do Estado brasileiro. O complexo sistema social estruturado pelo racismo escancara a potência em operar a necropolítica³⁷ (Mbembe, 2016) de maneiras diversas e perversas. O Estado necropolítico também foi conhecido por Marielle Franco, preta, periférica, ativista de direitos humanos, teve uma morte violenta. Assim como Luana, o corpo de Marielle foi visto como descartável. Suas vidas foram “subjugadas ao poder da morte” (Mbembe, 2016, p. 146).

Tal como Luana, o corpo de Cassandra foi marcado por padrões heteronormativos. A escritora performou masculinidade, usava cabelos curtos, vestia terno e gravata. Para tentar burlar os olhares preconceituosos chegou a casar-se cumprindo os protocolos cerimoniais. Mulher branca, de família burguesa espanhola, não pertencia à periferia e frequentava à elite paulistana. Seus romances homoeróticos femininos, que começou a escrever desde a adolescência, foram percebidos como pornográfico censurados durante a ditadura militar.

Cassandra Rios foi criticada a partir de padrões estéticos e performativos chegou a ter sua identidade questionada publicamente se realmente se tratava de uma mulher, da mesma forma Luana Barbosa, que também foi questionada. Luana a exemplo de Cassandra, também tinha um nome social, era chamada de Luan. Diferente de Filipa, que assume sua lesbianidade e é sentenciada por isso, Cassandra tenta uma estratégia, diferente e “costumava se irritar quando algum jornalista insistia em temas de foro íntimo, a sua lesbianidade”, que embora não fosse exatamente um segredo, jamais foi assumida publicamente.

Em contraponto se aproxima de Filipa ao tratar nos seus livros o sexo “em função do amor, para realizá-lo plenamente e sem preconceitos”. Cassandra passou a vida rejeitando veementemente o rótulo lesbianidade e parecia compreender que esse era um grande empecilho para o seu reconhecimento enquanto escritora. Isso a aproxima de Lota que percebe o gênero e a sexualidade como impeditivo de reconhecimento profissional. A exemplo de Lota que à sua

³⁷ Ampliando o conceito foucaultiano de biopoder, o termo pensado por Mbembe propõe a refletir sobre a injunção e articulação entre um poder sobre a vida e uma política de morte. Seria a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.

época disputava universo masculino em canteiro de obras, Cassandra disputa literatura compreendida como pornográfica que era produzida por e para homens.

Assim como Cassandra, o corpo de Lota foi visto com reprovação, inclusive no seio familiar, ela não manteve relação com sua irmã que desaprova sua sexualidade e seu modo de vestir. Também inserida num contexto social e território (Rio de Janeiro) aparentemente favorável às liberdades foi atingida com as representações binárias e estatuto heterossexual quando almejou romper com a invisibilidade e ocupar lugares de destaque nos ambientes públicos.

Lota e Bishop, casal lésbico composto por mulheres brancas, intelectuais, que pertenciam à elite. Marielle e Mônica, casal lésbico, inter-racial, pertenciam à periferia. Do ponto de vista racial e de classe, Lota e Marielle se distanciam, do ponto de vista da sexualidade, elas se aproximam. A partir dessa observação, cabem as considerações de Lorde (2020, p.236) sobre a “não existência de hierarquias de opressão”. As diferenças (racial e de classe) não se apresentam como uma oposição simplista, pelo contrário, elas são complexas e mesmo sendo marcadas em relação à norma heteronormativa, são assinaladas por diferenças entre os grupos subalternizados. A opressão e a intolerância podem “se manifestar em todas as formas, cores e sexualidades”, portanto, estão interconectadas, ou seja, os sistemas de opressões interseccionais produzem e reproduzem injustiças sociais engendradas na sociedade e oprimem grupos considerados “desviantes”.

Lota de Macedo e Elisabeth Bishop – duas mulheres brancas, intelectuais, independentes financeiramente, premiadas em suas áreas de atuação (arquitetura e literatura), frequentam alta sociedade carioca. Lota performa masculinidade, mas por pertencer à elite “quando se vestia com roupas masculinas, podia ser consideradas extravagante e exótica” (Nogueira, 2008, p. 83). Assim, distancia de Luana, que por não pertencer à elite, ao performar masculinidade é tratada com desprezo e violência letal. Ao se vestir com trajes masculinos, não é vista como exótica e subversiva como Lota foi vista, pela imposição classista.

Na prática homoafetiva de Lota e Bishop existe a ruptura do sistema binário clássico, o casal lésbico formado por elas é elegante, revolucionário, cercado de arte e intelectualizado, típico das mulheres de classe média e alta que se apresentam com códigos mais fluidos e negociáveis. Nessa vertente, Richardson (1983, p. 161) uma relação direta com o gênero. o estereótipo da lésbica masculina exige que haja uma parceira que adote o papel feminino, porque a ideia de duas lésbicas femininas ou masculinas estabelecerem um relacionamento seria uma ameaça extremamente poderosa tanto ao modo como as lésbicas têm sido vistas quanto à

própria visão tradicional das relações heterossexuais em que se basearam tais estereótipos. Diferentemente entre as mulheres de menor poder aquisitivo, onde as incorporações binárias são elementos fundantes da relação nos “moldes clássicos”, a masculina ou sapatão e a feminina ou lady.

O corpo de Luana Barbosa era indesejável, demarcada pelo Estado como negra, periférica, performando masculinidade e possuindo antecedentes criminais foi tratada com crueldade, pois ia de encontro à heteronormatividade. Luana foi morta ao gritar seu direito de ter seu corpo revistado por uma policial feminina. O lesbocídio “como morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica ficou evidente”. Marielle Franco: preta, periférica, também conhecia de perto à violência policial o que a aproxima de Luana.

Marielle foi morta ao gritar também por direitos, mas diferentemente de Luana, não era uma mulher anônima socialmente, era líder política e defensora direitos humanos. A exemplo de Luana, a presença de Marielle incomodava. apresentava-se como uma mulher negra, lésbica, mãe solteira e “cria da Maré”.

Todas se relacionam ainda sob o ponto de vista da interseccionalidade Os discursos de ódio cercados de sentidos sobre a representação de mulheres (misoginia), pretas (racismo), lésbicas (lesbofobia), faveladas (aporofobia), os marcadores sociais que as atravessaram analisados dentro da interseccionalidade, pois foi racializada e estruturada a partir de experiências de dominação/opressão em forma de raça, gênero, classe e sexualidade, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente”.

Apresentamos a história de vida de mulheres lésbicas diversas percebeu-se que suas vivências foram atravessadas em relação às tentativas de silenciamentos e invisibilização, muitas foram as formas de violência sofrida por elas, todavia, quiseram diariamente, afirmar sua condição como pessoa e saíram do lugar de subalternidade.

Nosso objetivo, ao longo deste capítulo, foi vislumbrar que as mulheres buscaram suas identidades e ousaram sair do lugar de subalternidade. Elas perceberam que “o silêncio não faria com que a opressão desaparecesse” (Lorde, 2020, p. 245) e gritaram suas existências.

Filipa falou através de suas cartas de amor e perante seus inquisidores, apesar de ter conhecimento das circunstâncias de sua sexualidade, a exemplo de Luana, se apresentou enquanto mulher lésbica diante do poder da igreja. Luana falou ao reagir às agressões físicas sofridas e continuou falando quando levada à delegacia de polícia e mesmo após, durante

socorro médico, falou e deixou sua fala documentada ao gravar seu depoimento sobre às circunstâncias das agressões que sofreu e sobre à violência policial.

Marielle falou quando, por força popular, alcançou uma eleição expressiva, escolhida vereadora, a quinta candidata mais votada no município e a segunda mulher mais votada em todo o país. Falou em seus discursos defendendo pautas de proteção os direitos reprodutivos das mulheres, defesa dos direitos das populações em situação de vulnerabilidade, da juventude negra, das pessoas LGBTQIAP+ e continuou falando ao provocar o debate sobre cotas de mulheres na política brasileira.

Cassandra falou em todos os seus romances homoafetivos, por meio da fantasia alcançou milhares de pessoas, sendo a primeira mulher a atingir a marca de 1 milhão de títulos vendidos e a única no país a viver exclusivamente de direitos autorais. Paradoxalmente, a autora mais lida e, mais proibida do Brasil nos anos 1970. E, afinal, Lota falou ao colocar sob o seu comando homens de profissionais renomados à operários, vencendo prêmios internacionais de arquitetura, mesmo sem nunca ter frequentado à universidade. Lota falou deixando sua marca na paisagem da história do Rio com a construção do Parque do Aterro do Flamengo.

4 ARMADILHAS DO PATRIARCADO E POSSÍVEIS RESISTÊNCIAS LÉSBICAS

4.1 Armadilhas do Patriarcado

Ao tratar das armadilhas do patriarcado convém refletir a vertente sexual sob a ótica da sujeição que revela o “direito político patriarcal dos homens sobre as mulheres”, criado pelo “contrato sexual que estabelece acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres”, o que Saffioti (2015) chamou de ‘lei do direito sexual masculino’, ou seja, um “contrato entre homens cujo objeto são as mulheres e a diferença sexual é convertida em diferença política passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição” (Saffioti, 2015, p. 57). O constructo social corporifica o patriarcado, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência em regime de dominação-exploração das mulheres (Saffioti, 2015, p. 62). Assim, “o patriarcado consiste também no controle da sexualidade, onde este está sempre em mãos masculinas” (Saffioti, 2015, p.113).

O poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades. Desta forma, não se trata de uns serem melhores que outros, mas de disputa pelo poder, que comporta, necessariamente, controle e medo (Saffioti, 2015, p. 122), ninguém, nem homossexuais seja masculino ou feminino escapam das facetas do patriarcado. Nessa vertente, também o ordenamento jurídico reflete as relações patriarcais, suas hierarquias e sua estrutura de poder, as pautas movimentadas pelos coletivos adentram nos debates políticos, sociais e jurídicos. Assim, urge compreender qual o atual cenário da criminalização da homofobia.

4.1.1 Os Embates sobre a Criminalização da homofobia

A categoria gênero definida a partir de um sistema binário em oposição ao sexo, ao explicá-lo, o desconstrói, pois, o gênero é teorizado como independente do sexo, enquanto tal torna-se um operador flutuante: assim, masculino e feminino podem ser significados para além do corpo biológico. Nesse sentido, a sexualidade nome que se dá para um constructo histórico, nunca se expressa totalmente em uma prática sexual. Logo, o que desvia das “normas” sexuais, que são naturalizadas, é estigmatizado e sofrerá, portanto, o peso da homofobia sobre si. Ou seja, homofobia direcionada àqueles que não regulam suas relações e subjetividades às normas do sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais (Butler, 2003a) hegemônicas e referendadas naquilo que se convencionou chamar de heterossexualidade.

A terminologia homofobia usada para descrever uma repulsa face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, um ódio generalizado aos homossexuais, bem como todos os aspectos do preconceito heterossexista e da discriminação anti-homossexual. (COSTA, 2012, p. 210) é empregado para significar formas específicas de violência contra as pessoas com identidade de gênero e orientação sexual fora do padrão heteronormativo.

Nessa temática, Roger Raupp Rios (2011) esclarece que a luta pelo reconhecimento e a promoção dos direitos de homossexuais é um caso emblemático da necessidade de uma compreensão dos direitos sexuais na perspectiva dos Direitos Humanos.

Ao longo dos debates sobre diversidade sexual e Direitos Humanos, são invocados vários direitos: liberdade sexual; integridade sexual; segurança do corpo sexual; privacidade sexual; direito ao prazer; expressão sexual; associação sexual e informação sexual (Rios, 2011, p. 292).

O autor afirma que um ponto decisivo para a proteção de homossexuais em face da homofobia e do heterossexismo é a não discriminação em virtude de orientação sexual. Tanto na sua dimensão formal (“todos são iguais perante a lei”), quanto na sua dimensão material (Rios, 2011, p. 293).

Nesse sentido, o Direito foi produzido como instrumento de reforço e de conservação dos padrões morais sexuais majoritários e dominantes, atuando na confirmação de relações e práticas sexuais hegemônicas (Rios, 2011). Com a emergência de movimentos sociais reivindicando a aceitação de práticas e relações divorciadas dos modelos hegemônicos, levou-se à arena política e ao debate jurídico a ideia dos direitos sexuais, especialmente dos direitos de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Os pleitos dos movimentos sociais por reconhecimento de direitos são diversos e é neste contexto que encontra a demanda por criminalização da homofobia, por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 122 de 2006 (PLC 122/2006).

É importante fornecer uma explicação concisa sobre o processo de criação e tramitação de um PLC. Um projeto de lei complementar pode ser proposto por várias entidades, incluindo deputados, senadores, comissões da Câmara, do Senado ou do Congresso, presidente da República, procurador-geral da República, Supremo Tribunal Federal, tribunais superiores e cidadãos. Esses projetos estabelecem diretrizes para a colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios em questões especificadas pela Constituição.

Geralmente começam a tramitar na Câmara, exceto aqueles apresentados por senadores, que têm início no Senado. O Senado atua como uma Casa revisora para projetos iniciados na Câmara e vice-versa. Se um projeto originado na Câmara for modificado pelo

Senado, ele retorna à Câmara para revisão. Da mesma forma, se um projeto do Senado for alterado pelos deputados, ele retorna ao Senado para nova análise. A Casa onde o projeto foi iniciado tem a palavra final sobre o conteúdo do projeto, podendo aceitar ou rejeitar as alterações propostas pela outra Casa.

Os PLCs são encaminhados às comissões relevantes de acordo com o assunto abordado. Existem comissões que podem avaliar tanto o mérito quanto a admissibilidade do projeto: a Comissão de Constituição e Justiça, analisa a constitucionalidade. Todos os projetos de lei complementar devem ser submetidos ao Plenário para votação, que exige um quórum diferenciado para aprovação. No mínimo, a maioria absoluta de votos favoráveis, ou seja, 257 votos. Os projetos de lei complementar aprovados nas duas Casas são enviados ao presidente da República para sanção. O presidente tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar. O veto pode ser total ou parcial. Todos os vetos têm de ser votados pelo Congresso e por fim, para rejeitar um veto, é preciso o voto da maioria absoluta de deputados (257) e senadores (41).

Nesse contexto, com a possível criação da nova lei pretende-se instituir punições por meio de alterações da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) (Brasil, 2006). Para tanto, pretende-se definir os “crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero” (Brasil, 2006), estabelecer as tipificações e delimitar as responsabilidades do ato e dos agentes.

O surgimento de novas leis penais, como aborda Masiero (2013), é percebido no Brasil, nas últimas décadas, em especial nos anos que sucederam a Constituição de 1988, com a aprovação de vários diplomas legais que indicam criminalização primária de setores, que, até então, estavam fora do controle penal. Entretanto, no que tange à sexualidade, percebe-se uma resistência.

Ao considerar o PL 122/2006, observou-se que muitos foram os arquivamentos e desarquivamentos, porém, ainda não se tem uma definição sobre o seu futuro. “Esta situação torna-se curiosa, na medida em que, ao se considerar a política criminal brasileira dos últimos anos, percebe-se uma crescente tendência à expansão penal, com uma grande facilidade, por parte do parlamento, na aprovação de leis penais” (Masiero, 2013, p. 173). Talvez o impasse se dê em razão da pressão popular ou pela oposição interna de bancada religiosa.

O PLC 122/2006 é o que trata da tutela penal da homofobia e provavelmente uma das maiores polêmicas em trâmite no Congresso Nacional. O site do Senado Federal (que é a Casa onde ele se encontra) informa que cerca de 80% das ligações que a Casa recebe são manifestações contrárias à aprovação do projeto. Internamente, são os grupos religiosos e de extrema direitas que se opõem de forma veemente à adoção do projeto, baseados no discurso de que ele violaria as liberdades religiosas e de expressão (Masiero, 2013, p.177).

Nessa perspectiva, ao analisar criticamente o tema, entende-se que tanto o PLC 122/2006, quanto o Substitutivo proposto pela Senadora Marta Suplicy e pelo Senador Pedro Paim, se equivocam. Tanto este, que mantém a criação de tipos penais atinentes às discriminações de gênero, tanto as relações laborais e consumeristas, como o serviço público; quanto aquele, que utiliza a Lei 7.716/1989, “diluindo a ideia de preconceito, discriminação por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional”, seriam melhor regidas fora do âmbito penal (Masiero, 2014). Em meio aos debates sobre aprovação ou não da nova lei, Carvalho (2012, p. 200) levanta questões que cabem ser ressaltadas:

De forma mais específica, a pergunta que gostaria de propor é se do ponto de vista da construção histórica dos direitos humanos está diferenciação qualitativa estaria adequada e justificada constitucionalmente [...]. Sob o ponto de vista (garantista), não percebo a priori como ilegítima a diferenciação qualitativa dos crimes homofóbicos dos demais crimes [...] condutas que implicam em danos concretos a bens jurídicos tangíveis, como a vida (Carvalho, 2012, p. 200).

O crime de homofobia, poderia ser qualquer conduta típica prevista em lei e que tivesse como motivação um preconceito ou discriminação de orientação sexual. O autor trata da legitimidade jurídica da criminalização sob o “direito penal mínimo e o garantismo penal da livre orientação sexual” (Carvalho, 2012, p. 198). Nessa faceta, é preciso ficar atento para que o minimalismo penal não seja utilizado, voltado apenas para a homofobia e apenas para os crimes de ódio, gerando hierarquização de opressões, configurando, portanto, como “minimalismo seletivo” (Carvalho, 2012, p.198).

Nessa toada, faz-se oportuno contextualizar a jurisprudência atual, que, no ano de 2019, proferiu importante e controversa decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliando o conceito de racismo social, projetando-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, para incluir também a criminalização da homofobia, dando ao tema uma guinada fática. Assim, a partir do Habeas Corpus 84.424/RS, julgado pelo STF no ano de 2003, conhecido como caso Ellwanger, o Tribunal cunhou o conceito de racismo e citou o discurso de ódio. Segundo o entendimento dos então Ministros, racismo seria a “superioridade

de um grupo sobre outro, independente de origem, raça, orientação sexual ou qualquer outra forma de discriminação” (Keske; Marchini, 2019, p.12). Portanto, valeu-se do racismo social, com viés não biológico, mas político-social.

Diante desse cenário, no dia 13 de junho de 2019, o Plenário do STF entendeu que a não edição de leis que criminalize atos de homofobia e de transfobia representa “omissão inconstitucional do Congresso Nacional” (Keske; Marchini, 2019, p. 43). Tratou-se de julgamento histórico da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26/DF (ADO 26), intentada pelo Partido Popular Socialista, e do Mandado de Injunção 4.733/DF impetrado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLBT), relatados respectivamente pelo ministro Celso de Mello e pelo ministro Edson Fachin. Embora a decisão do STF não criminalize a homofobia, visto que a criminalização somente pode ocorrer através de lei editada pelo legislativo, a decisão entendeu que deve ser aplicada a Lei 7.716/1989 quando ocorrer violações de direitos em razão da LGBTfobia.

Na análise do STF, por maioria, fixou-se a tese de que, até que o Congresso Nacional edite lei específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, se enquadram nos crimes previstos na Lei 7.716/2018, e, no caso de homicídio doloso, constitui circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe. Prevê que a repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe o exercício da liberdade religiosa, desde que tais manifestações “não configurem discurso de ódio e o conceito de racismo ultrapassa aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos e alcança a negação da dignidade e da humanidade de grupos vulneráveis” (Amorim; Machado, 2019, p. 59).

Embora o STF não criminalize a homofobia, visto que a criminalização somente pode ocorrer através de lei editada pelo legislativo, Amorim e Machado (2019, p. 61) esclarecem que: “O reconhecimento do crime de ódio homofóbico, lesbofóbico e transfóbico, mesmo que apenas pelo STF, carecendo ainda de Lei editada pelo Legislativo, representa um grande avanço”. A conquista do movimento LGBT de uma proteção formal precisa se materializar em ações, medidas pelos governos e operadores do direito a quem compete aplicar a interpretação dada pelo STF.

No meio político, o PLC 122/2006³⁸, que continua a causar controvérsia no Legislativo e na sociedade, sofre constante pressão popular e oposição interna de bancada religiosa, que se posiciona contrária à adoção do projeto, por entenderem que ele violaria as liberdades religiosas e de expressão. Convém pontuar que analisando o trâmite na Câmara dos Deputados (originário PL. 5.003/2001) e no Senado Federal observa-se que muitos foram os arquivamentos e desarquivamentos, porém, ainda não se tem uma definição sobre o seu futuro.

No direito, o debate gira em torno do sistema de justiça criminal, segurança pública, criminologia e o tratamento dos Direitos Humanos na perspectiva da população LGBTQIA+, o alcance da Lei Maria da Penha, especificamente para mulheres lésbicas, é abordada como ainda a possibilidade da criminalização da homofobia e a preocupação com as questões legais no que diz respeito às questões parentais, casamento homoafetivo e violências sofridas pelas lésbicas. Via de regra, o tema da violência aparece nas suas mais variadas formas, as quais abrangem, principalmente, aspectos físicos, psicológicos e sociais, assim como violações de direitos, vindas de diversas direções e atores sociais: escola, família e trabalho, são presença constante nas pesquisas.

Num exame pouco profundo, poder-se-ia arrazoar que a legitimidade jurídico-penal da criminalização da homofobia, estaria comprometida sob o prisma do minimalismo penal, já que o garantismo constitucional propõe uma intervenção penal mínima. Por outro lado, ao se analisar a demanda, percebe-se que não se trata de criminalizar condutas ainda não tipificadas no Código Penal (“neocriminalização”), pelo contrário, os tipos penais que se relacionam com a violência homofóbica já existem. Trata-se da necessidade de proceder-se a uma diferenciação qualitativa (Masiero, 2014, p. 126).

Diante do exposto, apesar do controle penal intervir apenas de maneira reativa e não preventiva, atuando nas consequências dos delitos, mesmo sob a base do minimalismo penal, se a demanda homossexual não for contemplada com uma tutela diferenciada, “estaria a dar mostras, uma vez mais, de sua própria tendência discriminatória, limitando-se a atuar ali onde a maioria sente e padece as possíveis agressões aos seus direitos básicos” (Copello, 1999, p. 66).

³⁸ O Projeto de Lei Complementar tem a finalidade de regulamentar norma prevista na Constituição Federal. Com a possível criação da nova lei pretende-se instituir punições por meio de alterações da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) (Brasil, 2006).

Da mesma forma, Carmem Campos (1999, p.15) destaca que a utilização do sistema penal é defendida também por um grande número de ONGs e movimentos sociais no Brasil, “a impunidade de práticas como violência doméstica, o racismo, o homofobismo, por exemplo, tem traçado, de certa forma, uma convergência entre estes movimentos sociais que procuram buscar, através da criminalização, o fim ou a punição das condutas discriminatórias”.

A partir do debate de que se há legitimidade na tutela penal de homofobia, interessa, nesse momento, ingressar no cenário das reflexões feministas e o contramovimento, na discussão a respeito das armadilhas do patriarcado.

4.2 Possíveis Resistências

“Onde há poder há resistência e, no entanto, esta nunca se encontra em posição de exterioridade ao poder.”

Foucault (1999b, p. 91)

4.2.1 Reflexões Feministas Lésbicas e o Contramovimento

No final dos anos 70, as análises teóricas lésbicas vão ascendendo nas reflexões feministas. A discussão sobre as várias configurações discursivas, criadas pelo pensamento dominante para refletir a respeito das práticas amorosas entre mulheres, transformadas em práticas tão somente sexuais, permite identificar o sistema binário hierarquizado. “As teorias feministas, em sua pluralidade, vem analisando os processos e procedimentos de transformação do corpo da mulher num sexo, amálgama que resulta em práticas de subordinação e assujeitamento” (Swain, 2000 p. 138).

As pensadoras do feminismo lésbico, Rich e Wittig foram pensadoras paradigmáticas de ideologias que representaram as tendências principais no pensamento lésbico: o feminismo lésbico, por um lado, anglo-saxão, com Rich, que reforça o laço com feminismo e se reivindica na identidade 'mulher', e a lesbianidade radical, por outro, representado por Wittig que representou a separação do feminismo e da categoria política mulher, representado no uso independente da identidade lésbica.

Rich traz o conceito de heterossexualidade compulsória enquanto norma social que exige e causa a invisibilização da lesbianidade, inclusive no mesmo movimento feminista. Enfoca a lesbianidade na perspectiva de união entre as mulheres em luta contra o sistema

patriarcal (Falquet, 2013, p.12). A autora propõe a ideia da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres. Ela desafia o apagamento da existência lésbica no pensamento feminista bem como no entendimento geral das relações de gênero na sociedade:

É fundamental que entendamos o feminismo lésbico em seu sentido mais profundo e radical, como sendo o amor por nós mesmas e por outras mulheres, o compromisso com a liberdade de todas nós, que transcende a categoria de 'preferência sexual' e a de direitos civis, para tornar-se em uma política de formular perguntas de mulheres, que lutam por um mundo no qual a integridade de todas — e não de umas poucas eleitas — seja reconhecida e considerada em cada aspecto da cultura (Rich, 2010, p.22).

Trata da identificação entre mulheres em termos de uma agência politicamente motivada. Critica a ideologia que supervaloriza a heterocentricidade, mesmo entre feministas. De acordo com sua crítica, Rich coloca-se a favor de um *continuum lésbico*³⁹, que abarcaria um grande escopo de variedades de experiências de identificação entre mulheres.

Em seus estudos, preocupa-se com o cenário político e ideológico dirigido às mulheres que sugerem que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado. “As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação” (Rich, 2010, p. 19). Essa tendência de controle, trazidas à tona pelas ideias conservadoras, especialmente dentro de casa, refletem no registro de violência masculina contra mulheres e tem sido ainda uma das formas de manutenção da relação entre mulheres e homens, sem julgamentos, e compaixão para seus molestadores, estupradores e espancadores.

Para Rich, na perspectiva feminista é imprescindível afirmar a presença do “lesbianidade” e fazer alusão às lésbicas, numa visão crítica feminista da orientação compulsoriamente heterossexual das mulheres. Necessário encarar de modo crítico e claro a abrangência e a elaboração das medidas formuladas, a fim de manter as mulheres dentro dos limites sexuais masculinos, torna-se uma “questão inescapável que o problema que as feministas devem tratar não é simplesmente a “desigualdade de gênero”, nem a dominação da cultura por parte dos homens, nem qualquer “tabu contra a homossexualidade”, mas, sobretudo, o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito

³⁹ Optei por usar o termo existência lésbica e *continuum lésbico* porque o termo lesbianismo tem alcance limitado e clínico. Existência lésbica sugere tanto o fato da presença histórica de lésbicas quanto da nossa criação contínua do significado dessa mesma existência. Entendo que o termo continuum lésbico possa incluir um conjunto – ao longo da vida de cada mulher e através da história – de experiências de identificação da mulher, não simplesmente o fato de que uma mulher tivesse alguma vez tido ou conscientemente tivesse desejado uma experiência sexual genital com outra mulher (Rich, 2010, p.35-36).

masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas. Assim, a pesquisa e a teoria feminista que contribuem para a invisibilidade ou marginalidade lésbica estão realmente atuando de modo contrário à libertação e ao empoderamento das mulheres como um grupo (Rich, 2010, p. 34).

Sob o ponto de vista da lesbianidade radical, representado pela francesa Monique Wittig que concebeu a separação do feminismo e da categoria política mulher, representado no uso independente da identidade lésbica retoma a noção de "classes de sexo", que faz das mulheres e homens categorias políticas que não podem existir uma sem outra (Wittig, 2019, p.13). Explica:

“Lésbica' é o único conceito que conheço que está mais além das categorias de sexo (mulheres e homens), porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, seja economicamente, nem no politicamente ou ideologicamente. Pois o que faz uma mulher em uma relação social específica com um homem, uma relação que chamávamos anteriormente de servidão. [...] uma relação da qual as lésbicas escapam, recusando-se a se tornar ou permanecer heterossexuais” (Wittig, 2019, p. 91).

Wittig (2019) sustenta uma teoria lésbica autônoma com o que chamou de “verdadeiro movimento lésbico”, o qual se separa do feminismo, “uma sociedade lésbica destrói o fato (social) artificial que constitui as mulheres como um “grupo natural”, revela que a divisão criada pelos homens, da qual as mulheres têm sido objeto, é política e mostra que fomos construídas ideologicamente como “grupo natural”, assim, tanto nossos corpos quanto nossas mentes são produto dessa manipulação (Wittig, 2019, p.83).

Para ela, o enfoque feminista materialista mostra o que tomamos por causa ou origem da opressão é de fato a marca imposta pelo opressor; o “mito de mulher” é apenas uma construção sofisticada e mítica que reinterpreta atributos físicos por meio da rede de relacionamentos na qual elas são percebidas, ou seja, são vistas como mulheres, portanto, são mulheres. Evoca às lésbicas lembrarem antes do movimento de libertação das mulheres, repressão política, e as que resistiam eram acusadas de não serem mulheres “de verdade” e eram acusadas ao mesmo tempo de querer ser homens (Wittig, 2019, p.91).

De acordo com Falquet, de maneira mais geral, a "lesbianidade política" nasce em diferentes partes e épocas, das rupturas e ao mesmo tempo das tentativas de conciliação com o feminismo. As afirmações feitas por Wittig nutrem os cruéis debates que já haviam começado dentro do movimento feminista, originados, entre outro, por um novo grupo lésbico, com a aparição do movimento que será conhecido como o das lésbicas separatistas (Falquet, 2013, p. 14).

Simplificando reflexões bastante complexas, distinguem-se três grandes correntes: o lesbianismo feminista, o lesbianismo radical e o lesbianismo separatista, que nascem em diferentes partes e épocas, das rupturas e ao mesmo tempo das tentativas de conciliação com o feminismo. O lesbianismo feminista critica o heterofeminismo por sua falta de reflexão sobre a questão da heterossexualidade, mas não deixa de insistir na necessária solidariedade política das mulheres (como classe e de sexo) e na objetiva convergência de interesses que as une a todas contra o heteropatriarcado (Falquet, 2013, p. 14-15).

Já o lesbianismo radical articula progressivamente uma análise mais complexa da opressão das mulheres. Para esta corrente, as lésbicas certamente escapam à apropriação privada por parte dos homens, mas não se livram da apropriação coletiva, o que as vincula à classe das mulheres e implica lutas conjuntas (Falquet, 2013, p. 15). Monique Wittig se articula em torno desse pensamento. Para Wittig, “lésbica é o único conceito que está fora das categorias sexo (homem e mulher), porque ao designar-se lésbica não se encaixa em uma mulher, seja economicamente, politicamente ou ideologicamente, as lésbicas escapam, recusando-se a se tornar ou permanecer heterossexuais, essa atitude pode destruir a heterossexualidade como sistema social baseado na opressão das mulheres justificada na diferença entre os sexos” (Wittig, 2020, p. 91-92).

E por fim, o lesbianismo separatista formado pelos Grupos separatistas feministas (heterossexuais) difunde que lésbicas se constituem uma nação, que é de onde vem a ideia de separatismo e desemboca na criação ou tomada de espaços físicos ou simbólicos por e para lésbicas unicamente em espaços de sociabilidade e de luta política (Falquet, 2013, p. 16).

Fundamentalmente, todas lutam para a (re) criação de uma cultura e de uma ética lésbicas. Essas diferentes tendências, muitas vezes mescladas na prática cotidiana, compõem o movimento das lésbicas. Rapidamente, “aparecem uma série de críticas à hegemonia do modelo lésbico (e feminista) branco, ocidental e de classe média, tanto desde o incipiente meio acadêmico de estudos lésbicos, como desde os grupos ativistas” (Falquet, 2013, p. 17). Várias feministas e lésbicas negras começaram a criticar o racismo e o classismo do feminismo. Acrescenta que “Como negras vemos o feminismo negro como o lógico movimento político para combater as opressões simultâneas e múltiplas às que se enfrentam todas as mulheres de cor” (Anzaldúa, 1981). Contudo, o que se percebe é que uma das prováveis tendências que levaram lésbicas a se separarem do feminismo foi a lesbofobia existente e não combatida dentro do movimento feminista.

Enquanto se discute atualmente a hierarquização das sexualidades, situando-se arbitrariamente na heterossexualidade, onde outras identidades de gênero e orientação sexual foram e são consideradas sexualidades "desviadas". Porquanto, busca-se combater a discriminação por meio de uma aliança de todas as "minorias sexuais" e que de uma ou outra maneira subvertem a heterossexualidade, em posição contrária um movimento conservador ganha força, alicerçado em ideologia patriarcal.

A essas discussões está o backlash, conceito cunhado em inglês e traduzido como "contramovimento", que tenta dar conta da emergência de movimentos neoconservadores apoiados pela inversão da narrativa sobre direitos, reivindicando direitos de grupos politicamente hegemônicos, que estariam supostamente sendo violados pelos avanços na promoção de direitos de grupos subalternizados (Payne; Santos, 2020).

Os contramovimentos, ou backlashes, resultam em deslocamentos das expectativas funcionais do Estado, cujas responsabilidades são transferidas, passando a ser depositadas no núcleo de um tipo específico e normalizado de família branca, cis, heterossexual e bi parental, implicando em transformações importantes na gestão da máquina pública (Cerqueira, 2021. p. 58). Reivindicando, portanto, uma agenda em cujo centro está a noção de que existiriam grupos moralmente indignos do direito a ter direitos. Tal experiência foi acirrada no Brasil, no ano de 2018, em disputa presidencial, que assumiu contornos extremistas de forte espectro ideológico formado originalmente por grupos identificados com o "conservadorismo" nos valores, como por exemplo, foi possível identificar a referência elogiosa à ditadura civil-militar e investimento na criação de mais escolas cívico-militares no país. Tais tendências reforçam, acirram assimetrias e desigualdades presentes na sociedade e tendem a assumir feições mais nacionalistas, alçando o particularismo, flertando com sentimentos regionalistas, xenofóbicos.

Essa inversão narrativa se perfaz, no plano patriarcalista, pelo recurso aos retrocessos na promoção de direitos reprodutivos; no plano racista, pela negação da existência do racismo, retrocedendo na promoção de igualdade racial e; no plano das diversidades sexuais e de expressões de gênero, pelo recurso à narrativa da ideologia de gênero e pela imposição de retrocessos na promoção de direitos LGBTQI+ (Miskolci; Campana, 2017; César; Duarte, 2017). Portanto, esse novo contexto apontado atualmente situam a relevância do movimento de mulheres negras feministas lésbicas, que desenvolveram uma perspectiva de luta promovendo a consciência de que o processo do contramovimento acentua o processo, entre outras coisas, de discriminação latente nas políticas controladoras racistas e homofóbicas, como será abordado adiante.

4.2.2 Mulheres Negras Feministas Lésbicas: Saberes, Militância e Visibilidade

*Se quisermos renovar a luta feminista e garantir que estamos na
direção certa,
ainda precisamos de uma teoria feminista que fale a todos,
que deixe todos cientes de que
o movimento feminista pode mudar suas vidas para melhor.
(Bell Hooks, 2019a, p. 21)*

A capacidade de agenciamento das lésbicas negras foi demonstrada ao longo da história. Elas ocuparam lugar de fala, de escuta, de organização, de produção e de visibilidade rompendo com disputas historicamente estabelecidas, criando outros debates que permitiram a elas fazer da sua trajetória de vida um “ato contra a opressão”, contra as tecnologias de poder, “motivado e empoderado desde dentro” (Lorde, 2019, p. 73).

Vale lembrar que o feminismo negro disputa nos espaços de saber dominante com ações políticas afirmativas transformadoras, militantes e ativistas. Essas ações e construções políticas sólidas e transformadoras vêm sendo realizadas há décadas, por meio de debates, atuações formadoras, intervenções nas áreas de educação, saúde, cultura, religiosidades, gestão pública, direito, controle social de políticas públicas, imprensa negra, além de ações afirmativas e vivência de manifestações culturais, que mantêm acesa a chama das culturas negras e as dinamizam (Silva, 2018, p. 253).

Diante da opressão sexista, da brutalidade do racismo e mesmo da não inclusão das suas questões específicas no interior do movimento feminista, as mulheres negras romperam diante da enunciação do silêncio aos quais foram submetidas historicamente também no movimento feminista (Nogueira, 2021, p. 05-06). Fizeram da militância uma ruptura ao silenciamento imposto socialmente e transformaram o silêncio em linguagem e em ação. O lugar de fala marcou um espaço de atuação e de visibilidade. O avanço de políticas emancipatórias, conquistadas pelos movimentos sociais negros, em que predominavam grandes ideias como liberdade, igualdade, justiça social e democracia participativa contribuíram para rupturas e novas demarcações.

A consciência de seu lugar de fala, termo conceituado por Djamila Ribeiro (2016) como ferramenta política com o intuito de ser colocado contra uma autorização discursiva, pois um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem a propõe, percebendo

assim que essa marcação se torna necessária para entender realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica (Ribeiro, 2016, p. 58-61).

A fala de lésbicas negras comporta uma ruptura com o medo que historicamente algumas mulheres sentiram de serem socialmente tachadas de lésbicas. De acordo com Lorde (2019, p. 150), isso “tem levado algumas de nós a fazer alianças destrutivas, e outras ao desespero e ao isolamento”. Entretanto, quando uma mulher negra lésbica assume um lugar político de fala, de visibilidade, ela parece romper com esse legado de isolamento imposto pelas tecnologias de poder e pelas interseccionalidades que são os marcadores sociais na vida das minorias, que segregam direitos e inclusão social, por serem mulheres, negras, lésbicas, (Nogueira, 2021, p. 04).

O conceito de interseccionalidade e suas múltiplas possibilidades de análise demarcam também os sistemas de dominação que produzem violências, sobretudo sobre mulheres lésbicas negras, por serem discriminadas, exploradas, oprimidas, e por terem suas trajetórias de vida desafiando diretamente a estrutura social vigente e sua ideologia sexista, classista e racista (Hooks, 2019b). A luta não tratava apenas de análises abstratas da liberdade, mas sobre as formas que as iniciativas de justiça social devem assumir para dar vida a políticas emancipatórias. A promessa inicial do feminismo negro e a ideia de interseccionalidade que a acompanhou, consistia em promover políticas emancipatórias para as pessoas que aspiravam à construção de uma sociedade mais justa (Collins, 2017, p. 15).

No Brasil, o sentido de pertencimento e de visibilidade do feminismo lésbico negro se consolida com mais força na primeira década do século XXI, com a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, bem como com a “entrada significativa de mulheres negras politicamente posicionadas nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras e como docentes”, o que provavelmente também levou à produção de “uma teoria feminista negra no Brasil” (Silva, 2018, p. 260).

Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, entre outras foram presenças importantes nos movimentos sociais e nas universidades a partir dos anos oitenta. Entretanto, antes disso no final dos anos setenta, Lélia Gonzalez já participava ativamente do Movimento Negro Unificado (MNU), que surgiu a partir de 1978, seus escritos abordavam sobre as raízes históricas do movimento feminista, alertavam que as bases do feminismo brasileiro, em sua construção e consolidação, “também se valiam da opressão feminina da mulher negra” (Ratts; Rios, 2010, p. 104).

Gonzalez atuou no surgimento de uma política de enfrentamento negra, que ia além da escrita e do debate com a academia, foi para as ruas com o MNU protestando contra o discurso oficial do Estado, para dar visibilidade “às reivindicações negras” e durante os anos 80, o Brasil experimentou uma “onda de protestos negros” (Ratts; Rios, 2010, p. 90).

Desta maneira, a disputa por visibilidade, por direitos, por conquistas reais iniciada por Lélia Gonzalez nos anos setenta não ocorreu apenas nos discursos, mas através da intervenção social e política, (Nogueira, 2021, p. 07). Gonzalez “debateu “as condições específicas de exploração e subordinação a que eram submetidas às mulheres negras” e” construiu um pensamento crítico que explicasse as causas socioculturais e econômicas que criavam um contexto de desigualdade de raça, sexo e classe” (Ratts; Rios, 2010, p. 100). Era evidente que o racismo já não pode mais ser praticado sem contestação, sem que, de algum modo emergissem os contradiscursos (Bairros, 1995, p. 458).

De acordo com Gonzalez, a produção científica dos negros se caracterizou pelo “avanço, autonomia, inovação, diversificação e credibilidade nacional e internacional; o que remetia a um espírito de profunda determinação, em virtude de obstáculos impostos pelo racismo dominante” (Gonzalez, 2019, p. 346) a competência das produções negras mostrou então a capacidade produtiva e intelectual frente às estratégias racistas de opressão.

Teóricas negras feministas chamaram atenção para a universalização do feminismo eurocêntrico, e a conseqüente “exclusão das mulheres negras do conhecimento e das políticas feministas”, com ênfase para as “relações de opressão entre mulheres e, nelas, para o silenciamento das mulheres negras”; um silêncio do oprimido, “aquele profundo silêncio engendrado de resignação e aceitação perante seu destino” (Hooks, 2020, p. 17).

Atualmente, em um mundo bastante "globalizado", muitas lésbicas criticam certa tendência universalista que consiste em projetar sobre o conjunto das lésbicas uma leitura da lesbianidade e uns objetivos de luta bastante ocidentais e classe média. A visibilidade da lesbianidade foi crescendo e Encontros Feministas Latino-americanos e Caribenhos. Em Latinoamérica e Caribe, apesar de muitas dificuldades ligadas à repressão lesbofóbica, já foram realizados cinco Encontros lésbico-feministas continentais, em México, Costa Rica, Porto Rico, Argentina e Brasil.

Segundo Bairros, os movimentos negro e de mulheres negras no Brasil foram “fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça)” o que tornou supérfluas discussões a respeito de

qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras já que as duas dimensões não podem ser separadas (Bairros, 1995, p. 461). Como esclareceu Lorde, não existe hierarquia de opressão, o feminismo negro faz uma análise multidimensional da opressão (raça, sexualidade e classe), como categorias que não se excluem mutuamente.

Nesse contexto, no ano 2000, foi realizada uma reunião de militantes lésbicas feministas em Brasília, alvo principal a “luta pela equidade de gênero”, o encontro contou com a participação de militantes lésbicas de diferentes regiões do país que puderam discutir propostas e elaboração da Cartilha dos Direitos da população LGBTQIA+, que seria distribuída por instituições governamentais, ação essa que foi impedida pelo combate da bancada evangélica (Nogueira, 2021, p. 03), o que remete ao que foi anteriormente debatido sobre o processo de ações políticas e religiosas, que ainda tentam impedir a reivindicação de direitos. Contudo, os feminismos, hoje percebidos de forma plural rejeitam fórmulas que segmentam, pois se apoiam na longa história de lutas de suas antepassadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece imprescindível desnaturalizar o sexo e a heterossexualidade enquanto constructos definidores das identidades sociais, ou da subjetividade. Várias feministas questionam como o caráter binário do sexo emerge como uma categoria construída fundada em um sistema social de gênero heteronormativo. As prescrições relativas à homossexualidade feminina, permite compreender como e quando o saber e o poder estão presentes nas práticas discursivas, fazem parte das forças difundidas na linguagem e funcionam como um jogo complexo de produção de subjetividade. Assim, os sujeitos se elaboram a partir de enunciados. Transgredir ou escapar a sentidos significa fazer do próprio corpo um lugar de contestação. Assim, Filipa, Lota, Cassandra, Luana e Marielle fizeram.

A partir da análise, buscamos adentrar nos questionamentos sobre quem conta como humano e quais vidas são passíveis de luto. As vidas que importam e os mecanismos utilizados para que houvesse o reconhecimento de algumas vidas como descartáveis. Com essas questões, o esforço de colocar sob tensão as categorias de pensamento que nos precedem e que delimitam as fronteiras que separam a humanidade plena de uma subumanidade. Almejamos levantar um olhar crítico e subversivo, ao nos desafiar a desmontar os esquemas de silenciamentos e (in)visibilidade, forjados nas redes de poder/saber.

É fundamental ter um pensamento cuidadoso ao analisar a atual biopolítica e construir estratégias coletivas para a coabitação de espaços públicos e resistência à precarização da vida. Isso nos permite refletir sobre formas de reivindicações políticas no presente, considerando a condição precária da existência e sua inclusão em sistemas democráticos onde os direitos sociais estão constantemente ameaçados.

Também é importante analisar o desenvolvimento de políticas de ocupação de espaços públicos, levando em conta a experiência performativa corporal das multidões e a coabitação com grupos que não têm seus direitos protegidos nesses espaços - corpos vulneráveis à violência - que não têm sua representatividade reconhecida.

Portanto, a falta de direitos garantidos pelo Estado, a criminalização da pobreza ou a falta de representatividade desses grupos são questões que surgem quando esses corpos aparecem nas ruas e dizem respeito ao direito de ser visto (no mundo, nos grupos, nas coletividades) como algo negado às vidas precárias, incluindo minorias sexuais e de gênero,

manifestando-se através da enunciação das performances e, ao mesmo tempo, pelos atos corporais desses indivíduos.

Apesar da invisibilidade imposta às mulheres que viveram amores homoeróticos em períodos diversos, sempre marcados por uma forte normatização dos comportamentos, sobretudo quanto às funções femininas, suas histórias apontaram para a maneira como elas buscaram romper com as estruturas fixas, com a noção de tempo, fazendo emergir uma variada gama de experiências femininas que permitiram dar visibilidade enquanto sujeitos históricos completos.

Filipa de Souza declarou amar outras mulheres para além afetos carnavais, o que para sua época era inconcebível, uma vez que, relações amorosas lesbianas se quer eram nomeadas e para ser considerado ato de sodomia, pecado punível pela igreja, necessitava fazer uso de instrumentos. Ao *cumprir* (chegar ao orgasmo) e assumir sua lesbainidade, Filipa rompe com o sistema de dominação vigente e sente na própria carne a violência disciplinar.

Lota Macedo viveu amores lésbicos, tanto com Bishop, com quem habitou por mais tempo, quanto com Morse, chegou a constituir um triângulo amoroso e a realizar duas adoções, rompeu com os costumes de seu tempo vivendo seus afetos homoafetivos e gerenciando homens no mercado de trabalho, o não reconhecimento profissional por parte destes lhe custou a saúde, levando à depressão e ao ato extremo do suicídio.

Cassandra Rios ousou escrever sobre romances lésbicos, desafiou à censura da ditadura militar brasileira e o cânone literário de sua época. Foi taxada como escritora “menor”, mas resistiu chegando ao ponto de pagar com recursos próprios às impressões de sus livros.

Luana Barbosa desafiou o braço armado do Estado, contestou a violência policial até não lhe restar mais forças. Seu ato de coragem lhe custou a própria vida. Luana era uma mulher anônima, que passou a ser conhecida como vítima de tortura e tornou-se símbolo de organizações civis que lutam contra a prática violenta estatal.

Marielle Franco enfrentou às forças políticas, alcançou o púlpito da câmara de vereadores do Rio, batalhou em diversas frentes de grupos vulneráveis. Virou símbolo de luta por direitos humanos e inspiração para mulheres na política, foi assassinada e exposta midiaticamente, mas transformou-se em símbolo de resistência.

Suas histórias nos fizeram retornar a reflexão de Butler sobre quais vidas merecem ser vividas. Afirmaram-se privadas de humanidades, de cidadania, essa era a estratégia e fazia parte do projeto que o próprio Estado implementou, que consistiu na produção de não humanos. As

lésbicas existem e confirmam seu não pertencimento à humanidade. O processo de identidade dessas mulheres foi e, ainda hoje é formado, *a priori*, pela negação, daí seu caráter violento excludente e *a posteriori* pela invisibilização, tentativa de silenciamento e desumanização. Além do sexo, outras marcas da diferença foram evocadas para produzir a exclusão/ inclusão, a exemplo da cor da pele, classe social, território, mas elas continuaram a tencionar e atropelar a organização biopolítica dos corpos, que reverberavam na subjetividade, na incessante produção de discursos sobre seus corpos, sob a marca de anormalidades, porquanto, imergiram na luta pela produção da humanidade, na luta pelo reconhecimento da disputa de poder mais elementar: serem reconhecidas humanas.

As alternativas acionadas por algumas mulheres na qual há uma identificação da vida privada como proteção, (in)visibilidade das suas práticas amorosas e sexuais. O assujeitamento às práticas regulatórias mostrava-se tão intenso, que as próprias lésbicas identificaram entre si quem era realmente uma lésbica como se houvesse essa possibilidade, baseados nos mecanismos forjados das identidades sexuais pelas quais parece ser provável aprender a ser lésbica. Os reclames dos movimentos sociais por proteção estatal em diversas vertentes e por meio de legislação nos levou ao debate sobre a proteção judicial da homofobia.

Abordando o debate sobre a criminalização da homofobia dentro da perspectiva de prevenção e repressão da violência lesbofóbica, questionou-se se é possível atender a demanda pela efetivação dos Direitos Humanos por meio da intervenção penal. Entende-se que para que esta não seja tão somente simbólica, deve ser acompanhada de um aparato, um cuidadoso planejamento pedagógico, que demonstre que a heterossexualidade pode ser confrontada, não compartilhada por todos e nem soberana sobre as diversas sexualidades. Por fim, também, a intervenção no controle social informal (escola, família, mídia), pode ser eficaz se buscar desconstruir as estruturas sociais que fortalecem o preconceito e a discriminação. Assim, aliás, estabeleceu-se no STF, uma adequação do conceito de racismo, para que fosse compreendido em sua dimensão social, projetando-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos. Ao aproximar a homofobia do racismo, dois exemplos de processo discriminatórios que atingem o corpo da pessoa humana, seja pela cor de pele, seja pela sexualidade, a polêmica e questionada decisão do Supremo pode ser vista como uma tentativa de subverter a lógica de opressão que atinge diariamente a vida destes grupos vulneráveis.

Importante frisar que a homossexualidade não viola qualquer norma jurídica, tampouco, é capaz de, por si só, afetar a vida de terceiros. Inúmeros foram os debates sobre as temáticas expostas, que buscam não somente discutir, mas também aprovar propostas de

políticas públicas para o enfrentamento da discriminação e ainda promover a cidadania. Entretanto, percebeu-se uma ausência explícita de proteção de seus direitos, que necessita ser considerada à luz de um entendimento amplo dos direitos da pessoa humana.

O prisma interseccional, vertente abordada durante a pesquisa, leva em consideração que as violências contra os corpos lésbicos são naturalizadas pela sociedade de herança escravocrata, patriarcal e classista. O feminismo negro descortina o debate da invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista, que eternizar a essas mulheres não ter seus problemas sequer nomeados.

Percebeu-se que os sentidos dados aos corpos são uma invenção social imergida em dados biológicos, que varia culturalmente. Nesta direção, a subjetividade de cada uma das histórias narradas não está diretamente relacionada aos traços biológicos, nem às práticas sexuais. Assim, esse trabalho procurou apontar pistas para o conhecimento dos códigos, signos, termos, utilizados por mulheres que ousaram viver e morrer fora do que estava designado a elas: “aberrações sexuais, doentes, pessoas bizarras, invertidas, anormais, acometidas por transtorno, passíveis de cura, sodomitas”. Foram identificadas, questionadas pelo discurso biopsíquico medicinal patologizante e religioso.

Aqui encontramos histórias de vida de mulheres que nasceram, viveram e morreram e não alcançaram a completude, foram condenadas a não vida, mas resistiram e gritaram: “Minha vida importa! E quero uma vida plena! Seguiram nas bifurcações do poder, nos ativismos, na literatura, na política, na arte, nas práticas cotidianas. Suas histórias de resistência negaram o fatalismo da vida desnuda, sacrificável, teimaram em viver e amar expressando seus afetos e sexualidade.

As histórias de vida apresentadas foram exemplos das muitas outras histórias de mulheres interseccionadas que intentam na direção de mudanças profundas. Se recusaram a perceber as injustiças sociais como naturais, normais ou inevitáveis e buscaram uma transformação capaz de alterar radicalmente as bases e os pressupostos sobre os quais as vidas das mulheres lésbicas são (e foram) edificadas. Foram vivências sólidas de quem se tornou visível e trouxe visibilidade para que outras atualmente ocupem postos nas associações, nos partidos políticos e nas universidades, em diferentes regiões e lugares de poder de um país que ainda tentam silenciá-las.

Como Lorde esclareceu somos nós que devemos desenvolver mecanismos para usar a diferença humana como um trampolim para uma mudança criativa, falaremos de diferença

humana, mas não de anormalidade humana. Precisamos acender a capacidade de identificar e desenvolver novos modelos de convivência com a diferença, porque “as ferramentas do senhor jamais desmontarão a casa do senhor” (Lorde, 2020a, p. 247).

REFERÊNCIAS

ACERVO Digital, **Revista Realidade**, ano 1970. Disponível em:

<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/realidade/213659>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ANZALDÚA, Gloria. **A Vulva é uma Ferida Aberta e Outros Ensaio** Trad. de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha, 1981.

AMORIM, Elba Ravane Alves; MACHADO, Leonardo Breno de Oliveira Silva. **A Luta pela Criminalização: Dos crimes Lgbtfóbicos Debates e reflexões sobre direitos da diversidade sexual e de gênero**. COSTA, Regina Alice Rodrigues Araujo; MENDES, Maria Goretti Soares; HARTMANN, Rebeca Spencer (org.). Recife. FASA, 2019. p. 41- 61. Disponível em <https://oabpe.org.br/wp-content/uploads/2019/12/E-BOOK-LIVRO DEBATE-OAB.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.

ALBAINE, Laura. **Violência política contra as mulheres: roteiro para prevenir, monitorar, punir e erradicar**. Atenea por uma democracia 50/50. PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ONU Mulheres, IDEA Internacional, 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/violencia-politica-contra-as-mulheres-roteiro-para-prevenir-monitorar-punir-e-erradicar/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. Ano 3. 2º semestre, 1995. p. 458-463. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, SC.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. Volume: 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIDERMAN, Albert D., Albert J. REISS Jr. 1967. “On exploring the “dark figure” of crime.” *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 374, no. 1: 1-15

BONNET, Marie-Jo. As relações entre mulheres: o impensável? Tradução Tânia Navarro, Swain. *Labrys, Estudos Feministas*, n.3, jan./jul. 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/bonnet1.htm>. Acesso em: 05 jul. 2007.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, Galf, n.4, 1983.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, Galf, n.6, 1985.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, Galf, n.8, 1985.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, Galf, n.12, 1987.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BUTLER, J. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2003.

BUTLER, J. Corpos que pesam. In: LOURO, G. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara nº122**, de 2006 – (Criminaliza a Homofobia). Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acesso em: 06 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei 1077 de 1970**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 08 jan. 2023.

BRASIL. **Lei 8054/2018**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/ExpMotiv/2023/2-2023-%20MIR%20MM.htm#:~:text=Em%20julho%20de%202018%2C%20a,o%20genoc%C3%AAdio%20da%20Mulher%20Negra%22. Acesso em: 10 abr. 2023

BRASIL. **EMI nº 00002/2023 MIR MM**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/ExpMotiv/2023/2-2023-%20MIR%20MM.htm#:~:text=Em%20julho%20de%202018%2C%20a,o%20genoc%C3%AAdio%20da%20Mulher%20Negra%22. Acesso em 10 abr 2023.

BRASIL. **STF. ADI 4.277 DF 2011**. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em 22 jan. 2022.

CAPA que noticiou o preconceito no Bar. **O Jornal Lampião da Esquina**, 1980. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-lesquina/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CAPA 4 anos do GALF. **O Jornal Lampião da Esquina**, 1980. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-lesquina/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CAPRIO, Frank. **Homossexualidade Feminina**. Ed. Instituto Brasileiro, 1960.

CAMPOS, Carmen Hein. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre. Sulina. 1999.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. USP. 2008.

CARNEIRO, Sueli. “**Mulheres em movimento**”. Estudos Avançados, 17, n 49, p. 117-132, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras, violência e pobreza. In: **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher –Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 11-19, 2003.

- CASSANDRA Rios. **Identidades Marginais**, 2021. Disponível em: <https://www.identidadesmarginais.com/cassandra-rios>. Acesso em: 06 dez. 2022.
- CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da reação social**. trad. Ester Kosowski. Rio: Revan 1983.
- CARVALHO, Salo de. Sobre as possibilidades de uma criminologia queer. **Revista Sistema Penal & Violência**. Vol. 4, nº 2. Porto Alegre, 2012.
- CERQUEIRA, Daniel. *et al.* **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Ipea; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2021>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. **Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios**. Educar em revista. Curitiba, n. 66, p. 141-155, dez. 2017.
- CHAMBERLAND, Line. **O lugar das lesbianas no movimento das mulheres**. Labrys, estudos feministas. Disponível em: http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2. Acesso em: 06 set. 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. **O que é um nome?** Mulherismo, Feminismo Negro além disso. Trad. Trad.: Angela Figueiredo e Jesse Ferrell. Cadernos Pagu. nº 51, p. 1-23. 2017.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Trad: Rane Souza, Ed. Boitempo, São Paulo, 2020
- CONDE, Michele Cunha Franco. **O Movimento Homossexual Brasileiro, sua Trajetória e seu Papel na Ampliação do Exercício da Cidadania**. 2004. 173 p. *Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado)* - Curso de Sociologia, Universidade de Federal de Goiás, Goiás, 2004.
- COPELLO, Patrícia Laurenzo. A discriminação em razão do sexo na legislação penal. Trad. REMÉDIO, Alberto Esteves. **Revista do Ministério Público** – Série Estudos, Lisboa, v. 20, p. 55-72, n. 78. 1999.
- DAVIS, Angela Y. **Mulher, Raça e Classe**. Trad.: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela Y. **Uma Autobiografia**. Trad.: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DELEUZE, Gilles. Michel **Foucault**: as formações históricas, traduzido por Claudio Medeiros, Mario A. Marino. – São Paulo : n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Kafka**: por uma literatura menor. Tradução Rafael Godinho. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Ano Zero- Rostidade. Em: Mil Platôs. **Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. P.31-62

DELPHY, Christine. Patriarcado (Teorias do). *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Le Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo. Ed. Unesp. 2009, p 173-178.

DESEMBARGADORA quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é “cadáver comum”. **Exata News**, [s. l.], 17 mar. 2018. Disponível em: <https://exatanews.com.br/desembargadora-quebra-narrativa-do-psol-e-diz-que-marielle-se-envolvia-com-bandidos-e-e-cadaver-comum--712179>. Acesso em: 4 jun. 2022.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea**. São Paulo: Projeto de História. 17, p. 33-258, nov. 1988.

DINIZ, Debora; GERBARA, Ivone. **Esperança Feminista**, 1ª ed. Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos, 2022.

DURAND, Guy. **Sexualidade e Fé: Síntese da Teologia Moral**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

FALQUET, Jules. "La règle du jeu: repenser la co-formation des rapports sociaux de sexe, de classe et de 'race' dans la mondialisation néolibérale". *In*: Dorlin, E. (org.). **Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination** Paris, puf, 2009, pp. 71-90.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), UNICAMP: Campinas, 2008.

FACHINNI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2006.

FACHINNI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALQUET, Jules. **Breves resenhas de Algumas Teorias Lésbicas**. Tradução de Janaina Rossi. Buenos Aires: Herética edições lésbicas e feministas independentes, 2013.

FRANÇA, C. **Após Censo 2021, Brasil vai continuar desconhecendo sua população LGBTI+**. **Lume Rede de Jornalistas**, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://rededejornalistas.com/2020/12/09/apos-censo-2021-brasilvai-continuar-desconhecendo-sua-populacao-lgbti/>. Acesso em 30 fev. 2022.

FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o movimento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada**. *IN*: Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil. Og. Winnie Bueno, Joanna Burigo, Rosana Pinheiro-Machado, Esther Solano. Ed. Zouk, p. 89-95, 2017.

FIGUEIREDO, C.; ARAÚJO, M. **Sem dados do Censo, população LGBTI+ do Brasil continuará desconhecida por mais 10 anos**. Diadorim, Reportagem, 22 fev. 2021a.. Disponível em: <https://www.adiadorim.org/post/sem-censo-populacao-lgbti-continuara-desconhecida>. Acesso em: 30 fev. 2022.

FISCHER, Will. A política sexual da escrita historiográfica vitoriana sobre o "Renascimento". *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, vol. 14 ano. 1, 2008, pág. 41-67. Disponível em: muse.jhu.edu/article/224857. Acesso em: 30 Mar 2022.

FONTOURA, Antônio (org). **O processo de Filipa de Souza: Inquisição e Homossexualidade no Brasil do século XVI**. Curitiba: 2020. Edição Kindle.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Foucault, M. (1979). Sobre a história da sexualidade. *In*: Machado, R. (Org). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1988). **História da sexualidade I: A vontade de saber**. São Paulo: Graal.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1994, 7ª edição.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica de sujeito**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no College de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

JUSTIÇA Militar arquiva caso de mulher morta após suposta agressão de PMs. **Portal G1**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2017/02/justica-militar-arquiva-caso-de-mulher-morta-apos-suposta-agressao-de-pms.html>. Acesso em: 17 fev.2023

GOFFMAN, Erwing. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. São Paulo: LTC; 2004.

GIORGIS, J. C. T. O casamento igualitário e o direito comparado. *In*: M. B. Dias (Coord.). Diversidade sexual e direito homoafetivo. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, 2011.

GÓIS, J. B. H. Desencontros: As relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, (2003), 11(1), 289-297.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Tradução: Alceu Dias Lima et alii. São Paulo: Contexto, 2008.

HALL, S. Quem precisa da identidade? *In*: TADEU DA SILVA, T. (Org.). HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOOKS, Bell. **Eu não sou uma mulher**; Ed: Rosa do Tempos, 2019.

HONNETH, A. **A irretrocedibilidade do progresso**: a determinação kantiana da relação entre moral e história. *In*: Peres, D. & alia (orgs.) *Tensões e Passagens*: pp.27-42, 2008a.

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=33302>. Acesso em: 01 abr. 2022

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Violência Política de Gênero e Raça no Brasil 2021**: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: www.violenciapolitica.org. Acesso em: 10 ago. 2022.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Não seremos interrompidas**. Disponível em: www.naoseremosinterrompidas.org. Acesso em: 10 ago. 2022.

IPEA. **Atlas da Violência**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 01 jan. 2023.

JUNG, Patricia Beattie; CORAY, Joseph Andrew. **Diversidade Sexual e Catolicismo**: para o desenvolvimento da teologia moral; tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

KESKE, H.A.; MARCHINI, V. **A Criminalização da Homofobia no Brasil**: análise jurisprudencial e doutrinária. *Prâxis*, 16(2), 34-56, 2019. doi: 10.25112/rpr.v2i0.1761

KIT gays, o que é mito e o que é verdade. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/kit-gay-o-que-e-mito-e-o-que-e-verdade-b60i8lo4osb19tsf2du8bmr54/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

LARDINOIS, A. Safo lésbica e Safo de Lesbos. In Bremmer J. (org.). **De Safo a Sade**: momentos na história da sexualidade (pp. 27-50). Campinas-SP: Papirus, 1995.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEMOS, F. C. S; CARDOSO JÚNIOR, H. R. **A genealogia em Foucault**: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300008>. Acesso em: 13 jan. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LORDE, Audre. **There is no hieraschy of opression**. *Interracial books for children Bulletin* vol.14, nº3, Nova York. 1983.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.), **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020. p. 235-236.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.), **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020. p.239-249.

LUGONES, Maria. Toward a decolonial feminism, **revista Hypatia**, vol.25, Nº4, Oregon: University of Oregon. Tradução de Pê Moreira, p.742-749, 2010.

MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade: Política e Identidade Homossexual no Brasil** ds Baerttura. Edufba: 1ª ed.(2018).

MARTINS, Guilherme Paiva de Carvalho; TOURAINE, Alain de. Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 26. Número Setembro/Dezembro, 2011.

MARTINS, F.; ROMAO, L.; LINDNER, L; REIS, T. **Manual de comunicação LGBT**. Curitiba: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010.

MASIERO, Clara Moura. **O Movimento LGBT e a Homofobia**. Novas perspectivas de políticas sociais e criminais. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

MATHIEU, Nicole-Claude. Quand céder n'est pas consentir. In: **L'anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1405>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Artes & Ensaios**. nº 32. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: revista do ppgav/eba/ufrrj. Acesso em: mar. 2023.

MESQUITA, Marylucia (org.). **Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE): um breve resgate histórico**. Recife: DIVAS, 2008.

MENTIRAS sobre Marielle Franco continuam a se espalhar três anos após sua execução. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/riode-janeiro/noticia/2021/03/13/mentiras-sobremarielle-franco-continuam-a-se-espalhar-tres-anosapos-sua-execucao.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “**Ideologia de gênero**”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017.

MOTT, Luiz. **Bahia: Inquisição & sociedade**. Salvador: Edufba, 2010.

MOTT, Luiz. **O Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MOTT, Luis. **Homo-afetividade e direitos humanos**. Estudos Feministas, Florianópolis. 2006.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 11-24, set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p11/32477>. Acesso em: 10.fev.2022.

NOGUEIRA, Nádía. **Invenções de si em histórias de amor**: Lota Macedo Soares e Elisabeth Bishop. (Tese de Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NUNES, Plácido Adriano de Moraes. **Como se computa a violência homofóbica no Brasil?**: dados, reconhecimento e visibilidade do movimento LGBT em Maceió-AL. 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2989>. Acesso em: 10 jan 2022.

ONU pede imparcialidade nas investigações. Blog Compromisso e Atitude. Disponível em: <https://www.compromissoeatitude.org.br/onu-pede-apuracao-sobre-mulher-morta-em-supostaagressao-por-pms/>. Acesso em: 17 fev. 2023

ONU. **Assassinato de Luana Reis**, 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/nota-publica-do-alto-comissariado-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas-para-america-do-sul-e-da-onu-mulheres-brasil-sobre-o-assassinato-de-luana-reis/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

OLIVEIRA, Carmen L. **Flores raras e banalíssimas**. A história de Lota de Macedo Soares e Elisabeth Bishop. Rio de Janeiro. Rocco. 1995.

OLIVEIRA, Janaina Gomes de. SANTANA, Tarsila Chiara. Ditadura e homossexualismo no Brasil. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Vol. 08. Nº 15. Jun 2016. p. 300-304.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo. Unesp. 2ª ed. 2000.

OPERAÇÃO Sapatao. **O Jornal**- Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <https://memoriamblogspot.com/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html>. Acesso em: 08 dez. 2022.

OUTRO olhar. **Rede de Informação “Um Outro Olhar”**. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

O JORNAL. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, ano 3, n.29, maio 1978. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/09-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-05-OUTUBRO-1978>. Acesso em: 06. jan. 2023.

PAYNE, L. A.; SANTOS, A. A. de S. **The Right-Wing Backlash in Brazil and Beyond**. *Politics & Gender*, v. 16, n. 1, mar. 2020.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**, 10ª ed, São Paulo. Saraiva, p. 69-79, 2020.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **LESBOCIDIO**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/dossie-sobre-lesbocidio-nobrasil-2014-2017-peres-milena-cristina-carneiro-et-al/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades** Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia. 2019. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>. Acesso em: 22 jan. 2022

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINAFI, Tania. **O movimento das lésbicas no Brasil na década de 70-80: encontros e desencontros entre os movimentos de lésbicas, feministas e homossexual**. Dissertação, 2008.

POLICIA já tem plano conjunto contra travestir. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1980. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

PRESTES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. **História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo**. In. LOBATO, Wolney; SABINO, Cláudia de Vilhena Schayer; ABREU, João Francisco de (Org.). Iniciação científica: destaques 2007, Volume 1. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008.

PROCESSO de Filipa de Souza. **Arquivo digital**, nº 1267. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=230115>. Acesso em: 19 mar. 2023.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2010

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. **Feminismos Plurais**. São Paulo: Ed. Pólen, 2016.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17- 44.

RICHARDSON, Diane. **Identidades Lésbicas**. HART, John e RICHARDSON, Diane. Teoria e prática da homossexualidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 151-168, 1983.

RIOS, Roger Raupp. **Direitos humanos, direitos sexuais e homossexualidade**. Centro Universitário Ritter dos Reis, Brasil, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/781/1086>. Acesso em: 03 mar. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. Fundação Perseu, 2015.

SAUER, MM A descoberta da diferença codificou a ansiedade homoerótica dentro da tradição eremítica cristã na Inglaterra medieval. **Jornal da História da Sexualidade**, nº 19, 2010, p. 133-152. Disponível em:

<https://www.utexaspressjournals.org/doi/abs/10.5555/jhs.2010.19.1.133?journalCode=jhs>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2. p. 71-99, 1995.

SCHULTZ, James A. Heterosexuality as a threat to medieval studies. **Journal of the History of Sexuality**, vol. 15, no. 1, 2006, pp. 14–29. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4617242>. Acesso em: 6 mai. 2022.

SILVA, Thiago Barbosa da. O Não-lugar em Elizabeth Bishop: marcas do exílio queer em um Eu vacante. **Anais do XIII Congresso Internacional da ABRALIC Internacionalização do Regional. 2013.** Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2013_1434460537. Acesso em: 08 marc. 2023.

SILVA, Laionel Vieira; BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Revista Estudos de Religião**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 129-154, set.-dez. 2016.

SILVA, Cidinha da. “**Feminismo Negro. De onde viemos: Aproximações de uma Memória**”. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. Explosão Feminista. Arte, Cultura, Política e Universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 252-260.

SMALLS, James. **L’homosexualité dans l’Art.**, New York: Parkstone Press Ltd, 2003.

SUAS paixões problemas, suas alegrias e tormentos, leias-os. **O Jornal-** Rio de Janeiro. 1979. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty **Pode o subalterno falar?** Trad.: ALMEIDA, Regina Goulart [et al], Ed: UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SWAIN, Tania Navarro. **O que é lesbianidade.** São Paulo. Editora Brasiliense. 2000.

SWAIN, Tania Navarro. Quem tem medo de Foucault? Feminismo, corpo e sexualidade. In: CASTELO BRANCO, G. & PORTOCARRERO, V. (orgs;.) **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro. Nau Editora. 2004.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

TOLEDO, Livia Gonsalves. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista.** 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97601>. Acesso em: 10 fev 2022.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres.** Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar Outramente** o discurso interpretativo dominante. Trad.: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TORRÃO FILHO, Amílcar. *Tribades galantes, fanchonos militantes*: homossexuais que fizeram história. São Paulo: Summus, 2000.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São. Paulo: Ubu, 2020.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UNB, 1998.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. “**Onde estão as respostas para as minhas perguntas**”?: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História. Recife-PE. 2014.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Trad: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WELZER-LANG, D. A. **Construção do masculina**: dominação das mulheres e homofobia. Estudos Feministas. Florianópolis: 2001.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**, p. 35-82. *In*: O corpo educado: pedagogias da sexualidade. LOURO, Guacira Lopes. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Org. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WITTIG, Monique. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 135-139. MARTIN, Douglas. Monique Wittig, 67, **Feminist Writer**, Dies. Section 1 [Caderno]. New York Times

WITTIG, Monique. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.), **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019. p. 83-92.

ANEXOS

Anexo A – Resposta apresentada pela Assessoria Técnica e Análise Criminal da Polícia Civil do Estado de Alagoas

22/11/21, 10:18

SEI/AL - 9881211 - Despacho



ESTADO DE ALAGOAS
POLÍCIA CIVIL DE ALAGOAS

Assessoria Técnica de Estatística e Análise Criminal

Avenida General de França Albuquerque, Rodovia AL 101 Norte), KM 05, s/n, - Bairro Jacarecica, Maceió/AL, CEP 57038-640
Telefone: (82) 3315-2625 - <http://pc.al.gov.br/home>

DESPACHO

PROCESSO	E:20105.0000020441/2021
INTERESSADO	AET PCAL
ASSUNTO	LAI: Demanda do e-SIC

1. Trata-se de processo administrativo oriundo da Ouvidoria-PCAL, no qual solicita-se dados acerca de CVLI no tocante as pessoas LGBTQIA+, no período 2012 até a presente data;
2. Atendendo a Solicitação 1930/2021 (9831897), fora realizada a juntada do Anexo (9881201) com as informações solicitadas;
3. Salientamos que alguns dados solicitados são informações pessoais. A Lei 12.527, de 18 de Novembro de 2011, que regula o acesso à informações públicas,

estabelece o seguinte:

"Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

https://sei.al.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10771065&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110003607&infra_hash=758930... 1

22/11/21, 10:18

SEI/AL - 9881211 - Despacho

Art. 6º - Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso."

4. Desta feita, evoluam-se os autos à Ouvidoria - PCAL, para conhecimento e providências.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Calheiros da Silva**, Assessora Técnica em 22/11/2021, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.al.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9881211** e o código CRC **73B43690**.

Anexo B – Planilha apresentada pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL - DGPC
GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA - GEINFO
ASSESSORIA TÉCNICA DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE CRIMINAL - ASSTEAC

ALAGOAS - CVLI COM VÍTIMAS LGBTQIA+						
ANO_FATO	TOTAL CVLI	TOTAL IP/AIAI CONCLUÍDO	IP/AIAI CONCLUÍDO COM AUTORIA	(%) CONCLUSÃO GERAL	(%) ELUCIDAÇÃO CONCLUÍDO COM AUTORIA	EM ANDAMENTO
2012	9	6	5	67%	83%	3
2013	13	12	9	92%	75%	1
2014	13	13	10	100%	77%	0
2015	11	9	9	82%	100%	2
2016	12	10	1	83%	10%	2
2017	14	11	6	79%	55%	3
2018	17	13	7	76%	54%	4
2019	8	5	4	63%	80%	3
2020	20	15	15	75%	100%	5
2021 (JAN a OUT)	13	6	6	46%	100%	7

Fonte: NEAC-SSP/AL

16/11/2021

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL - DGPC
GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA - GEINFO
ASSESSORIA TÉCNICA DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE CRIMINAL - ASSTEAC

MACEIÓ - CVLI COM VÍTIMAS LGBTQIA+						
ANO_FATO	TOTAL CVLI	TOTAL IP/AIAI CONCLUÍDO	IP/AIAI CONCLUÍDO COM AUTORIA	(%) CONCLUSÃO GERAL	(%) ELUCIDAÇÃO CONCLUÍDO COM AUTORIA	EM ANDAMENTO
2012	4	3	2	75%	67%	1
2013	4	4	3	100%	75%	0
2014	4	4	2	100%	50%	0
2015	3	3	3	100%	100%	0
2016	6	5	0	83%	0%	1
2017	7	5	2	71%	40%	2
2018	8	5	3	63%	60%	3
2019	1	1	1	100%	100%	0
2020	6	2	2	33%	100%	4
2021 (JAN a OUT)	5	2	2	40%	100%	3

Fonte: NEAC-SSP/AL

16/11/2021